

Sumário

Número de notícias: 59 | Número de veículos: 42

JOTA INFO
ANFIP

Abuso de autoridade e fiscalização não se combinam (Abuso de autoridade).....5

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Traição do Congresso - ANTONIO DELFIM NETTO.....6

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Editorial (Leitores).....7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Se em time que está ganhando não se mexe, a pasta tem problemas - ANALÍTICO.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Consumidores de energia podem ser beneficiados com tese do PIS/Cofins.....9

ESTADO DE MINAS - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo retoma corte de salário e adia o FGTS.....11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Ibre/FGV estima superávit de R\$ 2,8 bi em março.....12

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Com R\$ 10 bi em caixa, Vivest busca diversificação.....13

A GAZETA - MT - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

A proteção dos dados pessoais e os hackers (2).....14

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Antecipação de 13º do INSS vai liberar R\$ 56 bilhões nos próximos meses.....15

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Governo veta proposta no Orçamento de 2021 que previa mudança do auxílio-doença.....16

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Petrobras pode ter que pagar quase R\$ 4 milhões em ressarcimento ao INSS.....18

VALOR ONLINE - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

"Eventualmente termos perda de emprego no próximo mês", diz secretário.....19

VALOR ONLINE - BRASIL E POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Entenda como vai funcionar a redução de jornada e salário 2021.....20

VALOR ONLINE
SEGURIDADE SOCIAL

Como planejar a aposentadoria desde cedo? Veja dicas para dar o primeiro passo (Previdência Privada).....22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO SERVIDOR PÚBLICO Deixaremos Bolsonaro impune? - CAROL PIRES	25
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO SEGURIDADE SOCIAL Guedes troca postos-chave sob pressão do Congresso	27
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Resposta a pressões	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Assessora deixa ministério mesmo depois de Lira prometer reforma	31
O GLOBO - RJ - MUNDO REFORMA TRIBUTÁRIA Novo pacote aos 100 dias	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA O receiptuário do diversionismo - FERNANDO EXMAN	35
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA Avanço rápido das reformas é improvável - NILSON TEIXEIRA	37
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS REFORMA TRIBUTÁRIA Ativos brasileiros têm pregão de perdas	39
ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS REFORMA TRIBUTÁRIA A RETOMADA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (3)	40
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Impostos que pesam mais para as famílias	41
CORREIO DA BAHIA - BA - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Guedes atribui crise da saúde à longevidade do brasileiro	42
O ESTADO - CE - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma tributária na perspectiva do Ministério da Economia é tema de debate	43
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE REFORMA TRIBUTÁRIA Guedes critica politização da covid-19: Todos precisam baixar as armas	44
FOLHA ONLINE - SP - COLUNAS REFORMA TRIBUTÁRIA Taxar livros é censura tributária (Maria Inês Dolci)	45
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL REFORMA TRIBUTÁRIA Senadores governistas recorrem ao STF para tentar tirar Renan da CPI da Covid	46
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA Milhares de colombianos vão às ruas em protesto contra reforma tributária	48

Quinta-Feira, 29 de Abril de 2021

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Após reações negativas, Pacheco retira PL da regularização fundiária de pauta..... 49

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária "fatiada" não exclui solução mais ampla, diz fonte..... 50

VALOR ONLINE - BRASIL E POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças em ministério não são indício de perda de poder de Guedes, diz Credit Suisse.... 51

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Especialistas defendem novo código fiscal..... 53

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Auxílio não é esmola! (2)..... 54

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não coloquem no ar minhas declarações - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA..... 55

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Julgamento bilionário no STF pode prejudicar pequeno investidor, dizem entidades do mercado
57

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Justiça bloqueia R\$ 562 mi da Uninove por suposta participação em corrupção..... 59

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Valor de mercado da Vale supera US\$ 100 bi..... 61

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A importância do 5G para o Brasil - COLUNA SECOVI..... 62

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uma decisão que terá forte impacto sobre o Custo Brasil (2)..... 63

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor de telefonia inicia debates sobre devoluções..... 65

A TRIBUNA - ES - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cunha vira réu por esquema de propinas..... 66

O ESTADO - CE - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ajuste fiscal é imprescindível (2)..... 67

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação desacelera, mas não dá trégua..... 68

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Pandemia da insegurança alimentar (2)..... 69

Quinta-Feira, 29 de Abril de 2021

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Orçamento público (2) 71

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O desafio do Copom - FÁBIO ALVES 72

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Waldery: 'fizemos o processo de gestão fiscal responsável' 73

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

A fãs de Bolsonaro, ministro diz que PIB caiu 'só 4,1%' 74

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

BC vê banco bem preparado para crise 75

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Atuação do BC brasileiro na crise segue padrão global 76

A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS
ECONOMIA

Alívio nas contas em atraso 78

DIÁRIO DO COMÉRCIO - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Resgates de títulos superam vendas em R\$ 708 milhões 80

GAZETA DE ALAGOAS - AL - OPINIÃO
ECONOMIA

Remédio contra reajustes abusivos (3) 81

JORNAL DA CIDADE - SE - CIDADES
ECONOMIA

IPCA deste ano sobe para 5,01% 82

JORNAL SUPER NOTÍCIA - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

IGP-M - MEU DINHEIRO 83

O LIBERAL - PA - ATUALIDADES
ECONOMIA

Como fica o dólar? - CELSO MING 84

Abuso de autoridade e fiscalização não se combinam (Abuso de autoridade)

Cresio Pereira de Freitas

Viceja, no Brasil de hoje, um campo fértil para o abuso de autoridade perpetrado contra os **servidores públicos**, notadamente os Auditores Fiscais. Foi aproveitando-se deste campo que, recentemente, foi decretada a prisão de uma Auditora Fiscal do Estado do Rio Grande do Norte. O desempenho laboral da auditora não agradou a alguns.

Em 2019, dois auditores da **Receita Federal** foram afastados de suas funções por ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Estavam, os auditores, apurando informações fiscais relacionadas a 133 contribuintes, dentre os quais, outro ministro do STF. Este trabalho, atividade corrente na administração tributária, não agradou a alguns. Este inquérito ainda não está concluso. Os casos são abundantes e as narrativas são similares. Geralmente, os "ofendidos" foram objeto de fiscalização onde foram constatados indícios de crimes e/ou irregularidades. Estes indícios são relatados às autoridades competentes, na maior parte das vezes, o Ministério Público.

A parte mais sensível do corpo humano é o bolso. Esta frase de autoria do renomado economista e político brasileiro Antônio Delfim Netto define, precisamente, um dos principais campos de atuação do Auditor. Cabe ao Auditor, no desempenho de seu trabalho, prover o Estado de recursos para o cumprimento dos desideratos constitucionais. Isto mexe no bolso. Isto ofende. E é por isso, que os auditores fiscais, bem como, a instituição que os abrigam, necessitam de uma melhor proteção legal e institucional para o desempenho de suas funções. Destas, sobressai a fiscalização, assegurada pela Constituição Federal, não podendo pessoas físicas ou jurídicas criar mecanismos para dificultar a sua realização.

O abuso de autoridade constitui-se em um mecanismo de dificuldade para a realização da fiscalização. Ninguém está acima da lei. Ninguém está acima da Constituição. Mas, se há por parte dos "ofendidos" uma discordância acerca do resultado da fiscalização, não se preocupem, há uma salvaguarda constitucional. O art. 5º, LIV da Constituição Federal dispõe que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal".

A Proposta de Emenda Constitucional nº 186/2007, de autoria do deputado Décio Lima (PT-SC), propõe acrescentar, no art. 37 da Constituição, que trata da Administração Pública, os §§ 13 e 14. O parágrafo 14 do aludido dispositivo "assegura às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios autonomia administrativa, financeira e funcional e as iniciativas de suas propostas orçamentárias dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias". Mas, não é só isso. O parágrafo 13 dispõe que "Lei complementar estabelecerá as normas gerais aplicáveis à Administração Tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dispendo inclusive sobre direitos, deveres, garantias e prerrogativas dos cargos de sua carreira específica, mencionada no inciso XXII deste Artigo". A tranquilidade e segurança nos desenvolvimentos dos trabalhos de auditoria decorrerão desta PEC e da instituição da Lei Complementar. Urge que tal proposta seja votada e aprovada.

Acreditamos, também, que a segurança para a realização dos trabalhos de auditoria advirá de uma necessária consonância das disposições previstas nos parágrafos 13 e 14 da PEC 186/2007 com as proposições da PEC 32/2020 (Reforma Administrativa), objeto de discussão sobre questionáveis alterações nas disposições constitucionais relativas a servidores, empregados públicos e organização administrativa.

Não se faz um Estado forte com instituições típicas de Estado fracas e dependentes, tendo **servidores públicos** inseguros e desmotivados, temerosos de prestarem serviços públicos de qualidade. Nada de abuso de autoridade.

Cresio Pereira de Freitas - Auditor Fiscal da **Receita Federal do Brasil** e vice-presidente de Assuntos da **Seguridade Social** da **ANFIP**.

Site: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/abuso-autoridade-fiscalizacao-28042021#respond>

Traição do Congresso - ANTONIO DELFIM NETTO

ANTONIO DELFIM NETTO

A lambança produzida no Orçamento aprovado pelo Congresso é conhecida: acotovelaram-se R\$ 49 bi em emendas parlamentares, mais de R\$ 30 bi delas de caráter não obrigatório, em detrimento de um maior espaço às urgências da população pelos efeitos do recrudescimento da pandemia sobre a saúde e a renda, além da retirada do auxílio emergencial do teto de gastos.

Sancionado na semana passada pelo presidente, após muito ruído e diz que me diz, a peça órfã trouxe algum corte nas emendas (R\$ 11,9 bi) e nas despesas do Executivo. Retiraram-se do alcance do teto os gastos diretos com a pandemia, como o programa de corte de jornadas e salários e o de acesso a crédito pelas pequenas empresas, ambos a um custo total estimado de R\$ 15 bi, embora, formalmente, não tenham sido estabelecidos limites -um mau presságio.

É falso, portanto, que não havia espaço no Orçamento, mas sim que, acolhidos os interesses menores e paroquiais, não couberam as necessidades maiores. Por mais que não se discuta a urgência das despesas estritamente relacionadas à pandemia, e até a eventual necessidade de excetuá-las do teto em 2021, como convencer a sociedade de que o Orçamento não comportava dois programas cujo custo é cerca de 30% do montante destinado às emendas parlamentares?

Como convencê-la de que o Brasil precisa continuar voando às cegas em suas políticas públicas, pois não foi possível acomodar R\$ 2 bi para a realização do Censo? Como dizer que era infactível melhorar a dotação do Bolsa Família para, no segundo semestre, dar conta do fim auxílio emergencial? Como explicar para os 2.700 doutores aprovados por mérito no último edital do CNPq, entre os 4.300 que pediram bolsa, que apenas 400 deles serão contemplados pois "não tinha onde cortar"? Como dizer que foi inevitável passar a tesoura em R\$ 1,35 bi da agricultura familiar (Pronaf)?

Como os espectros que produziram tal acordo político no Legislativo e no Executivo irão convencer seus eleitores de que tudo foi feito na melhor tentativa de representar os seus interesses? Como (e quando) irão prestar contas dos recursos gastos em tais emendas, muitas vezes de maneira pouco transparente? Como

explicar que os recursos federais repassados a alguns estados em 2020 foram utilizados para pagar despesas de custeio e 13o salário de funcionários públicos? Como racionalizar que foi possível derrubar um veto de 2009 e gerar uma despesa de R\$ 2,7 bi para a União em 2021 ao permitir uma reestruturação de carreiras na Receita Federal?

Como encarar os brasileiros que perdem familiares, amigos, renda e emprego há mais de um ano? Como?

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49510>

Editorial (Leitores)

O Sindifisco Nacional esclarece que há informações equivocadas no editorial "Apagão estatístico revela prioridade real do governo" (27 de abril).

A incorporação de técnicos do **INSS** à **Receita Federal** não guarda absolutamente nenhuma relação com auditores fiscais. Em decorrência da decisão do Congresso Nacional, os técnicos do **INSS** foram incorporados ao cargo de analista tributário, dada a similaridade de suas funções e atribuições. Sobre os "privilégios" elencados: os auditores não gozam da aposentadoria integral nem de licença-prêmio; já sobre a promoção, ela não é automática, mas por mérito.

KLEBER CABRAL, PRESIDENTE DO SINDIFISCO NACIONAL

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Se em time que está ganhando não se mexe, a pasta tem problemas - ANALÍTICO

O ministro Paulo Guedes gosta de usar metáforas do mundo do futebol para explicar as crises políticas com as quais aprendeu a conviver em Brasília. Já admitiu ter tomado um carrinho do presidente Jair Bolsonaro e, mais recentemente, disse que a confusão no Orçamento ocorreu porque a equipe do governo está aprendendo a jogar junto. Poderia recorrer a mais uma: se em time que está ganhando não se mexe, as recentes trocas são sinais de problema.

Guedes chegou ao cargo com uma equipe de nove secretários especiais. Desse grupo, só um segue no cargo: Carlos da Costa, à frente da pasta da Competitividade (antigo Ministério da Indústria e Comércio). A mais recente substituição no primeiro escalão foi a de Waldery Rodrigues, que deixou a Secretaria Especial de Fazenda em meio a um amplo processo de reformulação decidido ontem.

É errado atribuir todas as mudanças a um só motivo. Em alguns episódios, as saídas ocorreram por insatisfação dos demissionários, caso da "debandada" protagonizada por Salim Mattar e Paulo Uebel, que cansaram de esperar pelo avanço das privatizações e da reforma administrativa, respectivamente.

Em outros, houve fritura explícita, como ocorreu agora com Waldery e, ainda em 2019, com Marcos Cintra, demitido da **Receita Federal** por defender enfaticamente a voltada CPMF.

Também teve gente que deixou os cargos para outras missões. Isso aconteceu, por exemplo, com Marcos Troyjo, que saiu do comando da Secretaria de Assuntos Internacionais para assumir a presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, o Banco do Brics).

Há ainda casos particulares, como o de Rogério Marinho, que desembarcou da secretaria de Previdência e Trabalho, foi promovido a ministro de Desenvolvimento Regional e, da nova cadeira, tornou-se rival de Guedes na disputa por liberação de gastos públicos.

Em outra mudança confirmada, Vanessa Canado deixou de ser assessora da **reforma tributária** por um misto de desgaste com encerramento de ciclo. A advogada deixou pronto um projeto para unir PIS e Cofins, mas viu sua permanência se tomar

insustentável por ser próxima ao ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ) no momento em que o parlamentar e o ministro romperam relações.

Em empresas, governos ou clubes de futebol, trocar nomes faz parte do jogo, mas substituições em meio a crises são sempre desgastantes. Caberá ao técnico Guedes dar ritmo ao grupo reformulado. Sob pressão do centrão, a estratégia é atuar na defensiva.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Consumidores de energia podem ser beneficiados com tese do PIS/Cofins

Bárbara Pombo De São Paulo

A vitória das companhias de energia no julgamento da "tese do século", sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, poderá beneficiar os consumidores. Está na mesa de negociação do setor a devolução desses valores aos usuários do serviço, que efetivamente arcam com o custo dos **tributos** nas contas de luz. Estão em jogo, de acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), R\$ 50,1 bilhões - R\$ 26,5 bilhões em créditos já habilitados na **Receita Federal**.

O PIS e a Cofins são contribuições exigidas pela União sobre o faturamento das empresas. Esse custo é repassado nas faturas de luz, telefone e internet. No setor de telecomunicações, o debate sobre o reembolso a consumidores também já começou, mas ainda é incipiente (ver abaixo).

Em 2017, o STF proibiu a União de "inflar" a base de cálculo do PIS/Cofins com a inclusão do ICMS. As empresas, portanto, podem recolher as contribuições sem a parcela do imposto estadual. Mas há outro efeito positivo, o de recuperar o que foi pago a mais ao governo no passado. O único fator que poderá afetar esse efeito retroativo será a decisão que os ministros do STF devem tomar, amanhã, sobre o alcance da decisão proferida há quatro anos.

A Aneel tem colhido sugestões para editar uma norma para regulamentar a devolução desses créditos aos consumidores. E também dar uma solução para 4 das 53 distribuidoras de energia do país que não entraram com ação contra a Fazenda Nacional.

"Para a agência, não há margem de discussão sobre se o repasse é ou não devido. O debate agora é como isso será feito", afirma o advogado Vitor Mello, do escritório Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados.

A área técnica do órgão regulador propôs a devolução de forma difusa, por desconto na fatura. O reembolso seria feito à medida que as concessionárias levantassem os valores depositados judicialmente ou realizassem compensações com outros **tributos** federais. Ainda não há decisão sobre essa proposta, que conta com o apoio do Ministério da Economia.

Embora algumas distribuidoras defendam a devolução

para cada consumidor individualmente - pelo CPF ou CNPJ -, a Aneel considera essa via de difícil operacionalização. "A alternativa escolhida deve ser adaptável, de modo que acomode, se necessário, a eventuais alterações ocorridas no âmbito de decisões administrativas e judiciais posteriores que poderiam alterar os montantes efetivos de aproveitamento", diz Efrain Pereira da Cruz, diretor da Aneel, relator da proposta submetida à consulta pública.

De acordo com dados compilados pelo órgão regulador, 23 concessionárias possuem ação judicial encerrada. Esses processos representam cerca de R\$ 35 bilhões em créditos. Desse montante, R\$ 26,5 bilhões já foram habilitados na **Receita Federal** para serem utilizados na quitação de **tributos** correntes, por meio de compensações. Ainda haveria R\$ 14,6 bilhões em jogo nas ações em andamento.

A Cemig, por exemplo, tem R\$ 4 bilhões a compensar. Em agosto, a distribuidora com atuação no Estado de Minas Gerais fez o primeiro repasse de créditos aos usuários, no montante de R\$ 714,4 milhões. "A Aneel acatou a solicitação da companhia e definiu que o efeito médio do reajuste de 2020 da empresa, que anteriormente era de 4,27%, passasse para 0%", informa em nota a companhia.

A Copei, que atua no Estado do Paraná, apurou R\$ 5,6 bilhões em créditos decorrentes da ação judicial encerrada em junho de 2020. De acordo com o presidente da companhia, Daniel Pimentel Slaviero, a maior parte desse montante deve ser repassada aos consumidores. "São valores relevantes para evitar tuna alta no reajuste tarifário deste ano", diz o executivo, acrescentando que a vitória na Justiça representou um desconto médio de 3,08% nas faturas emitidas a partir de julho.

Assim como outras distribuidoras, a Copei defende que tem direito de reter parte dos valores para fazer frente a custos com o processo, como honorários de advogados. Para Lais Lefèvre Goldenstein, advogada do Instituto de Defesa do Direito do Consumidor (Idei), faz sentido pensar em uma política de incentivo para as empresas que foram diligentes em uma atuação judicial que contribui para a modicidade da tarifa. "Mas o dinheiro deve voltar integralmente para quem efetivamente pagou, ou seja, o usuário", diz.

Outra preocupação das empresas é sobre a proposta de restituição integral dos créditos - sem aplicação de prazo prescricional.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

Pela proposta da Aneel, "a devolução se dará no tempo necessário" para amortizar o total dos créditos disponíveis às distribuidoras. Elas defendem, porém, que têm obrigação de devolver apenas créditos inferiores a dez anos. Os demais, dizem, estariam prescritos, com base no artigo 205 do Código Civil.

Para a Light, que atua no Estado do Rio de Janeiro, o Judiciário é o caminho correto para o usuário recuperar os valores pagos a mais, com prazo menor, porém, de 5 anos. "Eventual decisão da Aneel pela restituição integral aos consumidores vai obrigar a distribuidora a litigar inclusive contra quem não litigaria, o que aumentará as disputas, em vez de resolvê-las", afirma em resposta à proposta da agência.

Algumas concessionárias, como as do grupo Enel Brasil, que tem atuação na capital e na região metropolitana de São Paulo, consideram a proposta de ressarcimento "razoável", mas dizem que o órgão regulador precisa prever mecanismos para evitar uma devolução duplicada ao consumidor.

Em manifestação feita em consulta pública sobre o assunto, o grupo afirma que "as distribuidoras da Enel já estão sendo demandadas judicialmente por consumidores que pleiteiam a devolução individual desses valores".

A Copei, por exemplo, já recebeu mais de 100 notificações extrajudiciais de consumidores de médio e grande porte perguntando como será feita a devolução. "Existe um caminho do meio. Abrir um período de um ano, talvez, para fazer o reembolso individual. E o que sobrar, depois desse tempo, repassamos na tarifa", diz Slaviero.

A sugestão de grandes consumidores que compram energia no mercado livre é a de que o desconto venha a recair na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd). "Grande parte dos consumidores livres não pagam tarifa de energia. Eles pagam apenas Tusd, que todos nós pagamos", diz Aline Bagesteiro, diretora jurídica e de gestão da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). "O mercado de consumo de energia não é o mesmo da época em que as ações começaram a ser ajuizadas, há mais de 20 anos", completa.

Procuradas pelo Valor, Enel e Light preferiram não se manifestar.

Governo retoma corte de salário e adia o FGTS

Jéssica Gotlib

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou, na tarde de ontem, duas medidas provisórias (MPs) que correspondem a um conjunto de alterações em regras trabalhistas com a justificativa de auxiliar a manutenção de empregos durante a pandemia. As novidades incluem uma segunda rodada do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) nos moldes do que foi feito em 2020: permitindo redução de jornada de trabalho e salários.

A expectativa é que as MPs sejam publicadas na edição de hoje do Diário Oficial da União (DOU). Desta vez, o governo espera que sejam feitos cerca de 5 milhões de acordos que podem incluir cortes de 20%, 50% ou 70% nas jornadas e salários. Também será possível que as companhias suspendam completamente os contratos e adiem por quatro meses o recolhimento da contribuição para o FGTS.

Será aportado um recurso de R\$ 9,9 bilhões para o custeio do programa. A maior parte vai para o complemento em pecúnia pago pela União diretamente aos trabalhadores para compensar a perda salarial. O cálculo será feito com base no seguro-desemprego a que cada pessoa teria direito. Na semana passada, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego. Além disso, o texto autoriza descontar da meta fiscal o valor gasto nessa ação.

Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R\$ 1.100 e R\$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego. Em média, os benefícios estão estimados em R\$ 2.050,82.

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R\$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R\$ 12.867,14. Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos, negociados pelos

sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato.

A adesão será por acordo que abrange trabalhadores de todos os setores do setor privado, com exceção dos organismos internacionais. **Servidores públicos** e contratados de empresas estatais também estão de fora. Por outro lado, trabalhadores domésticos, aprendizes e empregados com contrato parcial podem ser beneficiados.

Medidas complementares também serão cobertas como a antecipação de férias individuais e de feriados, concessão de férias coletivas, regime especial de banco de horas e outras flexibilizações extraordinárias. Outra novidade é que, caso sejam feitos pagamentos indevidos e a devolução não seja possível, poderão ser feitos descontos em futuros benefícios do **INSS**. Antes, os valores seriam inscritos automaticamente na dívida ativa.

No ano passado, o governo destinou R\$ 33,5 bilhões ao programa, que registrou mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores. O resultado foi considerado bem-sucedido. O Brasil registrou a criação de 95,6 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2020 (incluindo declarações feitas fora do prazo).

Site: <http://digital.em.com.br/>

Ibre/FGV estima superávit de R\$ 2,8 bi em março

Lu Aiko Otta

Impulsionadas pelos recordes de arrecadação e pela contenção dos gastos, as contas do governo central (Tesouro Nacional, **Previdência Social** e Banco Central) devem ter encerrado março com um saldo positivo de R\$ 2,8 bilhões, aponta prévia calculada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). A receita líquida avançou 22,1% no período, enquanto a despesa primária deve ter recuado 3,1%.

A estimativa é feita com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal. O dado oficial do resultado primário será divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional amanhã. Os cálculos prévios, antecipados ao Valor, devem ser publicados no blog do Ibre hoje.

Se o resultado para março for confirmado, o saldo acumulado no primeiro trimestre chegará a R\$ 15,8 bilhões, em termos reais. Será o primeiro superávit primário visto para o período desde 2015 e o maior saldo desde 2013.

"É um superávit que não vimos há alguns anos", disse o economista Matheus Rosa Ribeiro, que elaborou os cálculos. "Mas é um número que decorre de aspectos que não devem ser considerados positivos." Embora haja destaques tanto do lado da arrecadação quanto no da contenção de despesas, os fatores que contribuíram para o resultado envolvem custo social e aumento da incerteza econômica, comentou.

Ele cita dois fatores de incerteza. O primeiro é que a batalha em torno da peça orçamentária de 2021 colocou em xeque as regras fiscais. O segundo fator é a desvalorização cambial, que acabou puxando para cima a arrecadação de **tributos** ligados ao comércio exterior.

Pelo lado das despesas, que recuaram 0,4% no trimestre, Ribeiro destaca os gastos com a covid-19. Somaram R\$ 8,3 bilhões no período. É um valor inferior ao que o governo dispendia mensalmente no ano passado.

Além disso, a demora na sanção do Orçamento levou ao represamento de despesas. As despesas não obrigatórias recuaram 33,3% no primeiro trimestre.

Uma contenção artificial dos gastos, que serão liberados ao longo do ano.

A folha ficou 3,9% menor no trimestre, comparado com igual período em 2020 - efeito da regra que congelou salários do funcionalismo em 2020 e 2021. As despesas com a Previdência avançaram 0,9% no período, refletindo a reforma aprovada em 2019.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Com R\$ 10 bi em caixa, Vivest busca diversificação

Juliana Schincariol Do Rio

Vivest (ex-Funcesp) recebeu R\$ 10 bilhões no início do mês, após o vencimento de NTN-Cs, títulos públicos atrelados ao IGP-M, que já não são mais emitidos. Cabe agora ao diretor de investimentos, Jorge Simino, buscar alternativas de diversificação no processo de reinvestimento. Parte do dinheiro - R\$ 2 bilhões - já foi aplicada em renda variável nos mercados local e externo e em NTN-Bs, atreladas ao IPCA, de curto prazo. Diante das incertezas econômicas, os aportes serão realizados paulatinamente.

A fundação está em processo de troca do indexador que compõe a meta atuarial dos planos que administra. A maioria ainda é atrelada ao IGP-DI e a Vivest segue como a única do país que ainda adota o indicador. As NTN-Cs eram os papéis mais adequados à meta atuarial. O IGP-M, seu indexador, tem a mesma composição do IGP-DI. Eles se diferem apenas no período de coleta de dados. Sob impacto da desvalorização cambial e da alta das commodities no ano passado, o IGP-DI subiu 23,08% em 2020. Com a disparada, a meta da fundação bateu o recorde histórico de 30,82%, mas a valorização dos investimentos não chegou à metade.

Atualmente, não há ativos atrelados ao IGP-M. Somado a isso, o montante recebido aumenta a complexidade do trabalho.

"Não podemos aplicar R\$ 10 bilhões em uma semana, dadas as incertezas que temos no cenário", diz Simino. Mais de 90% do dinheiro foi para os fundos de benefício definido, que irão receber parte dos recursos para gestão de liquidez. Os planos são maduros e pagam benefícios de quase R\$ 3 bilhões ao ano. A Vivest é a maior entidade fechada de **previdência complementar** de capital privado do país.

Desde que recebeu o dinheiro, o fundo de pensão já alocou cerca de R\$ 2 bilhões. De lá para cá, participou de "dois a três" leilões do Tesouro Nacional para compra de NTN-Bs. A preferência da Vivest é por títulos de curto prazo. Mas, em geral, as fundações buscam papéis mais longos, com vencimentos alinhados aos seus passivos.

"O nosso imbróglia fiscal está muito longe de ser

resolvido. Se compramos um papel de "duration" mais longa podemos ter sustos em algum evento e, assim, preferimos ficar nas mais curtas", explica. A Vivest também participou recentemente do leilão de debêntures participativas da Vale.

Ao mesmo tempo, realizou aportes de R\$ 580 milhões em ações domésticas, quando o Ibovespa estava na casa dos 117 mil pontos. Toda a gestão da fundação no segmento é interna, por meio de uma estratégia fundamentalista ou com foco em dividendos. Simino vê espaço para mais aplicações na bolsa brasileira.

A Vivest participou ainda de algumas ofertas públicas iniciais (IPOs), e não descarta fazer novos aportes. A preferência é por emissões exclusivamente primárias. São avaliados, por exemplo, o tamanho das operações e a natureza dos negócios. Entre as ofertas de que participou nos últimos meses estão Rede D"Or e Alupar.

Também há espaço para novas aplicações no exterior. No momento, isso vale para os planos de benefício definido - que no total somam R\$ 25 bilhões. Nos planos de contribuição variável, que acumulam R\$ 10 bilhões até o momento, a Vivest já chegou a 9,5% das aplicações, quase no limite de 10% permitido pelas regras dos fundos de pensão. Neste segmento, a fundação trabalha com fundos de terceiros.

Na visão de Simino, a crise sanitária no Brasil está longe de ser resolvida e o processo de vacinação, do qual depende a recuperação econômica, está mais lento do que esperado. São as boas perspectivas globais que ajudam o mercado local, que se manterá relativamente bem, na visão dele, enquanto o exterior permanecer dessa forma.

O destino dos R\$ 8 bilhões que ainda não foram realocados está sob análise. Entre as opções estão BDRs de fundos de índice (ETFs), novos aportes em fundos imobiliários ou crédito privado. Está na mira, ainda, a montagem de um fundo de investimentos voltado para tecnologia e inovação.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

A proteção dos dados pessoais e os hackers (2)

FRANCISCO GOMES JUNIOR é especialista em direito digital

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) tem como objetivo principal estabelecer regras e procedimentos para que os dados pessoais dos cidadãos sejam preservados de utilizações indevidas, vazamentos e outros tipos de fraude.

Mostra-se mais do que necessária, já que o Brasil figura entre os países que mais sofrem ataques cibernéticos e mais têm dados vazados. Segundo a empresa de cibersegurança Trend Micro, o Brasil é o segundo país que mais sofre ataques ransomware (quando os dados são sequestrados por um software malicioso e pede-se resgate para a devolução das informações).

E esses ataques devem crescer nos próximos meses, já que em agosto deste ano entrarão em vigor as multas estabelecidas na LGPD. Em outras palavras, a partir desse período as empresas poderão ser multadas por vazamentos de dados sob a sua guarda e outras fraudes que os utilizem.

As empresas de grande porte, em sua maioria, já fizeram as adaptações para ficarem em conformidade com a LGPD, mas as de menor porte, que estão atravessando dificuldades econômicas por conta da pandemia da covid-19 não conseguiram. Estima-se que ao menos metade dessas empresas ainda não tenham realizado as medidas necessárias, sobretudo de aumento de segurança para o tratamento de dados pessoais.

Para essa adequação são necessárias adaptações legais e de segurança, investimento não disponível em um momento em que a grande prioridade para muitos é sobreviver. Assim, muitas fragilidades em termos de segurança persistem, terreno fértil para os hackers que podem estar capturando dados e aguardando a proximidade do mês de agosto para tentar a extorsão mediante resgate.

E pode haver empresários que cedam aos hackers. Eles podem solicitar valores de resgate inferiores às multas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e poupam a empresa do desgaste de imagem que um vazamento de dados ou invasão em seus sistemas causa.

Outro aspecto a se levar em consideração e que pode ser nocivo à proteção dos dados pessoais dos cidadãos é o fato da ANPD não ser uma agência independente, mas vinculada à Presidência da República.

A maior parte dos vazamentos que vemos divulgados são de órgãos governamentais, como Ministério da Saúde, **Previdência Social** entre outros.

Centenas de milhões de dados já foram expostos e novos vazamentos são noticiados semanalmente. Restará a ANPD demonstrar que mesmo estando na estrutura governamental, terá independência para analisar e aplicar multas mesmo contra o interesse governamental.

Somente com a aplicação equânime da LGPD pela ANPD para empresas públicas e privadas, os princípios da proteção de dados serão absorvidos pelas empresas e ganharão credibilidade perante toda a sociedade. Ao contrário, se houver algum tipo de privilégio para empresas públicas e somente a iniciativa privada for penalizada, fica comprometida a credibilidade do sistema de proteção de dados no Brasil. Sejamos otimistas para que a ANPD exerça suas funções com autonomia, para que consiga aumentar sua estrutura de pessoal e para que desempenhe um papel de educar, orientar e sancionar, tudo com equilíbrio e sem ingerências políticas.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numero=10541>

Antecipação de 13º do INSS vai liberar R\$ 56 bilhões nos próximos meses

Prometida há semanas pelo governo, a antecipação do 13º salário de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) será paga nos próximos dois meses. A medida deve beneficiar 31 milhões de pessoas e injetar R\$ 56 bilhões na economia.

Nos próximos dias, a antecipação dos aposentados e pensionistas do **INSS** . Algo em torno de R\$ 56 bilhões para 31 milhões de pessoas. Isso será em duas fases , disse nesta quarta-feira (28/4) o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco.

Questionado sobre a data de pagamento do benefício, Bianco acrescentou que tudo indica que teremos uma antecipação para os dois meses subsequentes . Ele explicou que o **INSS** já começou a fazer os pagamentos do mês de abril e que, por isso, deve fazer a antecipação para daqui a dois meses .

Segundo o calendário de pagamentos do **INSS** , os pagamentos deste mês começaram na segunda-feira (26) e vão até a sexta-feira da semana que vem (7/5). O ciclo de pagamentos seguinte começa em 25 de maio e vai até 8 de junho; e o posterior vai de 24 de junho a 7 de julho. É possível, então, que a antecipação do 13º salário seja paga nessas datas.

Impasses do Orçamento

Bianco admitiu que, apesar de ter aprovado a antecipação do 13º há algum tempo, o governo precisou postergar esses pagamentos por conta dos impasses do Orçamento de 2021, que só foi sancionado na semana passada pelo presidente Jair Bolsonaro. Fomos obrigados a postergar a antecipação em decorrência da necessidade de aprovação da LOA [Lei Orçamentária Anual] para que pudéssemos fazer a antecipação. Trata-se de um montante significativo de dinheiro , alegou.

O secretário garantiu, ainda que a antecipação já foi aprovada de forma consensual pelo governo. O ministro da Economia, Paulo Guedes, também reforçou a promessa de antecipar o 13º dos aposentados e pensionistas quarta-feira. Com a aprovação do Orçamento, torna-se possível. São R\$ 56 bilhões , afirmou o chefe da equipe econômica, durante a apresentação dos dados do Cadastro Geral

de Empregados e Desempregados (Caged).

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4920833-antecipacao-de-13-do-inss-vai-liberar-rs-56-bilhoes-nos-proximos-meses.html>

Governo veta proposta no Orçamento de 2021 que previa mudança do auxílio-doença

Thiago Resende

O governo vetou o mecanismo aprovado no Orçamento de 2021 que previa mudança nas regras do auxílio-doença .

Para ampliar a verba controlada por deputados e senadores, o Congresso havia reduzido os gastos com o benefício na expectativa de que o modelo de pagamento fosse alterado -transferindo o custo para as empresas.

Mas, em acordo com lideranças do Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) retirou esse trecho do Orçamento, que foi sancionado no fim da semana passada com vetos e bloqueio de despesas.

O objetivo foi garantir recursos suficientes para o pagamento de gastos obrigatórios, como aposentadorias e outros benefícios previdenciários.

Em março, o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), cortou em cerca de R\$ 4 bilhões a estimativa de despesas com auxílio-doença partindo da premissa de que o governo enviaria uma MP (medida provisória) alterando regras do benefício .

O movimento fez parte da estratégia de Bittar para turbinar as emendas parlamentares, usadas por deputados e senadores para destinar recursos do Orçamento a projetos e obras a suas bases eleitorais.

Segundo técnicos da equipe econômica, esse corte no auxílio-doença não teve aval da pasta e, assim que o Orçamento foi aprovado, já havia a indicação de a MP nem ser publicada, pois o assunto ainda está em discussão pelo governo.

Bittar havia criado um mecanismo para que os R\$ 4 bilhões em emendas só fossem liberados após ser aprovada uma lei ou apresentada uma medida provisória que alterasse as regras de pagamento do auxílio-doença.

Sem consenso sobre o assunto, Bolsonaro vetou esses gastos que estavam condicionados à alteração no benefício previdenciário.

Esse veto faz parte do ajuste de R\$ 29 bilhões feito pelo presidente no ato de sanção do Orçamento para

garantir a verba para despesas obrigatórias e o cumprimento do teto de gastos -regra que limita o crescimento à inflação.

Com isso, as emendas condicionadas às mudanças no auxílio-doença foram canceladas. Elas destinavam dinheiro para a área de agropecuária, preservação ambiental e obras, por exemplo.

Mais de 10% do corte foi aplicado à política de desenvolvimento urbano com foco em melhorias viárias e a obras de drenagem.

O projeto de Orçamento não dizia exatamente qual deveria ser a mudança no benefício. O que está em análise há anos é que o pagamento concedido a trabalhadores afastados por motivos de saúde poderá ser feito pelas empresas, em vez de pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), como ocorre hoje.

O reembolso para a empresa seria por abatimento em imposto federal devido ao governo, como a contribuição patronal para a Previdência.

A ideia de alterar as regras do auxílio-doença foi desenhada em 2019 pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.

Membros do Ministério da Economia avaliam que agora o momento é outro. Por causa da crise, muitas empresas não têm dinheiro em caixa para bancar o benefício dos trabalhadores em troca de uma compensação que viria apenas posteriormente como abatimento de tributos.

Atualmente, os primeiros 15 dias de afastamento do empregado já são custeados pelas empresas.

O auxílio-doença passa a ser pago pelo **INSS** somente após a perícia médica. Porém, há perícias que levam mais de um mês para serem realizadas, período em que o funcionário fica sem pagamento -não recebe da empresa, porque está afastado, e nem do **INSS**, porque o benefício ainda não foi liberado.

A ideia que chegou a ser estudada pela equipe de Guedes em 2019 é que a empresa assumia o pagamento.

No Orçamento de 2020, o Congresso também incluiu um mecanismo semelhante ao criado por Bittar - despesas dependentes de aprovação de uma medida legislativa no futuro. A estratégia fracassou.

Na época, a liberação de R\$ 6 bilhões para obras e para a área social, como o programa Minha Casa Minha Vida, só ocorreria em caso de aprovação PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, cujo principal objetivo era conter o crescimento das despesas públicas, inclusive com medidas de corte de gastos com o funcionalismo público.

A PEC só foi aprovada em 2021 -após ser desidratada- e, portanto, o governo teve que bancar os R\$ 6 bilhões de outra forma.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/governo-veta-proposta-no-orcamento-de-2021-que-previa-mudanca-do-auxilio-doenca.shtml>

Petrobras pode ter que pagar quase R\$ 4 milhões em ressarcimento ao INSS

REPORTAGEM

A AGU (Advocacia-Geral da União) ingressou com quatro ações para tentar obter o ressarcimento de R\$ 3.750.388,58 gastos pelo **INSS** (Instituto Nacional de **Seguridade Social**) com benefícios concedidos a trabalhadores da Petrobrás S/A e suas terceirizadas.

Na ação, a AGU sustenta que o **INSS** arcou com custos de sete benefícios decorrentes de gravíssimos acidentes de trabalho que resultaram em vítimas fatais e vítimas incapacitadas para o labor .

As ações foram ajuizadas em Macaé/RJ e Alagoínhas/BA e apresentam documentos, inspeções e auditorias realizadas pelas Superintendências Regionais do Trabalho no Rio de Janeiro e Bahia, respectivamente, os quais demonstram que o descumprimento de normas de segurança e saúde do trabalho pelas empresas foi a causa determinante dos infortúnios .

As ações regressivas possuem também um importante efeito pedagógico de coibir o descumprimento das normas de segurança, auxiliando, portanto, no cumprimento do dever constitucional de assegurar um meio ambiente laboral adequado , afirmou, em nota, o Procurador-Geral Federal, Ávio Kalatzis.

Segundo a AGU, a empresa ainda não sofreu uma condenação, mas uma auditoria Fiscal do Trabalho autuou Petrobras, atribuindo à empresa a responsabilidade pelas tragédias, pois ela teria falhado na gestão de segurança no seu meio ambiente de trabalho e/ou na supervisão da tarefa.

A coluna procurou a Petrobras por meio de sua assessoria e aguarda um posicionamento da empresa.

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2021/04/28/petrobras-pode-ter-que-pagar-quase-r-4-milhoes-em-ressarcimento-ao-inss.htm>

"Eventualmente termos perda de emprego no próximo mês", diz secretário

Por Mariana Ribeiro, Valor - Brasília

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, disse nesta quarta-feira que a renovação do Benefício Emergencial para Preservação de Renda e do Emprego (BEm) vem em um momento oportuno, em que a economia ainda está criando empregos formais.

"Temos problema de eventualmente termos perda de emprego no próximo mês, claro, por conta do efeito de fechamentos", afirmou durante divulgação dos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) referentes a março. O presidente Jair Bolsonaro editou na terça-feira a medida provisória (MP) que renova o BEm.

Bruno Bianco - Foto: Reprodução / Twitter

O programa terá exatamente o mesmo formato do ano passado, disse o secretário, e são esperados quase 5 milhões de novos acordos. Estão previstos R\$ 10 bilhões para a nova fase. Cerca de R\$ 7 bilhões de restos a pagar do BEm de 2020 foram cancelados, acrescentou.

Bianco enumerou as medidas de combate à crise. Fora os R\$ 10 bilhões do BEm, foram destinados R\$ 44 bilhões ao auxílio emergencial. "Nos próximos dias, vem a antecipação do 13º de aposentados e pensionistas do **INSS**, algo em torno de R\$ 56 bilhões para 31 milhões de pessoas", disse.

Ele citou ainda que há potencial de injeção de R\$ 40 bilhões na economia com o diferimento do FGTS, considerando o período de quatro meses. Há ainda R\$ 5 bilhões ou R\$ 6 bilhões para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). "São medidas que continuarão ajudando a retomada."

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/28/eventualmente-termos-perda-de-emprego-no-proximo-mes-diz-secretario.ghtml>

Entenda como vai funcionar a redução de jornada e salário 2021

Por **Nathália Larghi**, Valor Investe - São Paulo

O programa que permite a redução de jornada e salário e a suspensão do contrato de trabalho está de volta. Ontem, o presidente Jair Bolsonaro editou a medida provisória 1045 que reinstalou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). A medida permite a redução de salário e jornada de trabalho, da mesma forma que aconteceu ao longo de oito meses em 2020. Mas, afinal, como vai funcionar? O que muda para o trabalhador?

O Valor Investe respondeu às principais dúvidas em relação à medida. Confira!

A medida é uma das iniciativas para incentivar que as empresas mantenham seus funcionários ao invés de demiti-los no momento de crise causada pela pandemia. Por meio dela, as companhias podem reduzir 25%, 50% ou 70% dos salários e das jornadas dos funcionários ou suspender seus contratos de trabalho.

Da mesma forma como aconteceu em 2020, os trabalhadores que tiverem jornada reduzida ou contrato suspenso vão receber um benefício emergencial, vindo do seguro-desemprego, proporcional ao quanto foi reduzido do salário.

Por exemplo, quem tiver uma redução de 50%, vai receber uma parcela de 50% do que seria o seu seguro-desemprego caso fosse demitido.

No ano passado, o Valor Investe lançou uma calculadora que faz essa conta para o trabalhador. Você pode acessá-la aqui.

Já no caso da suspensão do contrato de trabalho, o trabalhador recebe 100% da parcela do seguro-desemprego, que pode variar de R\$ 1.100 a R\$ 1.911,84.

No caso de funcionários de empresas com receita bruta superior a R\$ 4,8 milhões, os profissionais recebem 30% do salário e 70% da parcela do seguro-desemprego.

A medida permite que as empresas mantenham a redução ou suspensão por até quatro meses (ou 120 dias). Durante todo o período, o trabalhador receberá

o auxílio por parte do governo.

Segundo a MP, após o período de redução ou suspensão, a empresa precisa manter os trabalhadores pelo mesmo número de meses.

Portanto, se alguém teve o salário reduzido por três meses, esse trabalhador deve continuar empregado por mais três meses após a redução (o que totaliza seis meses de "estabilidade").

O funcionário, no entanto, continua podendo ser demitido por justa causa. Caso a empresa opte por demiti-lo sem justa-cause, ela deverá pagar verbas rescisórias e uma indenização. Caso o funcionário peça demissão, a companhia não é obrigada a fazer esses pagamentos.

O valor da indenização, nesses casos, fica em:

No caso de reduções de 25%, é permitido que o trabalhador faça acordos individuais com a empresa.

Já no caso de reduções de 50% a 70%, as regras mudam de acordo com o salário daquele funcionário. Os trabalhadores que ganham até R\$ 3.300 (o equivalente a três salários mínimos) podem fazer acordos individuais.

Já quem recebe entre três salários mínimos e dois tetos do **INSS** (R\$ 12.867,14), a redução deve ser feita por acordo coletivo. Por fim, quem recebe acima de R\$ 12.867,14 e tem nível superior, a lei autoriza o acordo individual.

A parcela do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) paga aos empregados será atualizada pelo valor do salário reduzido, sem considerar o seguro-desemprego.

Além disso, o profissional que entrar no programa não poderá sacar o FGTS.

No caso de quem teve o contrato suspenso, não há recolhimento do FGTS por parte do empregador durante o período de suspensão.

gráfico bala redução queda - Foto: Getty Images

Site: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e->

***politica/noticia/2021/04/28/entenda-como-vai-funcionar-
a-reducao-de-jornada-e-salario-e-suspensao-de-contrato-
de-trabalho-2021.ghtml***

Como planejar a aposentadoria desde cedo? Veja dicas para dar o primeiro passo (Previdência Privada)

Por Yasmim Tavares, Valor Investe - Rio

O planejamento da aposentadoria não costuma ser tema de conversa entre os jovens. Para muitos deles, este é um assunto que pode ser deixado para depois, principalmente por não sabermos o que acontecerá no amanhã, isto é, se estaremos vivos para desfrutar da velhice ou não. E, aqui entre nós, faz sentido avaliar dessa forma, né? A grande questão, porém, é que, pensando de uma maneira mais otimista, as chances de alcançarmos a terceira idade são grandes, uma vez que a expectativa de vida dos brasileiros aumenta a cada ano.

Não à toa, segundo dados divulgados pelo IBGE, em 1940, a esperança de vida era de 42,9 anos para os homens e de 48,3 para as mulheres - uma média de 45,5 anos. No ano passado, no entanto, essas idades chegaram a 73,1 e 80,1, respectivamente, totalizando uma média de 76,6 anos. Isso significa que, de 1940 até 2019, o tempo médio de vida aumentou 31,1 anos.

Ou seja, os números mostram que, por mais que não tenhamos uma bola de cristal para prever o que pode acontecer no futuro, é importante estar minimamente preparado para a longevidade. Mas o desafio é grande.

Apenas 4 em cada 10 brasileiros se preparam para a aposentadoria, de acordo com a última pesquisa feita pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), em parceria com o Banco Central (BC). O estudo aponta que, enquanto 41% das pessoas se preocupam com essa fase da vida, 59% não planejam o momento de se aposentar.

Somado a estes dados, que dizem respeito aos adultos, há ainda um fator agravante: a falta de conhecimento sobre investimentos e finanças entre os jovens. A 3ª edição do "Raio X do Investidor Brasileiro", pesquisa realizada pela Anbima em parceria com o Datafolha, mostra que 61% dos jovens de 16 a 24 anos desconhecem os produtos disponíveis no mercado - o maior percentual entre todas as faixas etárias.

Um ponto relevante, entretanto, é que essas pessoas mais novas ainda têm tempo para buscar mais informações sobre as ofertas de investimentos e começar a planejar a aposentadoria. Conforme destaca a sócia-fundadora da Alocc Gestão Patrimonial, Sigrid Guimarães, a grande vantagem de começar o planejamento desde cedo é a possibilidade de poupar menos, pois o tempo e os juros sobre juros dão um "empurrãozinho" para transformar os recursos em um patrimônio maior lá na frente.

Sigrid comenta que a melhor idade para começar, na verdade, é a partir do momento em que a pessoa passa a ter uma renda. O planejador financeiro pela Planejar, Marco Gianordoli, complementa ao dizer que, quando o jovem ainda mora com os pais e trabalha, ele tem um fluxo financeiro mais leve, ou seja, consegue poupar um valor maior.

O quanto de dinheiro que é preciso juntar para a aposentadoria está 100% ligado a quanto você quer ter de renda no futuro. Por isso, antes de qualquer coisa, Gianordoli recomenda estabelecer um objetivo - quanto deseja ganhar lá na frente - para, a partir daí, dar início ao planejamento.

Os especialistas ressaltam que o plano de investimento e as decisões são muito pessoais, pois cada pessoa tem um perfil diferente, com maior ou menor sensibilidade aos riscos. Ainda assim, o planejador financeiro orienta que, a partir do primeiro salário, o ideal é poupar, no mínimo, 10% da receita.

A sócia-fundadora da Alocc, por sua vez, destaca que cada pessoa deve avaliar quais são os gastos para viver e comparar com a receita para ver a capacidade de poupar. Mas, caso caiba dentro do orçamento, ela recomenda reservar 20% ou 30% da renda para a aposentadoria.

Sigrid explica ainda que, se a pessoa começar a poupar R\$ 1 mil por mês (o equivalente a R\$ 12 mil por ano) a partir de 20 anos de idade, quando ela chegar aos 65 terá um patrimônio de R\$ 1,5 milhão. Agora, se o investidor deixar para começar a juntar R\$ 1 mil por mês aos 30 anos, o valor do patrimônio já cai

para R\$ 900 mil aos 65 . Confira a simulação feita pela sócia-fundadora da Alocc, que considerou uma carteira de investimentos equilibrada e diversificada, com uma rentabilidade real (descontando a **inflação**) de 4% ao ano :

Aposentadoria aos 65 anos

Na visão de Gianordoli, para o jovem que está começando a vida financeira agora e ainda não tem tanto conhecimento sobre finanças, o ideal é optar por uma previdência privada , uma vez que ele terá um investidor profissional para fazer a gestão dos recursos.

Além de ter um especialista para gerir o patrimônio, o planejador financeiro destaca que a previdência privada também é positiva porque tem o fator tributário . "No fundo de investimento, por exemplo, tem o comecotas, enquanto que em um CDB ou em um título público, existe o prazo de vencimento. A previdência, por outro lado, não tem esse limite: o imposto só é cobrado lá na frente, quando a pessoa faz o resgate do dinheiro ".

Existem, atualmente, dois regimes de tributação nos planos de previdência: progressiva e regressiva . Cada uma delas indica como será cobrado o Imposto de Renda (IR) na hora do resgate.

No primeiro modelo, o resgate do dinheiro sofre incidência de uma alíquota de 15% na fonte e, o restante, na declaração anual do IR . Veja, abaixo, como funciona a tributação progressiva:

Tabela progressiva

No regime regressivo, por sua vez, a alíquota começa em 35% (valor máximo) e vai regredindo até chegar ao mínimo, de 10% . O objetivo, neste caso, é estimular os investimentos no longo prazo, uma vez que a alíquota diminui com o passar dos anos. Confira abaixo:

Tabela regressiva

No que diz respeito à **previdência complementar** há, ainda, dois planos que são mais conhecidos entre os investidores : Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL).

No PGBL , a pessoa é tributada em cima do montante total resgatado . Além disso, este plano é dedutível na base de cálculo do Imposto de Renda e permite reduzir até 12% dos rendimentos tributáveis na base do IR . Vale ressaltar que, para escolher esta opção, o investidor deve fazer a declaração anual completa .

No VGBL , a incidência do imposto é sobre o ganho de capital, ou seja, os rendimentos, diferentemente do PGBL, que recai sobre todo o patrimônio . De acordo com Gianordoli, para o jovem que está entrando no mercado agora, o VGBL é mais indicado . Apesar disso, ele ressalta que "o ideal é pensar nas duas opções: a partir do momento em que a pessoa paga imposto e faz a declaração completa, passa a ser interessante ter os dois planos ". Para saber mais detalhes sobre cada um dos planos, leia o blog do nosso colunista Carlos Heitor Campani, professor de Finanças do Coppead/UFRJ, em que ele explica a diferença entre PGBL e VGBL .

Antes de entrar em um plano de previdência, no entanto, Gianordoli diz que é importante saber quais são os custos envolvidos , pois tem entidades que cobram várias taxas e, outras, nem tanto . Confira quais são:

O planejador reforça ainda que é importante fugir das últimas duas taxas: a de entrada e a de saída . Por isso, o ideal é buscar por instituições de **previdência complementar** que não cobrem as mesmas.

Apesar de os investidores recorrerem à previdência privada para garantir uma aposentadoria tranquila, Sigrid destaca que há outros meios para planejar a renda que receberá no futuro . " É possível investir em fundos 'normais' do mercado, com a vantagem de ter uma gama de produtos maior e mais eficiente do que os de previdência ". Ela afirma ainda que a pessoa pode perder o benefício do imposto ao longo do tempo, como os planos PGBL e VGBL oferecem, mas ganham na competência .

Mas, para quem optar pelos fundos de investimento tradicionais, a sócia-fundadora recomenda, em primeiro lugar, criar um colchão de liquidez - a famosa reserva de emergência . " A pessoa deve começar a investir pela renda fixa. Depois que o colchão estiver mais robusto, já dá para pegar o dinheiro excedente e diversificar entre as categorias voláteis de multimercado e ações . E, para a reserva de emergência, eu recomendo um colchão largo, que cubra 3 anos de custo de vida ".

Gianordoli reforça que qualquer investimento pode ser usado para a aposentadoria . Para as opções de fundos, ele orienta observar o histórico de rendimento do produto . " Como esse fundo se comportou nos últimos 24, 36 meses? O retorno nesses períodos não é garantia de que vai dar certo lá na frente, mas é possível avaliar qual é o comportamento do gestor".

A escolha dos investimentos que vão compor a carteira, assim como o percentual destinado a cada um, é uma decisão pessoal de cada um. Nessas

horas, a pessoa deve levar em conta o padrão de vida, o perfil de investidor e o nível de exposição ao risco. Mesmo assim, de maneira geral, e pensando em um investidor com perfil moderado, Gianordoli sugere a seguinte composição: 50% em ativos conservadores, 10% em ativos ligados à **inflação** (IPCA), 25% em fundos multimercado, 10% em investimento internacional e 5% em renda variável (Brasil).

Agora, para a pessoa com perfil agressivo e com maior apetite para correr riscos, o planejador propõe diminuir o investimento em renda fixa e realocar em outras categorias: 20% no CDI, 15% na **inflação**, 35% em fundos multimercado, 20% em ativo internacional e 10% em renda variável (Brasil).

Segundo Gianordoli, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), mecanismo do governo responsável pelo pagamento da aposentadoria e outros benefícios aos trabalhadores brasileiros, é muito mais do que uma aposentadoria pensada no investimento financeiro. " O **INSS** funciona como uma espécie de seguro ", destaca o planejador.

Para ele, é importante que os jovens contribuam para o **INSS** para ter algum recurso lá na frente, principalmente pela questão do auxílio-doença. "Imagina que você é um profissional autônomo e acabou de completar a independência total financeira com uma renda de R\$ 3 mil por mês. Se você sofrer um acidente, o seu fluxo financeiro acaba no instante em que para de trabalhar. Mas, com o **INSS**, você terá o mínimo para se sustentar neste período mais difícil ".

Sigrid comenta que é importante garantir os benefícios do **INSS**, mas que as pessoas não devem depender só dessa contribuição. " O teto do **INSS**, hoje, é algo em torno de R\$ 6 mil por mês. Então, dá para desfrutar da velhice com esse valor? Quais são os custos do padrão de vida que você leva? É sempre válido ter o **INSS**, mas não abrir mão da sua própria previdência".

- Foto: Getty Images

Site:

<https://valorinveste.globo.com/produtos/previdencia-privada/noticia/2021/04/28/como-planejar-a-aposentadoria-desde-cedo-veja-dicas-para-dar-o-primeiro-passo.ghtml>

Deixaremos Bolsonaro impune? - CAROL PIRES

CAROL PIRES

O governo de Jair Bolsonaro tem sido fatal para muitos brasileiros. Seu desvario já motivou 116 pedidos de impeachment -hoje parados pela cumplicidade do presidente da Câmara, Arthur Lira, que diz não ver razão em 95% deles. Os outros 5% nos bastam, deputado.

Agora está no forno um super pedido de impeachment articulado por uma frente outrora impensável, que vai de Joice Hasselmann a Talíria Petrone. Dizer ainda que não há clima político para processá-lo é impor pré-requisito para se fazer justiça.

Bolsonaro cometeu todos os piores pecados atribuídos aos últimos presidentes e mais. Foi eleito por um partido acusado de crime eleitoral Fez pedaladas fiscais e inaugurou as pedaladas ambientais, inflacionando taxas-base de desmatamento e emissão de gases estufa para arregar a porteira. Seu gabinete do ódio tenta silenciar a imprensa e a oposição enquanto investigadores paralelos perseguem **servidores públicos**. Seus filhos são investigados por corrupção. E a ligação com a milícia tem se mostrado inocultável.

Forjado na violência e no trambique, o ex-deputado já dizia que, se fosse eleito presidente, "daria um golpe no mesmo dia". Para mudar o Brasil, acrescentou, seria preciso matar "uns 30 mil". Do alto de quase 400 mil mortos por Covid, parece não ter dado um golpe por falta de apoio.

Bolsonaro também precisa ser responsabilizado pela sua cruzada contra o nosso direito constitucional à saúde. Pode ser que a CPI da pandemia seja capaz de desgastá-lo para que chegue a 2022 inviabilizado. É o melhor cenário para os pré-candidatos à Presidência. Mas deixá-lo no cargo é esgarçar o tolerável Recordista de seu tempo em ações no Conselho de Ética, Bolsonaro sempre foi poupado por seus pares. Por sua trajetória irrefreável, deixá-lo impune mais uma vez é dar combustível para que continue nos guiando rumo à calamidade. O impeachment é a primeira vacina para nossa saúde democrática.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

10

Guedes troca postos-chave sob pressão do Congresso

Fábio Pupo e Thiago Resende Brasília

O ministro Paulo Guedes (Economia) decidiu alterar o comando de áreas centrais de sua pasta para melhorar tanto o desempenho de sua equipe como a relação com a classe política após desgastes na formulação do Orçamento de 2021.

As movimentações são feitas enquanto líderes partidários elevam a pressão para que o Ministério da Economia seja desmembrado, mas integrantes da pasta negam a relação.

Várias pressões já foram feitas ao longo do tempo para uma divisão do ministério de Guedes, que sempre fez questão de manter o desenho de sua pasta. Interlocutores negam que o ministro tenha mudado de ideia e passado a concordar com um desmembramento.

As mudanças feitas agora incluem a troca do comando da Secretaria Especial de Fazenda, principal braço do Ministério da Economia e com atribuições em grande parte equivalentes ao antigo Ministério da Fazenda. Sai Waldery Rodrigues e entra Bruno Funchal, atual secretário do Tesouro Nacional.

Na noite desta terça (27), Guedes negou que as trocas sejam por pressão política. O objetivo da reformulação, segundo afirmou o ministro à imprensa, é dar novo fôlego ao funcionamento da pasta.

"Nós somos uma equipe unida e nós fizemos uma avaliação sempre da nossa estratégia, a nossa estrutura e que pessoas nós podemos mobilizar para cada prioridade."

Guedes busca promover uma espécie de rodízio de jogadores após considerar concluída uma partida pesada como a conclusão do Orçamento, que gerou brigas por recursos com o Legislativo e desgastes no próprio Executivo.

Segundo o ministro, com as mudanças, se espera facilitar as negociações com o Congresso e com outras pastas do Executivo. "É um desgaste natural", afirmou Guedes ao lado de Waldery, em meio a um discurso de que não houve demissão, e sim uma realocação.

Ele defendeu o trabalho do agora ex-secretário e disse que os brasileiros deveriam ser gratos pelo trabalho que ele realizou. Ambos citaram medidas como a reforma da Previdência e a Lei de Falências.

Guedes definiu as mudanças como necessárias para "fazer o próprio grupo continuar".

De acordo com integrantes do governo, o trabalho executado pelo principal dos oito secretários especiais de Guedes chegou a um ponto de fadiga nas relações dentro e fora do ministério, acima e abaixo na hierarquia.

Fora da pasta, o secretário acumulou indisposições ao ajudar a barrar planos dentro e fora do governo que não se encaixavam nas regras. Waldery era citado reservadamente até por membros da pasta de Guedes por, segundo os relatos, emperrar o andamento de medidas econômicas, inclusive as de enfrentamento da crise causada pela pandemia.

Internamente, é mencionada dificuldade na execução dos trabalhos com o restante da equipe. Os relatos sobre Waldery retratam um servidor que acionava seu time de madrugada e em fins de semana e marcava reuniões que se prolongavam por horas pelo volume de tarefas.

Os problemas vistos no Orçamento de 2021 foram a gota d'água. O texto foi negociado com o governo e aprovado pelo Congresso, mas depois a equipe econômica -liderada por Waldery nesse tema- considerou os números inexecutáveis, gerando atritos com parlamentares e demandando sucessivos debates para encontrar saídas.

Apesar do desgaste, colegas ponderam que resolver os impasses no Orçamento não era algo fácil, tendo em vista as diferentes regras fiscais e o apetite dos parlamentares por recursos. Outras pessoas poderiam ter feito pior, comentam.

Além disso, é ponderado que Waldery é visto pelo próprio ministro como alguém importante tecnicamente, além de um servidor dedicado e leal. Outro ponto mencionado a seu favor é a quantidade de atribuições comum a estrutura não equivalente.

Por tudo isso, Waldery (que é servidor de carreira do

Senado) deve ser convidado a permanecer na pasta. É estudada a possibilidade de ele assumir o cargo de assessor especial de Guedes.

Já Funchal, o substituto, é tido como alguém que vê as regras fiscais como a do teto de gastos de forma tão ou mais rígida do que Waldery -no entanto, com mais facilidade para diálogo.

Antes de assumir o Tesouro, ele era diretor de programa na Secretaria Especial de Fazenda e conduzia tratativas sobre medidas e repasses de verbas a estados e municípios.

Jeferson Bittencourt, atual assessor especial de Guedes voltado à interlocução com o Congresso, deve assumir a vaga de Funchal na Secretaria do Tesouro. Servidor de carreira do órgão, ele é cotado desde o ano passado para um novo cargo.

Por causa da relação de Bittencourt com parlamentares, as trocas devem ampliar o diálogo com o Legislativo. Informalmente, as movimentações são discutidas desde a saída de Mansueto Almeida, ex-secretário do Tesouro que teve atritos com Waldery.

O plano para as trocas se intensificou em 2020, quando o presidente Jair Bolsonaro ameaçou publicamente de "cartão vermelho" Waldery após o secretário defenderem entrevista o congelamento do reajaz-te para aposentados.

Também deve ser trocado George Soares, secretário de Orçamento Federal (pasta que fica na Secretaria Especial de Fazenda). Ele deve ser substituído por Ariosto Antunes Culau, servidor de carreira da Economia e lotado na Secretaria- Geral da Presidência.

Segundo Guedes, Soares pediu para deixar o cargo "para facilitar o andamento das reformas", já que ocupava uma posição bastante desgastante diante das negociações por liberação de mais dinheiro para diferentes áreas do governo e do Congresso.

As trocas de Guedes também acontecem em paralelo à saída de outros integrantes da equipe. Os motivos, nesses casos, são diversos. Vanessa Canado, assessora especial para a **reforma tributária**, pediu demissão para se dedicar à vida acadêmica.

O lugar dela será assumido por Isaías Coelho, economista e professor da FGV e consultor internacional em política e administração tributária.

Yana Dumaresq, secretária especial adjunta de Comércio Exterior, vai para a iniciativa privada. Outra saída prevista é a de Martha Seillier, secretária

especial do PPI que deve ganhar um cargo no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

Seillier, porém, disse que não havia sido informada da mudança. "Sigo no PPI", disse em entrevista à imprensa. "Até onde eu sei, o PPI segue no Ministério da Economia".

Ela também negou que haja uma "debandada" na pasta.

A pressão de líderes pelo desmembramento do Ministério da Economia inclui, por exemplo, pedidos para que sejam criados os Ministérios de Previdência e Trabalho, além da pasta do Planejamento, que cuida do Orçamento.

No caso de Previdência e Trabalho, a área cuida do pagamento de aposentadorias e pensões, além de ser responsável por indicações em diversas agências do **INSS** e cargos ligados à fiscalização trabalhista pelo país.

A articulação de congressistas também envolve a recriação do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, que se arrasta desde o fim do ano passado.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49510>

Resposta a pressões

MANOEL VENTURA, GERALDA DOCA E JUSSARA SOARES *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

Pressionado após a crise entre governo e Congresso em tomo da aprovação do Orçamento e sob risco de desmembramento da pasta, o ministro da Economia, Paulo Guedes, promoveu ontem uma ampla reformulação em seu time. A principal mudança foi a saída de Waldery Rodrigues Júnior da secretaria especial da Fazenda, para se tornar assessor especial do ministro. Waldery é frequentemente apontado por congressistas e pelo restante do governo como de difícil trânsito nas negociações e se desgastou ainda mais durante as discussões da proposta orçamentária deste ano.

No total, foram seis trocas na pasta. Os novos nomes têm perfil técnico, mas fazem parte de um esforço para melhorar a interlocução da equipe econômica com o Legislativo e com a ala política do governo. A expectativa do Palácio do Planalto é que, após a reformulação, o Ministério da Economia consiga manter sua atual estrutura, sem abrir mão do Planejamento.

Não é a primeira vez que Guedes promove reformulações na equipe em momentos de turbulência. Dos oito secretários especiais que entraram em janeiro de 2019, só um é do time original, o chefe da pasta de Competitividade, Carlos da Costa. Todos os outros foram substituídos, sem contar mudanças em escalões inferiores. Desde o início do mandato do presidente Jair Bolsonaro, já deixaram o governo ao menos 12 auxiliares de Guedes ou indicados dele para postos-chave em estatais como BNDES, Petrobras e Banco do Brasil.

PRESSÃO QUASE DESUMANA

Ao fim do dia de mudanças, ontem, Guedes deu uma entrevista para reforçar que as trocas são naturais, novas mudanças podem ocorrer, e que o grupo permanece unido:

- O que está acontecendo, na verdade, é um remanejamento da equipe. Nós estamos jogando em 4,4,2 e nós vamos jogar em 4,3,3. Justamente para facilitar as negociações do Congresso, para facilitar as conversas com o próprio Executivo, com os ministérios - disse Guedes, comparando a mudança com o esquema tático de um time de futebol.

Waldery dará lugar a Bruno Funchal, atual secretário

do Tesouro Nacional. Também deixa o cargo o secretário de Orçamento Federal, George Soares, que será substituído pelo ex-secretário executivo do antigo Ministério da Fazenda Ariosto Culau. Ele atuou no governo do ex-presidente Michel **Temer**.

O ministro admitiu que as áreas ligadas ao controle das contas públicas sofrem com o desgaste na negociação política, mas negou que tenha havido pressão para as trocas específicas.

- Tem um certo aumento de resistência, as negociações são difíceis. A função dele (Waldery) é muito difícil. No caso da secretaria de Fazenda, é onde está o foco também, onde o "não" é dito com muita frequência - disse Guedes, que completou em outro ponto da entrevista: - É quase desumana a pressão que existe sobre o time todo. E é natural. Não houve nada específico.

Guedes afirmou ainda que as conversas para as trocas ocorreram ao longo dos últimos meses. No caso de Soares, o ministro afirmou que partiu do próprio técnico a avaliação de que o desgaste estava grande:

-O desgaste do George é muito grande, é brutal. Ele mesmo falou assim: "Olha, eu acho que está na hora, para facilitar o andamento das reformas, está na hora de eu recuar".

Dentro do Palácio do Planalto, a avaliação é que Funchal dará mais agilidade ao governo e irá melhorar a situação de Guedes na Esplanada. A aposta é que, com a reformulação no time, diminuirão as pressões para recriação do Ministério do Planejamento, que nas gestões anteriores era responsável pelas atribuições hoje sob o comando de Waldery e Soares. A pasta foi uma das quatro incorporadas ao superministério de Guedes.

Essa leitura, no entanto, não é compartilhada por todos os observadores da crise. Para integrantes da ala política e do segmento empresarial, as substituições não encerram a crise. O entendimento é que Funchal tem o mesmo perfil fiscalista de Waldery. Seria preciso, na visão desses grupos, pôr no lugar alguém operacional, "que saiba fazer", como resumiu um peso-pesado do setor produtivo. O nome preferido dos dois grupos é Esteves Colnago, chefe da assessoria especial do Ministério da Economia e ex-ministro do Planejamento.

SEM BRECHA PARA GASTOS

Integrantes do Ministério da Economia garantem que as trocas não significam mudanças na condução da política econômica, nas medidas de controle das despesas públicas e nem devem se transformar em brecha para mais gastos.

Além das mudanças nas áreas voltadas para a gestão orçamentária do ministério, também é dada como certa a saída da secretária especial do PPI, Martha Seillier. Essa área é voltada às concessões e privatizações do governo federal. O nome que irá substituí-la ainda não foi definido, e há a possibilidade de o PPI voltar para o Palácio do Planalto, por pressão principalmente do ministro da Secretaria-geral, Onyx Lorenzoni. Hoje o órgão está dentro da estrutura do Ministério da Economia. Martha deve assumir um cargo no BID, o que vem sendo negociado há semanas no governo.

Também ontem, foi confirmada a saída de Vanessa Canado da assessoria especial do ministro dedicada à **reforma tributária**. Ela será substituída pelo professor da FGV Isaías Coelho. Sem relação com a crise do Orçamento, a saída da assessora já era dada como certa há meses, diante do desgaste entre Guedes e o grupo ligado ao ex-presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), segundo fontes. A advogada tributarista foi uma das autoras da proposta defendida por Maia e criticada pela equipe econômica.

Também estaria de saída, embora ainda não confirmada, a secretária-adjunta de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Yana Dumaresq. Ela deve passar a atuar na iniciativa privada. Em sua vaga deve assumir João Rossi, secretário-adjunto de Negociações Internacionais da Economia.

"O que está acontecendo, na verdade, é um remanejamento da equipe. (...) Justamente para facilitar as negociações do Congresso, as conversas com o próprio Executivo, com os ministérios"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Assessora deixa ministério mesmo depois de Lira prometer reforma

MANOEL VENTURA

manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br **BRASÍLIA**

Assessora especial de Guedes voltada à **reforma tributária**, Vanessa Canado decidiu deixar o governo mesmo após o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dar prosseguimento às discussões sobre o tema. Ele cobrou do relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), que entregue o seu texto até 3 de maio.

Ao GLOBO, Vanessa não detalhou o motivo da sua saída, mas disse que "encerrou bem" e de "forma muito satisfatória" seu ciclo no Ministério da Economia. Advogada tributarista, ela será substituída pelo professor da FGV e consultor em política e administração tributária Isaías Coelho.

De acordo com integrantes do Ministério da Economia, a saída de Vanessa já era esperada desde dezembro do ano passado, mas vinha sendo adiada.

A assessora de Guedes foi uma das idealizadoras da proposta que une o PIS e a Cofins, primeira etapa da **reforma tributária** do governo.

Antes de ir para o governo, ela integrava a equipe do economista Bernard Appy, mentor da **reforma tributária** de autoria da Câmara dos Deputados, no Centro de Cidadania Fiscal. A reforma da Câmara é criticada pela equipe de Guedes, que vê na proposta a chance de aumento da carga tributária.

Para integrantes do governo, a presença de Vanessa no ministério representava um canal de diálogo com os defensores da proposta da Câmara, que é defendida pelo ex-presidente da Casa Rodrigo Maia (DEM-RJ). A avaliação agora é que a saída de Vanessa do governo reforça a resistência do time de Guedes a essa proposta e a defesa de uma reforma fatiada, com adesão voluntária dos estados.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novo pacote aos 100 dias

**ANDRÉ DUCHIADE, Ana Rosa Alves, André Duchiate,
Marina Gonçalves, Filipe Barini**

Tendo atuado como senador por 36 anos, Joe Biden foi um dos políticos americanos que mais assistiu a discursos presidenciais em sessões conjuntas do Congresso. Na condição de vice, por oito anos ele acompanhou os pronunciamentos de Barack Obama aos congressistas. Hoje, antevéspera de completar o centésimo dia de mandato, Biden fala pela primeira vez a deputados e senadores reunidos, numa sessão em que pretende fazer um balanço do início de sua gestão e apresentar caminhos a seguir, com o anúncio de mais um pacote econômico, o terceiro que apresenta.

O discurso em sessão conjunta do Congresso no primeiro ano de mandato foi adotado pelos seis últimos presidentes americanos. A fala -que geralmente ocorre em fevereiro, mas foi adiada em função da pandemia - substitui o discurso sobre o Estado da União, e tem como propósito expor a agenda presidencial aos congressistas. Já o discurso do Estado da União, em janeiro dos anos seguintes, serve para que o mandatário faça um resumo de suas realizações.

AUMENTO DE IMPOSTOS

A grande novidade do discurso será o anúncio de mais um volumoso pacote financeiro, destinado a reforçar a educação, a assistência infantil e os direitos trabalhistas nos EUA. Denominado Plano para as Famílias Americanas, espera-se que o pacote vá ter um custo entre US\$ 1,5trilhão a US\$ 1,8 trilhão. Entre as suas prioridades, estão o acesso gratuito a faculdades comunitárias, acesso universal a creches, a instituição de licença médica e familiar remunerada e créditos fiscais para os mais pobres.

O pacote, se aprovado, será financiado principalmente por aumentos de impostos para os americanos mais ricos. Entre as propostas em discussão estão a volta da alíquota de Imposto de Renda para pessoas físicas superior aos índices anteriores aos cortes de 2017 instituídos por Trump; de 37%, a contribuição voltaria para 39,6%. Além disso, a taxa de ganhos de capital para pessoas que ganham mais de US\$ 1 milhão anuais subiria para 39,6%, dos atuais 20%. Há ainda outras propostas em discussão, como um imposto sobre a transferência de ativos após a morte.

Este será o terceiro grande pacote econômico de

Biden, que tem apostado em uma estratégia de medidas ousadas, em busca de visibilidade. O presidente busca inspiração direta em Franklin Roosevelt, tendo pendurado um quadro do arquiteto do New Deal em seu escritório na Casa Branca. Como disse há um mês, após o governo de Donald Trump e a pandemia do coronavírus, e frente à ascensão da China - que em breve será a maior economia em termos absolutos - Biden entende ser crucial provar ao público que "a democracia funciona".

Assim como ocorreu com o já aprovado plano de resgate contra a pandemia, de US\$ 1,9 trilhão, e com o pacote de infraestrutura e empregos, ainda em avaliação no Congresso, de US\$ 2,25 trilhões, republicanos e investidores de Wall Street devem apresentar uma ferrenha resistência ao novo pacote. Funcionários do governo afirmam que, embora vá se mostrar aberto ao diálogo, o presidente está disposto a aprovar os planos mesmo sem apoio bipartidário, pois o momento exige ação.

O governo cita pesquisas que mostram apoio majoritário a uma reforma tributária. No discurso, Biden classificará as medidas como uma forma de tomar mais justa a proporção entre os impostos pagos pela classe média e pelos muito ricos. Segundo cálculos do Tesouro, uma repressão agressiva à evasão fiscal por parte de corporações e dos ricos poderia levantar pelo menos US\$ 700 bilhões líquidos em 10 anos. O presidente também deve ressaltar que os aumentos de impostos atingem um número muito restrito de americanos.

Em termos de popularidade, estas medidas ainda não serviram para expandir o apoio ao presidente. A aprovação de Biden mantém-se estável desde que ele assumiu o cargo. De acordo com um balanço da CNN, desde janeiro, o democrata nunca teve menos de 52% de aprovação, e nunca mais do que 55%-índice reiterado por uma pesquisa do Ipsos/Reuters divulgada ontem.

O índice é mais alto do que o desfrutado por Trump em qualquer momento de seu mandato: o republicano nunca teve mais de 50% de apoio, e, em seu centésimo dia, tinha o trabalho aprovado por 45% dos americanos. Ainda assim, a aprovação de Biden não é historicamente significativa, e supera apenas a de Trump e a de Gerald Ford. Quando Barack Obama estava havia 100 dias na Casa Branca, 62% dos americanos o apoiavam. George W. Bush, por sua vez, tinha o endosso de 63%.

Além de apresentar o novo pacote, Biden provavelmente abordará uma reforma da polícia, um assunto reacendido após a condenação, na semana passada, do ex-policial de Minneapolis Derek Chauvin pelo assassinato de George Floyd em 2020.

FORMATO REDUZIDO

Em termos de conquistas até aqui, espera-se que, no discurso, Biden faça um balanço de seus esforços para combater a pandemia, que já matou mais de 570 mil americanos. Antes de assumir o governo, ele definiu uma meta de administrar 100 milhões de vacinas em 100 dias. Até segunda-feira, 231 milhões de doses foram administradas, e quase 96 milhões de americanos (29% da população) já tinham recebido as duas doses. Ontem, o governo anunciou que quem estiver vacinado pode andar sem máscara em espaços abertos.

Ainda assim, a pandemia restringirá o alcance do evento. Devido ao vírus, o discurso será apenas para convidados, e cerca de 200 pessoas comparecerão, em vez das mais de mil habituais. O discurso está marcado para as 21h locais (22 de Brasília), e será transmitido pela TV. Após a fala de Biden, o senador republicano Tim Scott, da Carolina do Sul, apresentará uma resposta em nome do Partido Republicano.

O BALANÇO DA PRIMEIRA ETAPA

Vacina anti-Covid nos braços de mais de 42% da população

Os 100 primeiros dias de Biden foram marcados por uma reviravolta na resposta pandêmica: com políticas embasadas na ciência, o país passou de epicentro da crise para palco de uma das campanhas de vacinação mais avançadas do mundo.

Em 20 de janeiro, os EUA registravam uma média de 194 mil novos casos diários da doença. Hoje, são pouco mais de 55,2 mil. O surto de dezembro já perdia força na posse, mas o processo foi acelerado pelas restrições mais duras implementadas por Biden, que criou uma força-tarefa de especialistas para guiar a resposta oficial e suspendeu a saída de Washington da Organização Mundial da Saúde.

É a vacinação, contudo, que desponta como seu maior triunfo. Mais de 42% da população já receberam ao menos uma dose, e todos com mais de 16 anos estão aptos a se vacinar. A promessa de Biden era aplicar 100 milhões de injeções em 100 dias, mas, no 92º dia, o país cruzou a marca de 200 milhões de doses.

Parte do sucesso deve-se à Operação Velocidade da

Dobra, iniciativa de Trump para financiar e acelerar as vacinas. o novo governo, contudo, organizou uma maciça infraestrutura de imunização, transformando até farmácias em centros de vacinação e coordenando com governos locais e estaduais. O triunfo também é resultado do veto americano à exportação de doses e insumos. Pressionado, Biden anunciou que compartilhará 60 milhões de doses da AstraZeneca/Oxford. Isso, porém, levará semanas.

Mais Estado em novo paradigma com planos trilionários de recuperação

Ampla em termos de alcance, gastos e ambição, a agenda econômica de Biden contrasta com a da era Obama. Enquanto o último presidente democrata buscava obter o maior apoio bipartidário possível e zelava para não expandir muito a dívida federal, Biden almeja, como já disse, "mudar o paradigma". Seu plano é deixar para trás os dias de baixo crescimento; para isso, confere ao Estado um maior papel na economia. Até aqui, esta mudança de direção se traduziu em pacotes trilionários, que o presidente vem levando adiante, aproveitando-se da maioria democrata nas duas casas do Congresso.

No início de março, o Congresso aprovou um pacote de resgate econômico de US\$ 1,9 trilhão, com objetivo de atenuar os estragos da pandemia, com cheques de US\$ 1,4 mil por pessoa, a prorrogação do seguro-desemprego, fundos contra a pobreza infantil e esforços para aumentar a vacinação.

No último dia de março, Biden apresentou um novo pacote, de US\$ 2,25 trilhões, destinado a empregos e infraestrutura. Entre as ações previstas, estão a modernização de estradas e pontes, fundos para pesquisa, reformas de escolas e assistência para pessoas com deficiência e idosos. Para ser financiado, o pacote prevê um aumento dos **impostos corporativos**, de 21% para 28%.

Há ainda a segunda parte do plano, a ser apresentada hoje, com custo estimado entre US\$ 1,5 trilhão e US\$ 1,8 trilhão.

Mudança de política para imigrantes provoca corrida à fronteira

Biden reverteu medidas anti-imigração de Trump, incluindo a que obrigava os solicitantes de asilo a esperarem o exame dos seus casos no México. A nova política levou a uma corrida à fronteira que pegou o governo despreparado e provocou críticas da oposição. O número de crianças que chegam desacompanhadas, a maioria da América Central, disparou - só em março, foram 18.890. As mudanças incluem a retomada do programa Menores da América

Central, que permite que crianças fugindo da violência fiquem no país.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

O democrata também paralisou a construção do muro de Trump, criou uma força-tarefa para reunir crianças separadas de suas famílias, cancelou o veto à entrada de cidadãos de países muçulmanos nos EUA e permitiu que os "dreamers", jovens que chegaram ao país quando crianças, tenham acesso a financiamento imobiliário. Ele enviou ao Congresso um esboço da Lei de Cidadania, que, se aprovada, garantirá o green card à maioria dos 11 milhões de imigrantes sem papéis. Diante de massacres a tiros, Biden vem pedindo mudanças legais abrangentes, incluindo a proibição de armas de assalto e pentes de munição de grande capacidade-medidas que precisam passar no Congresso. Ele também pressiona o Senado pela aprovação de legislação para checagem de antecedentes de todos os compradores de armas. Além disso, o presidente derrubou o veto de Trump à entrada de pessoas transgênero no Exército.

Busca de protagonismo e latinos em segundo plano

Tendo como um dos lemas da campanha a frase "os EUA estão de volta", a política externa de Joe Biden buscou reverter as posições isolacionistas dos anos Trump, a começar pela busca por protagonismo em pautas como o clima. Pouco após a posse, Biden levou os EUA de volta ao Acordo de Paris, e em abril realizou a cúpula com cerca de 40 líderes estrangeiros, de olho na transição para uma economia verde.

Biden sustou a saída dos EUA da Organização Mundial da Saúde e anunciou um aporte de US\$ 4 bilhões ao consórcio Covax, destinado à distribuição igualitária de vacinas, mas titubeia em liberar para nações pobres algumas das milhões de doses produzidas nos EUA. Algumas políticas não tiveram alterações bruscas. A posição diante da China, definida pelo democrata como de "competição extrema", buscou atrair aliados regionais, como Japão, Índia e Coreia do Sul, para uma frente anti-Pequim. Além disso, foram anunciadas novas sanções relacionadas a direitos humanos. Em relação à Rússia, vista como adversária, também foram intensificadas as sanções e fortalecidos os laços de segurança com a Otan.

Já a América Latina continuou em segundo plano, sem mudança de rumo para Cuba e Venezuela, alvos de fortes sanções de Trump. No caso do Brasil, onde Bolsonaro apoiou a reeleição de Trump e sugeriu fraude eleitoral, a comunicação entre os líderes ocorreu na forma de cartas protocolares, e cobranças por ações na questão climática.

O receiptuário do diversionismo - FERNANDO EXMAN

FERNANDO EXMAN

Acossado por uma comissão parlamentar de inquérito, em tensão permanente com os outros Poderes e em meio a dificuldades para combater tanto a pandemia quanto seus efeitos econômicos, o governo fará de tudo para lançar, dia após dia, notícias que busquem desviar a atenção dos problemas que acometem o país.

O programa de governo deu lugar a um plano de sobrevivência política. Este, por sua vez, permanece a reboque das turbulências que a própria administração Jair Bolsonaro cria.

Começaram a usar a receita do bolo mais servido na capital federal em tempos de crise: quando há algo errado, coloca-se a culpa na comunicação. Em seguida, é retirada do bolso do paletó uma lista com medidas concretas ou propostas genéricas, muitas das quais com poucas chances de prosperar sem o uso de fermento. Pouco importa. A finalidade é agradar o paladar do investidor ou melhorar a imagem do Brasil na vitrine.

Arremata-se culpando inimigos imaginários ou terceirizando responsabilidades. E isso é feito sem pudor, mesmo que riscos tenham sido identificados previamente e soluções, sugeridas.

Já foi recuperada da geladeira a reforma tributária.

E tarefa inglória encontrar algum governador que vislumbre um debate sereno da proposta ou até mesmo a sua aprovação no curto prazo.

Outras ideias começam a ser colocadas em prática. Bolsonaro assinou, enfim, a medida provisória que reinstalou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Não eram poucas as críticas, entre empresários, à demora na reedição do pacote. Ao promover uma reunião extraordinária do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), colegiado responsável pela implementação de medidas de desestatização, o Executivo tenta também iluminar novamente a agenda liberal, que vem perdendo sua luz própria.

O mesmo esforço se vê na área ambiental, onde o governo Jair Bolsonaro esboça uma inflexão. Mas

precisa correr contra o tempo, se de fato estiver decidido a calibrar as políticas públicas voltadas ao setor.

A cúpula organizada pelos Estados Unidos acabou por mostrar ao governo o que já era evidente para a iniciativa privada. Sem ter acesso direto ao colega americano, o presidente Jair Bolsonaro precisou registrar por escrito a nova abordagem que pretende dar ao tema. Acabou tendo uma passagem apenas protocolar pelo encontro, onde fez uma série de promessas que passarão a ser objeto de monitoramento.

No entanto, além de lidar com suas próprias idiossincrasias, o governo brasileiro vai precisar se apressar para implementar novas ações e torná-las perceptíveis ao público. Isso porque não demorará a chegar o período do ano em que ocorrem as queimadas na Amazônia e em biomas como o Cerrado ou o Pantanal. Existe ainda a preocupação com a possibilidade de haver alguma descontinuidade das ações das Forças Armadas na Amazônia.

A Operação Verde Brasil 2, voltada a combater ilícitos ambientais e focos de incêndio, expira na sexta-feira. Setores do governo defendem a edição de um decreto instituindo uma nova operação de garantia da lei e da ordem, com o intuito de assegurar que o Estado permaneça presente na região. Até ontem, esse ato insistia em ficar de fora das páginas do "Diário Oficial da União".

O que já se sabe é que pelo menos será feita uma transição baseada no "Plano Amazônia 2021/2022", documento aprovado depois de discussão no Conselho Nacional da Amazônia Legal.

Quem comanda o colegiado é o vice-presidente Hamilton Mourão, que deu maior peso institucional às discussões e reforçou, por exemplo, a percepção sobre a necessidade de se proporcionar maior protagonismo à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Essa é uma ideia defendida há tempos tanto por diplomatas como por militares, a despeito das diferenças políticas existentes entre os governantes dos oito países que integram a instituição - Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

Na visão deles, depois da implosão da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho de Defesa Sul-Americano, a OTCA poderia servir de plataforma institucional para coordenar as políticas regionais, inclusive quanto a iniciativas de segurança, controle fronteiriço e combate a ilícitos transnacionais.

Curiosamente, a organização é sediada em Brasília, mas o país vinha desdenhando de sua potencialidade. Se aproveitada na plenitude, a OTCA pode recolocar o Brasil no debate ambiental, fortalecendo sua posição na região e dando eco ao discurso nacional nos organismos multilaterais.

A instituição vem mantendo contato direto com a União Europeia, instituições financeiras e agências das Nações Unidas. Pretende ainda atuar como entidade observadora na Assembleia-Geral da ONU. Ou seja, a ideia é promover o posicionamento conjunto dos países amazônicos nos ambientes multilaterais, inclusive defendendo bandeiras caras ao Brasil, como o aumento das contribuições financeiras de países desenvolvidos.

Enquanto isso, ela já tem agido, no limite de suas capacidades, na promoção do desenvolvimento sustentável. Desenvolve projetos voltados à água, ao saneamento básico, à proteção das florestas e ao combate a incêndios, mas precisa de um impulso político ainda maior para ampliar seus horizontes de atuação.

Isso consta do mapa estratégico produzido sob a coordenação de Mourão, que acabou sem os instrumentos executivos necessários para assegurar a implementação dessas e de outras diretrizes definidas no âmbito do Conselho Nacional da Amazônia Legal. Seu papel nunca agradou alguns ministros, mas agora isso pode até ser útil para Bolsonaro. Não será surpresa se o vice for injustamente responsabilizado pelos problemas que possam surgir, até porque o destino eleitoral de Mourão já está excluído dos planos do presidente.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: fernando.exman@valor.com.br

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Avanço rápido das reformas é improvável - NILSON TEIXEIRA

NILSON TEIXEIRA

O resultado dos embates para a sanção do orçamento federal de 2021 foi negativo. Como em 2020, o governo precisou redefinir as regras do resultado primário, do teto dos gastos e de ouro - "veda que os ingressos financeiros oriundos do endividamento sejam superiores ao conjunto de investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida".

As despesas relativas à pandemia superiores a R\$ 100 bilhões (1,3% do **PIB**) retiradas do cálculo das regras fiscais incluem: o Auxílio Emergencial de R\$ 44 bilhões; os gastos em saúde com a pandemia; o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm) - transferências em contrapartida aos acordos para manutenção do vínculo de emprego em caso de suspensão temporária do contrato de trabalho e de redução da jornada e do salário; e o Programa Nacional de Apoio aos Microempreendedores e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - financiamento para investimentos ou capital de giro por 36 meses à taxa Selic mais 1,25% ao ano para empresas no Simples com renda anual de até R\$ 4,8 milhões.

O aumento dos recursos destinados às emendas parlamentares não acrescentou por si só um risco relevante para a sustentabilidade da dívida pública. Parte da elevação dessas despesas obrigatórias não será executada, pois muitos beneficiários serão incapazes de atender as condições para liberação dos recursos. No entanto, a redefinição das regras fiscais sinaliza possível nova alta de gastos em 2022, quando haverá eleições para renovação do Congresso.

Porquanto cientes dos riscos, alguns participantes do mercado avaliam que a definição do orçamento deste ano foi favorável ao transferir o foco para uma agenda mais positiva. Segundo essa leitura, os parlamentares passarão a analisar medidas para o equilíbrio fiscal e para o aumento do crescimento potencial, como os projetos de melhoria das condições de negócios e as Reformas Administrativa e Tributária - o acordo é que a primeira comece a transitar na Câmara dos Deputados e a segunda no Senado.

Sou cético sobre a aprovação de medidas profundas o suficiente para promover uma transformação dos fundamentos. As propostas do governo têm sido

parciais, além de serem prejudicadas pela dubiedade do presidente da República. A aprovação da Reforma Previdenciária, quando o governo tinha uma base de apoio robusta e uma maior taxa de aprovação, é um bom exemplo. As propostas do Ministério da Economia esbarraram na visão do presidente, que apoiou mudanças que estabeleceram uma menor idade mínima para a aposentadoria, regras de transição mais suaves e a manutenção de privilégios para os militares.

A proposta de Reforma Administrativa padece do mesmo mal, ao não incluir os atuais servidores e, portanto, impedir que haja uma economia relevante por muitos anos. Além disso, não existe uma percepção consolidada na sociedade sobre a desmedida transferência de recursos públicos para os servidores. Enquanto não ocorrer esse convencimento, os ajustes não terão impacto no curto prazo. Apesar dos seus pontos positivos, a falta de uma defesa enfática dessa reforma pelo presidente estimulará a desconfiguração do projeto, com a submissão de muitas emendas para defesa dos privilégios do funcionalismo.

O governo divulgou o conceito geral da sua **Reforma Tributária** no ano passado, mas optou por só encaminhar a primeira fase no PL 3887/2020, supostamente para elevar a chance de sua aprovação.

A falta de articulação com os projetos já em tramitação no Congresso - PEC 45/2019 da Câmara dos Deputados e PEC 110/2019 do Senado - foi notória e tende a prolongar a tramitação da proposta. O relatório da Comissão Mista da **Reforma Tributária**, já postergado várias vezes, buscará aparentemente uma consolidação dos pontos consensuais do PL e das PECs. Mesmo assim, é provável que essa versão também sofra alterações substanciais durante sua tramitação.

As propostas de **Reforma Tributária** desde 2004 têm sido sujeitas a muita pressão por parte dos entes da federação e de grupos de interesse. Os Estados e municípios lutam pelo aumento da sua parcela das receitas, enquanto os diversos setores buscam a redução da sua carga de **impostos** e a manutenção de subsídios e renúncias tributárias. Apesar de o debate sobre os pontos comuns às três propostas ser possivelmente a alternativa viável, é difícil discutir

apenas parte da reforma e alcançar uma tributação eficiente. De toda forma, nem os coordenadores políticos do governo nem os líderes da sua coalizão de apoio têm tratado das reformas, o que sugere que o debate está longe de despertar interesse.

Esses obstáculos crescem com os prognósticos incertos sobre a vacinação, em função de questionamentos sobre a oferta de vacinas pelos laboratórios no exterior e de insumos para sua produção doméstica. Com o número de mortes por covid-19 alcançando cerca de 3,5 mil por dia e acumulando quase 400 mil, o governo terá dificuldade para transferir o foco do Congresso para outro tema.

A fraca articulação política do Executivo também não permite vislumbrar avanço imediato no debate sobre as duas reformas. A instalação da CPI da Pandemia no Senado atesta essa fragilidade. O governo não foi capaz de construir uma base majoritária na comissão nem de garantir a escolha de um presidente e de um relator que lhe seja favorável. Assim, é provável que o Executivo sofra desgastes reiterados na sua imagem nos próximos meses, dificultando a conquista de uma maioria sólida necessária para aprovar seus projetos.

Em suma, ajustes mais significativos no curto prazo exigiriam uma liderança política do governo ainda inexistente. O atual momento da saúde pública e a falta de interesse do presidente em cortar privilégios sugerem que o otimismo de uma parte dos participantes de mercado está mais associado à esperança de uma resposta política adequada do que à realidade. Nessas condições, é possível que haja uma desilusão sobre esses avanços e uma maior certeza de que o progresso virá apenas com a posse de um novo governo e uma eventual renegociação do atual acordo social.

Nilson Teixeira, sócio-fundador da Macro Capital Gestão de Recursos, escreve quinzenalmente neste espaço

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Ativos brasileiros têm pregão de perdas

Marcelo Osakabe, Lucas Hirata e Victor Rezende De São Paulo

Em meio à habitual cautela antes da decisão de juros do Federal Reserve (BC dos EUA), os ativos domésticos viveram ontem um pregão de ajustes e realização de lucros. O Ibovespa chegou a testar os 121 mil pontos no início do dia, mas fechou em queda firme, em um movimento liderado por pesos pesados como Petrobras e bancos. Já o mercado de câmbio tentou seguir o rali de baixa do dólar observado desde a semana passada, mas acabou entregando os pontos influenciado pela alta dos rendimentos dos Treasuries na segunda metade do dia.

Após ajustes, o índice de referência da bolsa brasileira fechou em queda de 1,0%, aos 119.388 pontos, com giro de R\$ 21,937 bilhões. Já o dólar subiu 0,23%, a R\$ 5,46, perto da máxima intradiária, de R\$5,4665.

De acordo com profissionais de mercado, o tombo do Ibovespa foi precipitado por uma realização de lucros em um ambiente político que segue rodeado de ruídos, além de novo avanço dos juros dos Treasuries. Profissionais de mercado afirmam que não houve um gatilho específico do noticiário local para forçar a queda da bolsa, mas o clima geral acabou pesando sobre ações importantes do Ibovespa. Bradesco ON encerrou em baixa de 0,82%, Bradesco PN cedeu 0,89% e Itaú PN teve queda de 1,53%. Já Petrobras ON teve queda de 2,4% e Petrobras PN recuou 2,86%.

A performance só não foi pior porque a ação da Vale, ajudada pelo balanço trimestral, subiu 1,18%.

No mercado de câmbio, o bom momento da moeda brasileira acabou não resistindo ao avanço dos yields dos Treasuries. Ainda assim, dólar acumula uma queda de 0,69% na semana e 2,98% em abril, podendo anotar o primeiro mês de baixa em 2021.

Segundo um operador local, o investidor parecia não querer assumir posições antes da decisão do Fed nesta quarta. "Mas o apetite por risco me parece ainda presente, ainda que não de maneira generalizada", complementou, notando que a moeda americana flerta com a queda mesmo diante do noticiário sobre o início dos trabalhos da CPI da covid e de mudanças na equipe econômica.

Segundo apurou o Valor, ao menos três integrantes da equipe econômica devem deixar a pasta: Waldery

Rodrigues (Fazenda), George Soares (Orçamento Federal) e Vanessa Canado (**reforma tributária**). Os dois primeiros teriam se desgastado durante a negociação do orçamento.

Para o lugar de Waldery, que está há meses na linha de tiro por sua postura fiscalista e pouca facilidade com relações interpessoais, Bruno Funchal (Tesouro) é o mais cotado para assumir. Em seu lugar, a ideia é deslocar Jefferson Bittencourt, atual assessor especial do ministro Paulo Guedes.

Outro sinal de pausa do alívio visto de forma mais firme desde a semana passada, com a resolução do orçamento, foi o risco-país medido pelos contratos de Credit Default Swap (CDS). O spread dos contratos de cinco nos do Brasil operavam ontem em 193 pontos, quebrando uma sequência de quatro sessões de baixa.

No mercado de juros, as taxas longas também se ajustaram em alta, acompanhando o mercado americano. As taxas curtas, no entanto, repercutiram ainda um 1PCA-15 mais brando que o esperado em abril. No fim da sessão regular, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 oscilou de 4,63% no ajuste anterior para 4,64%; enquanto a do DI para janeiro de 2027 subia de 8,32% para 8,40%.

O indicador avançou 0,6% em abril na comparação com março, abaixo da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de 0,67%. O dado reforçou a leitura de que o Banco Central deve elevar a Selic em 0,75 ponto percentual na semana que vem, o que manteve ancorada a parte curta da curva de juros. A curva de juros precifica cerca de 80% de possibilidade de a Selic chegar a 3,5% na semana que vem.

No mercado de opções de Copom, a chance de uma alta de 0,75 ponto na Selic em maio aumentou de 88% para 92%. Destaque ainda para a possibilidade de uma elevação de igual magnitude em junho, que subiu de 55% para 70%. O movimento vem na esteira de reuniões privadas do BC nos últimos dias em que, de acordo com profissionais de mercado ouvidos pelo Valor, a comunicação da autoridade monetária indicou que o ritmo de 0,75 ponto pode ser mantido no encontro de junho.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

A RETOMADA DA REFORMA TRIBUTÁRIA (3)

Chegou-se a **temer** que, em meio à pandemia e às crises políticas constantes, a realização de reformas essenciais para o país fosse mais uma vez adiada. O receio se converte agora em expectativa positiva com o comprometimento do presidente da Câmara, Arthur Lira, de fazer andar na Casa uma proposta de mudança do intrincado sistema tributário brasileiro. A promessa é de que a versão inicial do texto, relatada pelo deputado Agui-naldo Ribeiro (PP-PB), seja apresentada já na segunda-feira.

Um dos principais entraves a um crescimento mais robusto do país puxado pelo setor privado é, sem dúvida, o emaranhado de **impostos** que acaba elevando custos das empresas, gerando insegurança jurídica e minando a competitividade. Uma racionalização nesta área é essencial para que as companhias, de todos os portes, possam despender menos energia com a apuração dos **tributos** que têm de pagar e mais com os seus negócios. A proposta a prosperar no Congresso, portanto, tem de partir da busca por descomplicar o sistema atual, procurando maior justiça tributária, sem elevar a já exagerada carga sobre o **PIB**.

Com a tramitação praticamente paralisada, a **reforma tributária** era até agora discutida em uma comissão mista formada por deputados e senadores. A proposta do governo federal, mais tímida, propõe unificar o PIS e a Cofins, criando um novo tributo chamado Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS). Há ainda outros dois textos sendo discutidos -um na Câmara e outro no Senado que são mais ousados, com a substituição de **impostos** cobrados pela União, Estados e municípios. Como é um tema extremamente sensível, com diversas opiniões divergentes entre setores da economia e entes federados, será necessária grande habilidade para se chegar a um bom termo e a uma proposta consensual que seja benéfica para o país. Um sinal positivo veio do encontro de Lira com o ministro Paulo Guedes. Os dois parecem começar a superar os atritos que chegaram ao ápice nas negociações sobre o Orçamento de 2021. Se Congresso e Executivo trabalharem afinados, a tarefa será menos desafiadora.

Mas o essencial é que exista uma verdadeira disposição dos dois poderes de tocar a reforma, e não seja apenas um movimento para tentai" desviar o foco

da grande pressão sobre o Planalto, de quem Lira é aliado, principalmente após a instalação da CPI da Covid, ontem, no Senado. Como disse o presidente da Câmara, o parlamento tem um dever a cumprir com a sociedade e, mesmo em meio às sucessivas turbulências, é preciso persistir com iniciativas basilares para a modernização do país e a superação do longo período de baixo crescimento da economia brasileira. Em seguida, será a vez de avançar com a reforma administrativa.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/#page/1>

Impostos que pesam mais para as famílias

Ludmila Azevedo, Ivy Coutinho

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) verificou que famílias de menor renda têm seus salários mais comprometidos pelos **impostos** sobre patrimônio -Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de contribuições previdenciárias.

Os **tributos** têm um peso bem menor na renda mensal dos mais ricos. O pesquisador Pedro Humberto Carvalho, autor da análise,

verificou que nos últimos anos houve aumento da arrecadação tributária direta no Brasil.

"Esse aumento aconteceu pelo maior número de contribuintes, e não através de uma tributação mais progressiva", comentou.

Tributação progressiva são as cobranças que vão aumentando na mesma medida em que a renda do contribuinte, como o imposto de renda. "O imposto do patrimônio é especialmente pesado para quem ganha pouco, mora de aluguel e está financiando um carro. E apertado pagar prestação, aluguel e o IPVA", disse o economista Ricardo Paixão.

Em relação ao IPTU, ele tem como base as regras preestabelecidas pelos municípios, de acordo com o tipo de imóvel.

"O ideal é que as pessoas se planejem para quitai* o IPTU em cota única, pois os descontos são bem vantajosos. E verdade que nem sempre o contribuinte consegue ter esse dinheiro extra, então o ideal é guardar um pouco todo mês para cumprir com essas obrigações", sugeriu o economista Eduardo Araújo.

Segundo o economista Laudeir Frauches, é preciso colocar a renda da família na ponta do lápis. "Registre todas as despesas e estabeleça metas. É importante separar dinheiro para cumprir essas metas, como pagai" dívidas e **impostos**".

O advogado tributarista Samir Nemer afirma que, para suavizar as desigualdades sociais, o ideal seria a aprovação da **reforma tributária**. "O peso dos **impostos** sobre alguns produtos, como alimentação e medicação, seria reduzido. E a tributação iria aumentar para o contribuinte com mais poder econômico e patrimônios".

Nemer ressalta que alguns **tributos** têm condições de desconto ou isenção, como o IPTU, cuja isenção é concedida a moradias populares ou que não possuem infraestrutura. Já Ricardo Paixão lembrou que algumas prefeituras têm programas de desconto ou isenção para idosos e famílias de baixa renda.

Guedes atribui crise da saúde à longevidade do brasileiro

'ESTADO QUEBROU' O nome do ministro da Economia Paulo Guedes entrou na lista dos termos mais citados ontem pelos usuários do Twitter. Tudo graças à crítica que fez à longevidade do brasileiro. Segundo ele, não foi a pandemia que tirou a capacidade de atendimento do setor público, mas sim "o avanço na medicina" e "o direito à vida". "Todo mundo quer viver 100 anos, 120, 130 ", disse. "Não há capacidade de investimento para que o Estado consiga acompanhar (a busca por atendimento médico crescente)", completou.

De acordo com o ministro, o estado "quebrou" e, diante da escassez de recursos para a Saúde, o setor público não terá capacidade de atender à demanda crescente por atendimento da população.

A declaração - que gerou reações negativas - foi feita durante reunião do Conselho de Saúde Suplementar (Con-su). Na ocasião, ele afirmou que o SUS é ineficaz e defendeu o uso da rede privada para atender pacientes de covid-19. A reunião do Consu define as regras ao setor coberto por planos de saúde.

E essa não foi a única declaração polêmica. Sem saber que era gravado, Guedes disse que "o chinês" criou a covid-19 e ainda produziu vacinas de eficácia mais baixa do que as desenvolvidas nos Estados Unidos. Essa fala ecoa uma teoria bolsonarista difundida nas redes sociais de que a China desenvolveu o vírus em laboratório com interesses econômicos. Afirmações semelhantes levaram à queda de Ernesto Araújo do Ministério de Relações Exteriores. Ele ficou inviabilizado por prejudicar as relações com os chineses no momento em que o país depende de vacinas e matérias-primas dos asiáticos.

Além de chefe da economia, participaram do encontro os ministros da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, da Saúde, Marcelo Queiroga, e da Justiça, Anderson Torres, além de representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Nenhum deles corrigiu Guedes.

Enfraquecido politicamente, Guedes pode ter seu espaço no governo reduzido com a recriação do Ministério do Planejamento, que retiraria parte das atribuições da pasta que comanda. Ontem, ele demitiu o Waldery Rodrigues do cargo de secretário especial da Fazenda. Rodrigues já teve a cabeça pedida por

Bolsonaro e foi, dentro do ministério, quem mais defendeu o veto do orçamento em embate com o Congresso. Para seu lugar, o escolhido foi o atual secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal. Jeferson Bittencourt, assessor especial de Relações Institucionais, é cotado para assumir o Tesouro.

E as mudanças na pasta não param por aí. a assessora especial para **reforma tributária**, Vanessa Canado, vai deixar a equipe de Guedes antes da votação do relatório de **reforma tributária** na Câmara. A secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier é outra que pode ser substituída em breve, embora ela tenha negado ontem que esteja deixando o cargo.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Reforma tributária na perspectiva do Ministério da Economia é tema de debate

A **Reforma Tributária** na perspectiva do Ministério da Economia é tema de debate que acontece, amanhã, às 18 horas, promovido pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza DD e a Faculdade CDL no Ciclo de Estudos sobre a **Reforma Tributária** (CERT), que analisa as propostas que estão em tramitação no Congresso Nacional. Este é mais um de uma série de debates sobre as vantagens e desvantagens que uma **reforma tributária** trará para o comércio e para a sociedade em geral. Nesta 3ª edição, o encontro contará com a participação especial do ex-ministro **Ciro Gomes**, que é professor de Direito Tributário e Constitucional e, como ex-deputado federal e ex-ministro da Fazenda e da Integração Nacional, acompanha os impasses diante da proposta do Governo Federal. O presidente da CDL de Fortaleza, **Assis Cavalcante**, que também participará do evento, pontua que **Ciro** é um dos maiores estudiosos do tema e tem muito a contribuir para o debate.

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-04_c5fbad57fce39e

Guedes critica politização da covid-19: Todos precisam baixar as armas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, criticou a politização da pandemia e da vacina contra a covid-19. Ele se queixou do assunto nesta quarta-feira (28/4), após ser questionado por jornalistas sobre a repercussão negativa da declaração em que disse que o chinês inventou o vírus e a vacina dele é menos efetiva que a do americano .

Eu fui infeliz na imagem. Somos muito gratos à China pelas vacinas. Eu tomei a CoronaVac. O comentário que fiz foi em outro contexto. Essa politização da crise está distorcendo as coisas e tirando de contexto , reclamou Guedes. Ele voltou a dizer, então, que, na verdade, estava querendo ressaltar a capacidade de uma economia de mercado forte como a economia americana reagir a situações imprevisíveis , como a de um vírus que era desconhecido porque tinha sido originado em outra região do mundo .

Guedes disse, ainda, que é descabido ficar atacando as pessoas neste momento. Ele alegou que todos os lados erraram durante a pandemia de covid-19, mas defendeu que, agora, haja união no combate ao novo coronavírus. Devíamos estar todos colaborando. Erros devem ter sido cometidos de todos os lados. Todo mundo achou que a pandemia estava indo embora, tanto que os hospitais de campanha foram desarmados, os leitos foram reduzidos. Então, não adianta só atacar o governo federal. Como é que os governadores desmarcaram os leitos? Porque também pensaram que a pandemia estava indo embora , reclamou.

O ministro disse que é hora de trabalhar juntos e sair dessa crise juntos . Os dois lados precisam abaixar as armas. Estamos enfrentando uma guerra comum que é esse vírus. A eleição é ano que vem. A politização... Eu tenho dito que subir em cadáveres para fazer política, o povo brasileiro não vai premiar esse comportamento. O povo brasileiro espera de nós cooperação, trabalho conjunto, fraternidade, resiliência. Somos todos brasileiros, estamos juntos, estamos perdendo familiares, amigos , declarou.

Congresso

Mais cedo, Paulo Guedes também tentou pacificar o clima com o Congresso Nacional, apesar de ter admitido, um dia antes, que demitiu o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, por conta do

desgaste da negociação orçamentária com os parlamentares e as demais pastas da Esplanada dos Ministérios . Ao apresentar os resultados positivos do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) , o ministro disse que a economia está mostrando resiliência porque o Brasil é um dos poucos países que continua avançando com as reformas econômicas durante a pandemia.

Deixo um elogio ao Congresso brasileiro, que continua aprovando as reformas econômicas. Agora, o presidente da Câmara, de acordo com o presidente da República, está conversando sobre o prosseguimento da reforma administrativa e da **reforma tributária**, enquanto ampliamos a vacinação em massa da população brasileira , comentou Guedes, na coletiva do Caged. A democracia continua trabalhando. Estamos confiantes de que vamos enfrentar essa segunda onda com a vacinação em massa e, do outro lado, as privatizações , acrescentou.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/04/4920884-guedes-critica-politizacao-da-covid-19-todos-precisam-baixar-as-armas.html>

Taxar livros é censura tributária (Maria Inês Dolci)

Maria Inês Dolci

Estudo da **Receita Federal** propõe que os livros sejam taxados em 12% na **reforma tributária**, sob o argumento de que não são lidos pelos brasileiros mais pobres. Atenção: famílias de baixa renda leem pouco porque falta dinheiro para comprar livros.

Além disso, o conjunto de bibliotecas públicas é insuficiente para o porte do país, e elas estão concentradas em algumas cidades e regiões.

Segundo dados de 2019, havia pouco mais de seis mil bibliotecas públicas no Brasil, praticamente o mesmo número da Itália, cuja população equivale a 28% da brasileira.

Encarecer os livros faria com que mais livrarias fechassem as portas. Também aumentaria as despesas do Ministério da Educação, que compra 150 milhões de livros por ano. Dessa forma, efetivamente, só famílias de alta renda teriam acesso à leitura.

Nações são construídas a partir do conhecimento, que depende fundamentalmente da leitura. Não há sentido, portanto, em tornar os livros mais caros. Deveriam, ao contrário, ser mais baratos, e a leitura incentivada, para também se tornar hábito da população de baixa renda.

Uma boa iniciativa na oferta de livros mais acessíveis, sem ação governamental, é a Estante Virtual, portal de comércio eletrônico que reúne sebos de todos os recantos do País. Nesta terça-feira pela manhã, havia mais de 19 milhões de livros à venda, de 2.699 livrarias.

Estimular a leitura teria de ser um projeto de nação. Somente o conhecimento nos ajuda a combater disparates como as fake news, o negacionismo da pandemia, o terraplanismo e a defesa de medicamentos como a cloroquina para combater a Covid-19 (sem recomendação científica).

O atual período do século 21 é marcado pela preocupação com o meio ambiente e a diversidade, e por avanços tecnológicos diários, como o uso de algoritmos, robôs e inteligência artificial. A base para tudo isso começa nos bancos escolares (ainda que virtuais, devido à necessidade de distanciamento

social), e na leitura dos mais variados livros.

Três em cada 10 brasileiros entre os 15 e os 64 anos têm dificuldade para ler e interpretar textos, identificar ironias e fazer operações matemáticas simples. Os dados, de 2018, são do INAF (Indicador de Alfabetismo Funcional), parceria da ONG Ação Educativa e do Instituto Paulo Montenegro.

O consumo de livros, portanto, não é simplesmente mais um item de relações comerciais. É a cesta básica da mente, do desenvolvimento e da cidadania, assim como arroz, feijão, óleo, sal, açúcar e café estão entre os itens da cesta básica alimentar.

A propósito, deveríamos saber muito mais sobre os perfis socioeconômico, demográfico e cultural dos brasileiros, inclusive seus hábitos de leitura, mas, infelizmente, não haverá censo este ano, devido ao corte de verbas pelo governo federal.

Livros só incomodam regimes, facções e grupos autoritários. Alguns até criaram índice de obras proibidas. Em determinados períodos da história, elas foram destruídas nas fogueiras do arbítrio.

Portanto, em lugar de propor mais **tributos**, por favor, leiam mais. Leiam muito mais, e facilitem o acesso à leitura a todas e a todos.

Carregando...

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariaines/2021/04/taxar-livros-e-censura-tributaria.shtml>

Senadores governistas recorrem ao STF para tentar tirar Renan da CPI da Covid

Senadores governistas fizeram uma nova ofensiva para tentar tirar o relator Renan Calheiros da CPI da Covid. Desta vez, no Supremo Tribunal Federal.

Menos de dez horas depois de ver frustrada a tentativa de barrar na Justiça a indicação de Renan Calheiros, do MDB, como relator da CPI da Covid, os senadores Jorginho Mello, do PL, Eduardo Girão, do Podemos, e Marcos Rogério, do Democratas, recorreram ao Supremo Tribunal Federal. Desta vez, eles pediram a exclusão de Renan da CPI, junto com Jader Barbalho, também do MDB, suplente na comissão.

Os três senadores afirmam que Renan e Jader têm filhos governadores. Um dos pontos em investigação na CPI é a transferência de verbas federais para os estados. O pedido de liminar vai ser julgado pelo ministro Ricardo Lewandowski.

"Eu acredito que devemos investigar, sim, o governo federal. Concordo e estou assinando muitos requerimentos nesse sentido, mas também os estados e municípios não podem ser blindados e esse conflito de interesse é indissolúvel nesse momento. Por isso, eu entrei com o mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, junto com dois outros senadores, para que a gente possa ainda resguardar, para o bem dessa CPI, para ela ter credibilidade e cumprir o seu papel", disse Girão.

Além da ofensiva no Supremo, o governo continua articulando para influenciar os rumos da CPI. O senador Marcos Rogério esteve esta quarta (28) no Palácio do Planalto para um encontro com o secretário-geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, que faz a ponte entre o Palácio e a CPI. O Planalto também designou o senador Ciro Nogueira, do Progressistas, para servir de bombeiro e evitar que a temperatura na CPI suba ainda mais.

Na terça (27), Ciro votou para eleger o senador Omar Aziz, do PSD, presidente da comissão, numa tentativa de manter a porta para um entendimento. Mas nesta quarta, em entrevista à GloboNews, Aziz mostrou a irritação com mais uma tentativa de interferência no trabalho da CPI.

"Não creio que numa pandemia dessas, a população brasileira querendo respostas, tentem protelar os inícios do trabalho da CPI. Eu ontem até perguntei: o

medo é da CPI ou do Renan Calheiros? O Renan não é maior do que a CPI. Ninguém é maior, nem o presidente da CPI nem o vice-presidente. A CPI é maior que qualquer membro. A CPI é para fazer justiça e vai fazer justiça, com ou sem Renan. Ela não vai ficar em branco, não vai passar em branco", disse Aziz.

Além do movimento para tirar Renan Calheiros da comissão, outra estratégia do governo é não deixar que a CPI seja o principal foco no Congresso. O Jornal Nacional apurou que esse foi o tema de uma conversa particular do presidente Bolsonaro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do Democratas, no Palácio do Planalto.

Pacheco foi ao Palácio para participar de uma reunião do comitê da Covid. A portas fechadas, Bolsonaro pediu a Pacheco que ajude a retirar o foco da CPI, priorizando a votação de pautas econômicas, como a **reforma tributária**.

Enquanto isso, o trabalho da comissão avança. Na noite desta quarta, Omar Aziz, Renan Calheiros, Randolfe Rodrigues, vice-presidente da CPI, e outros senadores se reuniram para avaliar os quase 200 requerimentos que foram apresentados até agora na CPI. São pedidos de documentos e convocação de pessoas para depor.

Senadores de oposição e independentes querem, principalmente, investigar ações e omissões do governo federal na compra de vacinas, remédios, máscaras, ventiladores mecânicos, leitos e oxigênio, e gastos com medicamentos sem comprovação científica no combate à Covid, como a cloroquina.

Já os requerimentos dos senadores governistas estão relacionados, em grande parte, a investigações policiais e do Ministério Público sobre repasses de verbas federais para estados e municípios.

A CPI começa a votar esses requerimentos nesta quinta (29). Os depoimentos terão início na semana que vem, entre eles os dos ministros da Saúde do governo Bolsonaro, incluindo o atual responsável pela pasta. Marcelo Queiroga disse que vai discutir abertamente o que tem feito à frente do ministério.

"Se eles me convocam eu vou lá e vou discutir

abertamente o que eu tenho feito no Ministério da Saúde, vocês todos estão vendo. Então, vamos contribuir com a sociedade brasileira, vamos prestar as informações que os senhores senadores desejarem e eu acredito que estamos todos juntos no objetivo do enfrentamento da pandemia", disse Queiroga.

Mas o primeiro a ser ouvido deve ser o ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, que ficou no cargo até abril de 2020.

Site: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/28/senadores-governistas-recorrem-ao-stf-para-tentar-tirar-renan-da-cpi-da-covid.ghtml>

Milhares de colombianos vão às ruas em protesto contra reforma tributária

Bogotá, 28 abr (EFE).- Milhares de colombianos foram às ruas do país nesta quarta-feira para protestar contra a **reforma tributária** apresentada pelo governo do presidente Iván Duque.

Na maioria das manifestações, convocadas por centrais sindicais, não houve distúrbios, exceto na cidade de Cali, onde houve confrontos e saques.

Os protestos exigem que o Congresso impeça uma **reforma tributária** que atingiria especialmente a classe média por meio de novos **impostos**.

O projeto do governo visa ampliar a base tributária cobrando imposto de renda a partir do ano fiscal de 2022 para aqueles que ganham mais de 2,4 milhões de pesos por mês (cerca de US\$ 663), e em 2023 para aqueles que ganham mais de 1,7 milhão de pesos (cerca de US\$ 470).

A proposta também contempla a cobrança de IVA (imposto sobre valor agregado), que é de 19%, sobre as tarifas de energia pública, água e esgoto e serviços de gás residencial para os mais ricos, o que gerou uma ampla rejeição nacional.

Moradores de várias cidades que preferiram não se aglomerar devido à pandemia de covid-19 também participaram das manifestações nas janelas de suas casas ou apartamentos batendo painéis.

Em grandes cidades do país como a capital Bogotá, Cali, Barranquilla, Medellín e Bucaramanga, as avenidas principais ficaram cheias de manifestantes que, com bandeiras, faixas, cartazes e instrumentos musicais, manifestaram sua rejeição ao projeto de **reforma tributária** apresentado na semana passada no Congresso.

Os protestos aconteceram apesar dos pedidos das autoridades para que as pessoas evitem multidões por causa do risco de contrair a covid-19 em um momento em que o país está passando por uma terceira onda da pandemia.

Vários setores sociais comemoraram a multidão presente na mobilização, especialmente porque ontem à noite um tribunal colombiano ordenou como medida cautelar provisória o adiamento dos protestos até que a imunidade de rebanho com vacinação seja

alcançada.

O presidente da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), Francisco Maltés, afirmou à Agência Efe que, em meio a esta circunstância (a crise econômica causada pela pandemia), querem introduzir uma **reforma tributária** para agravar o sofrimento dos colombianos .

DESORDEM EM CALI.

Embora os protestos tenham transcorrido pacificamente na maior parte do país, em Cali, capital do departamento de Valle del Cauca, a manifestação começou com a derrubada da estátua do fundador da cidade, o conquistador espanhol Sebastián de Belalcázar.

Índios misak chegaram de manhã a um morro no bairro La Arboleda e usaram cordas para derrubar a estátua de bronze fundido, instalada em um mirante e que é um dos símbolos da cidade.

O grupo acabou entrando em confronto com a polícia, e outros focos de enfrentamento se repetiram em diferentes áreas da cidade, com ataques a lojas e veículos de transporte público.

Os atos de vandalismo incluíram um incêndio no escritório da Diretoria de **Impostos** e Alfândegas Nacionais (DIAN).

As autoridades da cidade anunciaram que o toque de recolher, decretado devido à pandemia inicialmente para a partir das 20h, será antecipado hoje para as 13h e vai durar até as 5h do próximo domingo.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/04/28/milhares-de-colombianos-vao-as-ruas-em-protesto-contra-reforma-tributaria.htm>

Após reações negativas, Pacheco retira PL da regularização fundiária de pauta

Daniel Weterman

Após reações negativas de ambientalistas e empresários, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), retirou da pauta o projeto que amplia a regularização fundiária. Pacheco defendeu a proposta, mas admitiu que ela precisa ser discutida com profundidade antes de entrar em votação. Ele não deu prazo para retomar a medida.

O projeto foi criticado por anistiar a ocupação irregular de terras públicas em todo território nacional. A proposta ressuscita parte da MP da grilagem, que foi proposta pelo governo mas perdeu a validade após não ter sido votada pelo Congresso. A Câmara discute um projeto de lei semelhante, que também ainda não andou.

Há o compromisso com o desenvolvimento sustentável e que a regularização fundiária também se adéque às regularidades de meio ambiente. A titularidade, o CPF, vinculada à terra regularizada, acaba por proteger o meio ambiente, mas, evidentemente, há complexidade no tema, disse Pacheco durante a sessão do Senado. Não há, da minha parte, intransigência de votação a qualquer custo de nenhum projeto.

Tanto a oposição quanto o líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), pediram para adiar a votação. Em troca, os senadores também retiraram da pauta a proposta que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima, um texto que saiu da Comissão de Meio Ambiente do Senado para atualizar a legislação ao Acordo de Paris, pauta defendida por ambientalistas.

A Comissão de Agricultura deve realizar uma audiência pública sobre a proposta nesta quinta-feira, 29. Aqui, ninguém está discutindo se é boa ou não. A regularização fundiária é boa, assim como a **reforma tributária**, o problema é qual regularização. Vamos para a terceira lei de regularização e em cada uma o perdão daqueles que eventualmente ocuparam ilegalmente terras públicas vai se estendendo, disse o presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/04/28/apos-reacoes-negativas-pacheco-retira-pl-da-regularizacao-fundiaria-de-pauta.htm>

Reforma tributária "fatiada" não exclui solução mais ampla, diz fonte

Por Lu Aiko Otta, Valor - Brasília

A opção do ministro da Economia, Paulo Guedes, de priorizar a **reforma tributária** "fatiada" e baseada em alterações em leis não se choca com as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45 e 110, em discussão no Congresso Nacional, disse fonte da área econômica. Embora diferentes, as estratégias do governo e do Legislativo são compatíveis, comentou.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/28/reforma-tributaria-fatiada-nao-exclui-solucao-mais-ampla-diz-fonte.ghtml>

Mudanças em ministério não são indício de perda de poder de Guedes, diz Credit Suisse

Por Felipe Saturnino, Valor PRO - São Paulo

As mudanças no Ministério da Economia anunciadas ontem não são indício de que o ministro Paulo Guedes esteja perdendo poder, mas, sim de que estão ocorrendo ajustes necessários após recentes desentendimentos entre equipe econômica e Congresso Nacional. A análise é dos economistas do Credit Suisse Solange Srouf e Lucas Vilela, em relatório enviado a clientes.

"Um sinal mais significativo de perda de poder seria uma possível divisão do Ministério da Economia", escrevem Srouf e Vilela.

Ontem, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, deixou o cargo, embora continue a ser assessor especial do ministro. Ele será substituído pelo secretário do Tesouro, Bruno Funchal. Para a vaga de Funchal, assumirá o ex-assessor especial de Guedes, Jeferson Bittencourt.

Além disso, o secretário de Orçamento Federal, George Soares, também deixou o Ministério da Economia. O movimento já estaria alinhado há cerca de um mês, por um pedido do próprio Soares, apurou o Valor PRO. Ele será substituído por Ariosto Culau, servidor público de carreira.

Outra baixa foi a da assessora especial para a **reforma tributária**, Vanessa Canado. O Credit Suisse lembra que Canado ajudou a criar a proposta de Contribuição de sobre Bens e Serviços (CBS), que unifica as contribuições aos Programas de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) ao criar um imposto sobre valor agregado.

"Sua saída aponta para uma maior probabilidade de a **reforma tributária** ser implementada em partes, não em bloco", notam os profissionais do banco.

Conteúdo originalmente publicado pelo Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor Econômico

Paulo Guedes - Foto: Agência o Globo

Site: [https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/04/28/mudanas-em-ministro-no-so-indicio-de-perda-de-poder-de-guedes-diz-credit-](https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/04/28/mudanas-em-ministro-no-so-indicio-de-perda-de-poder-de-guedes-diz-credit)

suisse.ghtml

Especialistas defendem novo código fiscal

ROSANA HESSEL

O Brasil precisa de uma nova legislação de responsabilidade fiscal, mas que tenha a preocupação com a responsabilidade social e ambiental. A avaliação é do economista José Roberto Afonso, um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e professor do Instituto de Direito Público (IDP). Para ele, não dá mais para dissociar esses assuntos na conjuntura global, e é preciso uma nova lei complementar que reorganize as regras, já que o fato de muitas delas constarem na Constituição não é garantia de que sejam cumpridas. Afonso defende um código fiscal nacional, como ocorre com o Código Penal. "Temos várias normas espalhadas, e elas são complexas e contraditórias. Está na hora de harmonizar tudo em uma lei complementar", afirmou o economista, ontem, durante o seminário virtual "Responsabilidade fiscal em tempos de pandemia", organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a Instituição Fiscal Independente (IFI). "Ninguém no mundo tem tanta matéria em um texto constitucional, mas elas (regras) não funcionam adequadamente. Do contrário, seríamos campeões em matéria de responsabilidade fiscal", comparou. No seminário, houve consenso entre os debatedores de que a credibilidade do país no mercado está encolhendo por conta do descontrole das contas públicas. E que não é mais possível fazer superavit primário - economia para o pagamento de juros da dívida pública - apenas aumentando **impostos**, como no passado. Além disso, o fato de o Brasil não respeitar a maioria das regras fiscais ajuda a piorar a imagem do país ante os credores, que, em sua maioria, são os próprios brasileiros, porque a maior parte da dívida é doméstica. O ministro do TCU Bruno Dantas defendeu, na abertura do evento, propostas como a de Afonso para o fortalecimento das regras fiscais. "Uma das nossas preocupações é o receio de que a busca por brechas possa velar um naufrágio do arcabouço normativo", disse. "Eventos como esse nos permitirão aprofundar e amadurecer ainda mais essas ideias", afirmou. Economista e ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore alertou para o aumento dos riscos fiscais para o Brasil e as consequências danosas para a economia. Ele lembrou que, após o abandono da regra de superavit primário, o país perdeu grau de investimento - selo de bom pagador das agências internacionais de classificação de risco, em 2015. E a regra do teto de gastos, criada em 2016 para compensar a falta de superavit, também já está comprometida por conta da confusão em torno do Orçamento deste ano.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, reconheceu que, em meio à pandemia, é preciso encontrar um equilíbrio entre o aumento da demanda por gastos públicos e um plano de saída fiscalmente responsável, que cuida da relação dívida-**PIB**. "Sem responsabilidade fiscal, não vamos a lugar algum", afirmou.

Auxílio não é esmola! (2)

» **MARCELO ARO**

O auxílio emergencial, que começou a ser distribuído na semana passada pelo governo federal com valores que variam de R\$ 150 a R\$ 375, é insuficiente para contornar os impactos da pandemia de covid-19 na vida do cidadão brasileiro. Afetadas financeira, emocional e psicologicamente pelo desemprego, pelo isolamento e pela falta de perspectivas a curto prazo, centenas de milhares de famílias enfrentam a fome e o medo da morte pelo coronavírus. Se a intensificação da vacinação traz novas esperanças de futuro, o presente ainda é uma incógnita para quem depende da ajuda de R\$ 150 do governo para sobreviver. Afinal, uma cesta básica em Minas Gerais não sai por menos de R\$ 500 por família.

Uma das grandes experiências que tive neste segundo mandato de deputado federal por Minas Gerais foi ter relatado a primeira edição do auxílio emergencial, em 2020, na Câmara dos Deputados. Um tema de extrema importância para o povo brasileiro e para a economia da nação. Uma tarefa que me demandou muito estudo e dedicação para entender não apenas as questões sociais envolvidas, mas também os impactos financeiros, orçamentários e econômicos diretamente relacionados com a concessão desse benefício para as pessoas mais carentes de Minas e de todas as regiões do país.

Na época, nossos argumentos ajudaram a convencer o governo federal, em especial o presidente Jair Bolsonaro, de que o valor de R\$ 200, defendido pelo ministro Paulo Guedes, não seria suficiente para atenuar as aflições das famílias carentes. Foi por meio do nosso relatório e graças à sensibilidade do parlamento brasileiro que conseguimos aprovar um auxílio emergencial de R\$ 600. Hoje, o governo oferece às vítimas da pandemia um valor quatro vezes inferior ao proposto por mim no Congresso Nacional em 2020. A justificativa de que as contas públicas não vão bem deveria reforçar, a meu ver, uma postura inversa. Afinal, nenhum país cresce sem seu povo. E sem alimento não há pessoas, não há economia, não há desenvolvimento. Um pensamento que, segundo a imprensa, é compartilhado também pelo vice-presidente da República, Hamilton Mourão, para quem o auxílio que relatei jamais deveria ter sido suspenso.

Muito se falou sobre o custo expressivo do programa: R\$ 300 bilhões ou 4% do nosso **PIB**. Hoje, pesquisas indicam que foi justamente aquele primeiro auxílio emergencial que impediu uma retração ainda maior da

nossa economia. A expectativa girava numa redução entre 8,4 e 14,8%, mas, graças ao programa, o resultado final do **PIB** esperado para 2021 está na casa dos 4,5%. A lógica é simples. A população de baixa renda gasta quase todo o seu dinheiro em consumo, o principal componente do nosso **PIB**. Com o dinheiro gasto na padaria, por exemplo, o padeiro mantém sua família e honra seus compromissos com o distribuidor da farinha de trigo. Este paga o fabricante, que paga os agricultores e assim por diante em toda a cadeia produtiva, preservando empregos e gerando **impostos**.

Com a experiência de uma relatoria tão importante, posso afirmar que este momento exige ainda mais esforços de todos os dirigentes do nosso país para encontrarmos uma solução que amplie o valor do auxílio emergencial aos patamares do ano passado. É hora de abirmos os cofres com responsabilidade e criatividade, valendo-nos de uma gestão administrativa mais competente e dos ativos disponíveis, com a realização de leilões de áreas remanescentes do pré-sal, privatizações, concessões de rodovias e aeroportos, entre outros, para que o Brasil se capitalize e seu povo sobreviva. Vivemos em tempos de calamidade e de guerra contra um vírus que mata sem piedade ou distinção de raça, classe ou cor. Tempos extremos que requerem coragem e compromisso de todos, em especial dos governantes. Auxílio emergencial de R\$ 600, já!

Deputado federal (PP-MG), jornalista e advogado

Não coloquem no ar minhas declarações - BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

Será um verdadeiro arsenal, logo de cara, o tiroteio da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19. A lista de ex-ministros da Saúde fala por si. Só que bastaria apenas um. "Agradeço a toda a equipe que esteve comigo no Ministério da Saúde e desejo êxito ao meu sucessor. Rogo a Deus e a Nossa Senhora Aparecida que abençoem muito o nosso país".

A declaração, em sua saída, foi do ex-ministro Luiz Henrique Mandetta, aquele que foi despedido por ter melhor avaliação nas pesquisas de opinião pública até mesmo que os índices bem cima que o próprio presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

"Acabo de ouvir do presidente Jair Bolsonaro o aviso da minha demissão do Ministério da Saúde. Quero agradecer a oportunidade que me foi dada, de ser gerente do nosso SUS, de pôr de pé o projeto de melhoria da saúde dos brasileiros e de planejar o enfrentamento da pandemia do coronavírus, o grande desafio que o nosso sistema de saúde está por enfrentar". Basta, né?

Afinal, "o chinês inventou o vírus, e a vacina dele é menos efetiva do que a americana. O americano tem 100 anos de investimento em pesquisa. Então, os caras falam: qual é o vírus? É esse? Tá bom, decodifica".

Já que o ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu, vale decodificar: um dos eixos da investigação da CPI da COVID-19 será apurar as razões da demora para a aquisição de vacinas pelo governo.

O ministro não sabia que a reunião do conselho estava sendo gravada e devidamente transmitida por algumas redes sociais. Quando foi informado por seus assessores de plantão, Paulo Guedes disse: "Não mandem para o ar". Tarde demais, né?

Já quem já tinha desobedecido foi o vice-líder do governo bolsonarista, o catarinense Jorginho Mello (PL-SC). "Vamos avaliar, agora, qual vai ser a posição, se vai ser jurídica, para que a gente cuide disso", começou assim. Ele pretende usar a velha tática de que a melhor defesa é o ataque. A alegação é que Renan Filho, o governador de Alagoas, pode ser um dos alvos da CPI.

Melhor esperar para ver, afinal, o presidente da CPI da Pandemia, senador Omar Aziz (PSD-AM), avisou que o primeiro a ser ouvido pela comissão será o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta. O curioso é a data, terça-feira que vem, isso mesmo, daqui a uma semana.

Já os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID-19 devem apresentar, ainda hoje, as suas sugestões para subsidiar o plano de trabalho que serão levadas ao relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL).

Furar fila?

Nem pensar. Essa foi a opinião do presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (COSEMS-MG), Eduardo Luiz da Silva, ouvido, ontem, na condição de testemunha, pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Furfilas da Vacinação. É nela que foi aprovado novo requerimento convocando a secretária de Estado da Saúde (SES), Janaína Almeida, para prestar esclarecimentos na condição de investigada. Outro requerimento, também aprovado, trata de pedidos de informações à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

COVID-19

A CPI foi criada pela Assembleia Legislativa (ALMG) para apurar, entre outras, denúncias de irregularidades na implementação, pela SES, do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a COVID-19. Basta o exemplo citado pelo deputado Zé Guilherme (PP): os trabalhadores do Hospital João XXIII, o Pronto-Socorro, que dispensa apresentações, que ainda não haviam sido vacinados no momento em que os servidores administrativos receberam suas doses.

Toca a obra

"Um museu para tratar da "Bíblia", que inclusive embasa as mais variadas religiões, não significa que se está a impor uma religião." Quem argumenta é o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Humberto Martins (foto), acrescentando que "deve-se estimular a existência de museus que tratem das mais diversas manifestações religiosas

brasileiras". E permitiu a retomada da obra que foi interrompida por decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Quem queria impedir era a Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos.

Mundo afora

Com o fica em casa, a produção de calçados pelo mundo afora caiu 19% no ano passado em comparação com 2019. Ao todo foram produzidos 18,1 bilhões de pares no ano. No Brasil, a queda da produção foi parecida. No mesmo período as 5,6 mil empresas brasileiras de calçados fabricaram 763,7 milhões de pares, 18,4% a menos do que em 2019. A partir da recuperação, que tudo indica virá diante da vacinação contra a pandemia da COVID-19, a expectativa é de um crescimento de 12% na produção em 2021, isso mesmo, este ano. O relatório diz ainda que, no Brasil, cada trabalhador produz 3.480 pares todos os anos, mais que o registrado nos países que estão a frente do país no ranking mundial.

Nova rodada

O presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, assinou medida provisória (MP) que recria o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. A informação à imprensa partiu da Secretaria-Geral da Presidência da República, que é capitaneada pelo ministro e deputado licenciado Onyx Lorenzoni (DEM-RS). O governo vai abrir um crédito extraordinário de R\$ 9,98 bilhões para custear essa nova rodada do programa. A MP está prevista para entrar em vigor hoje, quando for devidamente publicada no Diário Oficial da União (DOU).

PINGA FOGO

Em tempo, ainda sobre os ateus e agnósticos: o governo do Distrito Federal recorreu ao STJ e alegou que "um museu para tratar da Bíblia, que inclusive embasa as mais variadas religiões, não significa que se esta a impor uma religião". É sobre a nota Toca a obra.

Mais um, ainda sobre a indústria nacional de calçados: "A indústria brasileira sofre ainda com um custo de produção muito mais elevado do que outros países, especialmente no que diz respeito à carga tributária", isso mesmo, **impostos** altos.

O pedido de adiamento foi formulado durante sessão do plenário pelo senador Luiz do Carmo (MDB-GO), aliado do governo bolsonarista. Ele queria que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (foto) (DEM-MG) adiasse a instalação da CPI da COVID-19.

Só que o parlamentar mineiro negou. Ele alegou que

não caberia a ele tomar uma decisão. Pacheco alegou este tipo de pedido precisaria ser submetido diretamente aos senadores integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Sendo assim, o melhor a fazer é decidir finalizar por hoje, seguindo o conselho do presidente do Senado Federal. FIM!

Site: <http://digital.em.com.br/>

Julgamento bilionário no STF pode prejudicar pequeno investidor, dizem entidades do mercado

Eduardo Cucolo são paulo

Dez entidades que representam o mercado brasileiro de capitais, incluindo fundos de investimento e de pensões, pedem que o STF (Supremo Tribunal Federal) se posicione contra o pedido da União para minimizar os efeitos do julgamento bilionário de 2017 que excluiu o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) da base de cálculo do PIS/Cofins.

A avaliação é que a decisão da próxima quinta (29) possa provocar no mercado um efeito semelhante a um rebaixamento de nota de crédito (rating) ou marcação a mercado para baixo. E que isso traga prejuízos a empresas, fundos e investidores, sejam eles grandes ou pequenos aplicadores.

O governo pede que o entendimento firmado pelo STF há quatro anos seja aplicado apenas daqui para frente, sem efeito retroativo, de modo a evitar um prejuízo de R\$ 229 bilhões aos cofres públicos.

As entidades argumentam que, se o argumento do governo for aceito, essa perda ficará com as empresas e quem investe nelas. Muitas já registraram esses valores em seus balanços e distribuíram lucros, pagaram menos **impostos** ou negociaram esses créditos com terceiros.

"Todas as companhias contabilizaram a sentença do Supremo, como a regra contábil determina, e os investidores precificaram as ações considerando esses valores", afirma Eduardo Lucano da Ponte, presidente-executivo da Abrasca (associação das companhias abertas), uma das dez entidades responsáveis por uma carta aberta ao STF.

Ele afirma que esse valor fez parte do lucro de um determinado exercício e, eventualmente, o dividendo foi distribuído. O investidor que na época recebeu o dividendo e vendeu a ação não vai sofrer caso o balanço tenha de ser refeito. Já a pessoa que detém hoje o papel pode ficar com o prejuízo.

Como mostrou a Folha no início do ano passado, apesar de o STF ainda não ter analisado o recurso da

União, as empresas têm obtido em instâncias inferiores decisões favoráveis e transitadas em julgado.

Na maior parte das ações, após o ganho da causa, a empresa pode iniciar um processo administrativo para habilitar o crédito e fazer a compensação com **tributos** devidos.

O presidente-executivo da Abrasca afirma ainda que uma modulação do resultado do julgamento seria negativa para imagem das empresas brasileiras no exterior.

"Se esse fato, com essa magnitude que ele tem no balanço das empresas, for revertido, é como uma reclassificação de rating para baixo do ponto de vista prático. Só que o rating você entende o motivo. Nesse caso, é difícil para um investidor internacional entender", afirma.

Assinam a carta as associações Abrapp (fundos de pensão), Abrasca (companhias abertas), Abvcap (private equity venture capital), Amec (investidores no mercado de capitais), Anbima (fundos de investimentos), Aneord (corretoras e distribuidoras) e Apimee (analistas e profissionais de investimento), entre outros.

"Não há reparo a ser feito na decisão do Supremo Tribunal Federal, que pacificou o tema, oferecendo a esperada segurança jurídica para quem investe, emprega, produz e gera riqueza e crescimento para o país", dizem as entidades.

O Supremo também foi chamado a avaliar como calcular os valores de ICMS a serem devolvidos. Em 2018, a Receita disse que as empresas tinham o direito de descontar o valor de ICMS efetivamente recolhido no mês, e não aquele destacado na nota, em geral, mais elevado. Isso pode alterar o valor dos balanços.

A ação contra a União foi levada ao STF pela Imeopa Importação, Exportação e Indústria de Óleos Ltda.

Reportagem da Folha de 2018 mostrou que muitas

empresas de grande porte registraram ganho em seus balanços logo após a decisão do STF.

HISTÓRICO

2017 STF decide que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do PIS/Cofins. Decisão tem efeito de repercussão geral, ou seja, vale para todas as ações na Justiça

2017 PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) recorre ao STF para tentar restringir o impacto da decisão sobre os cofres públicos

2017-2021

Enquanto o recurso não é analisado, tribunais de 2º instância e o próprio STF têm aplicado a decisão de 2017 e considerado que as ações transitaram em julgado

2021 STF

marca análise do recurso

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

10

Justiça bloqueia R\$ 562 mi da Uninove por suposta participação em corrupção

Artur Rodrigues e Rogério Pagnan

A Justiça de São Paulo determinou na noite desta segunda-feira (-26) o bloqueio de bens de mais de R\$ 560 milhões da Uninove, uma das maiores faculdades privadas do país, por suposta participação em esquema de corrupção para fugir do pagamento de **impostos** ao município de São Paulo.

A decisão do juiz José Eduardo Cordeiro Rocha, da 14a Vara da Fazenda Pública da capital, atende a pedido do Ministério Público de São Paulo em ação civil pública. A decisão, em caráter liminar, estende-se a ex-fiscais do município e a empresário que forneceu notas fiscais frias à universidade.

De acordo com a ação civil pública proposta pela Promotoria do Patrimônio Público na semana passada, o esquema durou de 2003 a 2012 e teve participação direta de integrantes da cúpula da instituição e de fiscais corruptos, integrantes da chamada máfia de fiscais.

Entre os funcionários da universidade que estariam envolvidos está o reitor, Eduardo Storópoli, e o pró-reitor administrativo, Marco Antônio Malva, que admitiram o pagamento de propina aos agentes municipais, mas se colocam como vítimas de extorsão praticada por fiscais.

Um deles é José Rodrigues Freitas, então fiscal da Prefeitura de São Paulo que ficou conhecido como rei dos fiscais, cujo patrimônio milionário foi revelado pela Folha em 2015.

Na esfera criminal, tanto Freitas quanto lideranças da Uninove foram condenados em primeira instância em razão desse esquema.

Agora, na área cível, o promotor Silvio Marques quer reaver aos cofres municipais os valores devidos, R\$ 556 milhões relativos a isenções de ISS, IPTU e ITBI a que a universidade supostamente não tinha direito, mas conseguiu graças ao esquema montado pelos servidores.

Também requer devolução dos valores recebidos pelos fiscais a título de propina, que somam R\$ 4,6 milhões.

Caso não ocorra acordo durante o processo, uma condenação por improbidade administrativa pode prever multa, o que elevaria o valor a ser pago em mais de R\$ 2 bilhões.

A Promotoria afirma que a instituição de ensino deveria ter procurado a Polícia Civil ou o Ministério Público para relatar a suposta extorsão. Não o fez porque, de acordo com a ação, a imunidade concedida pelos fiscais era indevida e poderia ser suspensa facilmente.

De acordo com a ação, a Uninove não tinha direito à imunidade tributária porque, concluiu a prefeitura, diretores e mantenedores alugavam imóveis à própria instituição por valores acima dos praticados no mercado. "Em alguns casos, o valor da locação pago aos mantenedores era superior ao dobro do total considerado razoável", afirma a Promotoria.

Essa prática gera conflito de interesses e, também, caracteriza obtenção de lucros por parte desses dirigentes, algo vedado para a obtenção de imunidade tributária por instituições sem fins lucrativos.

Segundo a ação, Freitas procurou a Uninove em 2003, quando teria pedido propina ao então pró-reitor administrativo Marco Antônio Malva para manter a imunidade tributária da universidade.

Após conversar com o reitor Storópoli, diz a ação, Malva decidiu ir à Secretaria de Finanças para pedir informações sobre o processo administrativo. Depois disso, segundo o relato, o fiscal voltou à Uninove.

"O demandado [Freitas] afirmou, então, que todo o setor estava envolvido no 'esquema de propina' e que ele representava a organização criminosa. Os representantes da Uninove, então, concordaram em realizar o pagamento de vantagem indevida a José Rodrigo de Freitas, de modo a garantir à instituição de ensino a imunidade tributária", afirma a ação.

Os pagamentos, que somam R\$ 1.607.962,50 entre 2003 e 2009, foram feitos por meio de várias empresas que não prestavam qualquer serviço à universidade, aponta a Promotoria. De 64 cheques, 43 foram destinados à Emsergraf Serviços Gráficos Ltda., segundo a documentação.

A Promotoria afirma ainda que a Emsergraf Serviços Gráficos, hoje extinta, tinha como sócio-administrador Il-cio Alves Lucas, que era amigo de José Rodrigo de Freitas.

De acordo com a Promotoria, em 2008, a universidade foi procurada pelo auditor fiscal Leonardo Leal Dias da Silva. "O demandado apresentou-se como 'chefe dos fiscais' e, valendo-se do mesmo modus operandi de José Rodrigo, solicitou pagamento de valores indevidos com idêntica finalidade de não cassar ou suspender a imunidade da entidade de ensino", diz a ação.

Segundo a ação, o auditor disse que tinha poderes para indeferir o pedido de imunidade tributária "e deixou claro que os valores por ele arrecadados também eram destinados a outros agentes públicos, cujos nomes não foram revelados". "O demandado recebeu da Uninove em 2009, a título de propina, o total de R\$ 1 milhão, em espécie, dividido em quatro parcelas", diz.

Procurada na manhã desta terça-feira (27), a Uninove não se manifestou até a conclusão desta edição. A Folha também tentou contato com os ex- fiscais e o empresário alvo da ação.

Site: <http://edicaodigital.folha.uol.com.br/>

Valor de mercado da Vale supera US\$ 100 bi

Wagner Gomes

A mineradora Vale ultrapassou a marca de US\$ 100 bilhões em valor de mercado, ampliando sua posição como empresa mais valiosa da América Latina. Segundo levantamento feito pela consultoria Econômica, a empresa fechou ontem o pregão da B3, a Bolsa paulista, valendo US\$ 103,8 bilhões, mais de US\$ 20 bilhões à frente da gigante do e-commerce argentina Mercado Livre, a segunda colocada.

De acordo com a Econômica, desde que superou a companhia argentina, a mineradora brasileira não para de ganhar uma dianteira em relação a suas concorrentes na região - só ontem, o papel da companhia encerrou o pregão a R\$ 110, com alta de 1,5%, em reação aos resultados financeiros divulgados oficialmente pela mineradora na véspera. O "top 3" da região é completado pelo Mercado Livre, que vale US\$ 80 bilhões, e pelo braço mexicano da varejista americana Wal-Mart, avaliado em US\$ 56 bilhões.

Entre o "top 10" da região, o Brasil lidera com cinco empresas.

Completam a participação nacional nesse ranking, a Petrobrás (US\$ 56,9 bilhões), o Itaú Unibanco (US\$ 45,9 bilhões), a Ambev (US\$ 44,2 bilhões) e o Bradesco (US\$ 39,1 bilhões), todas empresas do mercado tradicional.

Empresas emergentes nos últimos anos, que tiveram forte valorização na B3, aparecem logo na sequência, como a indústria catarinense Weg (13.º lugar, com US\$ 28,7 bilhões) e a varejista Magazine Luiza (15.ª colocação, com US\$ 25,7 bilhões).

Depois do Brasil, o México é o segundo país com mais empresas na lista das mais valiosas da América Latina (com 2 companhias), seguido da Argentina e das Bermudas, com uma cada.

Recuperação. A recuperação da Vale veio depois de um baque sofrido há dois anos, com o acidente de Brumadinho, em Minas Gerais, que causou enormes impactos ambientais e resultou em 270 mortes, sendo a maioria trabalhadores da companhia.

A empresa fechou acordos bilionários em virtude do caso e também enfrentou uma crise de imagem e de segurança relacionada a suas barragens.

No ano passado, porém, impulsionada pela alta dos preços do minério de ferro e melhores volumes de venda, a empresa conseguiu reverter o prejuízo de US\$ 1,683 bilhão, em 2019, entregando um lucro líquido de US\$ 4,881 bilhões. Foi um ano em que a companhia, nas palavras do seu presidente, Eduardo Bartolomeo, tornou-se um operador mais confiável e se mostrou mais preparada para enfrentar 2021.

Neste ano, já com o acordo de Brumadinho fechado, a companhia tem conseguido ampliar os ganhos. O acordo de conciliação, de R\$ 37,68 bilhões, ficou bem acima da proposta inicial feita pela mineradora, de R\$ 29 bilhões, e mais próximo dos R\$ 40 bilhões demandados pelo Estado e autoridades como o Ministério Público e a Defensoria.

O termo não retirou nenhuma responsabilidade da empresa.

Além disso, o documento impôs novas obrigações e serviu como um reconhecimento da responsabilidade da mineradora pelo ocorrido. Ações individuais por indenizações e criminais seguem tramitando, mas o mercado financeiro vê a questão como equacionada.

Na segunda-feira, a companhia informou que registrou um lucro líquido de US\$ 5,546 bilhões no primeiro trimestre de 2021, uma alta de 2.220% em relação ao ganho de US\$ 239 milhões obtido no mesmo período do ano passado.

O resultado também cresceu de forma significativa em relação ao trimestre anterior, quando a empresa registrou ganhos de US\$ 739 milhões. Os resultados vieram em linha com as já altas expectativas de analistas de mercado.

Uma das maiores produtoras globais de minério de ferro, a empresa teve um lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado de US\$ 8,35 bilhões entre janeiro e março, ante US\$ 2,882 bilhões um ano antes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A importância do 5G para o Brasil - COLUNA SECOVI

MARIA SILVIA CARNEIRO

A chegada do 5G é um dos assuntos mais relevantes e aguardados. Tão logo ocorra a realização do leilão, previsto para acontecer ainda este ano, será possível iniciar a contagem regressiva para o pleno funcionamento da tecnologia em território nacional.

A expectativa é que 21% dos dispositivos no mundo já estejam conectados ao 5G em 2025. Para as operadoras, contudo, haverá uma mudança bastante importante nos modelos de negócio daqui para frente.

Enquanto o 3G e o 4G são muito voltados ao B2C, o 5G permite ampla gama de novas possibilidades. O consumidor final certamente irá usufruir de maior velocidade em seu aparelho, mas a ação transformadora acontecerá nas aplicações B2B e B2B2C. É justamente nesse ponto que passa a ser possível falar de cidades e casas inteligentes, agronegócio conectado e indústria 4.0.

Para atender às demandas de infraestrutura e instalação do 5G, os investimentos do setor de Telecom precisarão se manter elevados. O segmento é historicamente um dos maiores investidores do País, com média superior a R\$ 30 bilhões por ano.

Se por um lado ficou evidente - sobretudo durante a pandemia - que a conectividade é o insumo básico para o bom funcionamento de praticamente todas as cadeias produtivas, por outro, há ainda importantes entraves a serem superados.

Um dos maiores empecilhos para a expansão da conectividade no Brasil é a elevada carga tributária. Nada menos do que 47% da conta que hoje é paga pelo consumidor é composta de **tributos**. A média da tributação dos países que mais acessam banda larga no mundo é em torno de 10%.

Os benefícios de uma menor taxa de tributação alcançam população, empresas e Estado, a começar pela maior possibilidade de investimentos das operadoras em uma atividade essencial no mundo de hoje.

Com mais recursos em caixa, é possível expandir a infraestrutura e fazer a conectividade chegar a todos. Os demais setores produtivos ganham em eficiência e competitividade. Além disso, o acesso ao

conhecimento leva a um evidente incremento no capital humano.

E para a arrecadação há ainda um viés positivo: recente estudo da LCA Consultores mostrou que o governo deixou de receber R\$ 1,8 bilhão ao isentar as aplicações de IoT (internet das coisas). No entanto, o efeito multiplicador da expansão da tecnologia na economia tem o potencial de gerar cerca de R\$ 17 bilhões ao Tesouro.

Outro ponto que merece atenção é a desatualização das leis municipais de antenas. Há cidades com legislações muito antigas e a defasagem chega a 30 anos em alguns casos. O 5G requer uma densidade de antenas até dez vezes maior que o 4G. Contudo, as regras antigas impossibilitam a instalação dessa infraestrutura, levando alguns municípios a exigir licença ambiental, habite-se, entre outros requerimentos. É preciso haver incentivos para que os municípios atualizem as regras e sejam beneficiados pela nova tecnologia.

A conectividade é hoje um elemento fundamental na vida de todos. O 5G certamente abrirá espaço para inúmeros avanços, muitos que ainda sequer conseguimos projetar. Com uma política pública e econômica que coloque o setor de Telecom como protagonista de um processo virtuoso, será possível reduzir a fronteira tecnológica e competir em melhores condições na nova economia digital.

O 5G certamente abrirá espaço para inúmeros avanços, muitos que ainda sequer conseguimos projetar

Marcos Ferrari, Presidente da Conexis Brasil Digital, entidade que representa as principais operadoras de telecom e conectividade do mercado brasileiro

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Uma decisão que terá forte impacto sobre o Custo Brasil (2)

Robson de Andrade

Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, reiteradas vezes, que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) deve ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins. Esse importante contencioso fiscal chegou à mais alta corte do país em 1988, e a última decisão, confirmada em 2017, no julgamento do Recurso Extraordinário n-574.706, foi favorável ao contribuinte.

Em uma clara manobra protelatória, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ajuizou embargos declaratórios em outubro de 2017, para reanálise de pontos já debatidos pelos ministros. Pediu, também, a modulação dos seus efeitos para o futuro, sob o argumento de que o prejuízo aos cofres da União seria de grande vulto.

A PGFN não considera, em seu pedido, a correta aplicação do direito e muito menos os graves prejuízos aos contribuintes que, ao longo de muitos anos, recolheram **tributos** indevidos aos cofres públicos. A modulação é um jeitinho brasileiro, não existe em qualquer outro direito tributário no mundo. Ou a cobrança é constitucional ou não. E, caso não seja, como o STF já decidiu, os valores devem ser devolvidos àqueles que foram obrigados a pagar por um erro do governo.

Nosso país encara seríssimos desafios, conhecidos de todos. Um dos mais importantes é reanimar a economia nacional, vitimada pela recessão de 2015-2016 e pelos severos impactos causados pela pandemia da covid-19. Do que não precisamos agora é mais insegurança jurídica, um mal crônico que afasta de nosso país investidores e capitais que poderiam estar gerando os empregos demandados pela nossa gente.

Entre 2014 e 2016, o Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil registrou uma forte retração de 9%. Depois de três anos de crescimento muito baixo, em 2020, a economia encolheu 4,1%. Nesse longo período de crise, mais de 20 mil empresas apresentaram pedidos de falência ou de recuperação judicial, segundo a Serasa Experian.

Na indústria, a situação é ainda pior. Enquanto na última década o **PIB** brasileiro apresentou o pífio

crescimento médio anual de 0,3%, o **PIB** da indústria de transformação apresentou retração média de 1,6% ao ano.

Excentricidades que ajudam a deteriorar o ambiente de negócios são indesejáveis. De acordo com o relatório Competitividade

Brasil 2019-2020, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil apresenta um dos três piores ambientes para se fazer negócio entre os dezoito países avaliados. E não causa surpresa que a insegurança jurídica seja uma das variáveis a pesar negativamente contra nós.

O índice Rule of Law, do World Justice Project, é uma referência para a avaliação da segurança jurídica de um país. Ele varia de zero a 1 e é gerado a partir da percepção de confiança de especialistas sobre as regras da sociedade. Quanto mais próximo de 1, melhor. O índice medido no Brasil é 0,52. Infelizmente, ocupamos a 67ª posição entre os 128 países avaliados.

Enquanto a PGFN busca arrastar o caso, a vida segue. Os créditos provenientes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins vêm assumindo papel relevante nos resultados das empresas. Em meio à situação econômica adversa, muitas companhias já estão lançando em seus balanços os créditos tributários com base na definição judicial transitada em julgado e na decisão do Supremo.

Levantamento feito pela CNI nos últimos balanços disponíveis para as 60 maiores empresas do Brasil, classificadas pelas vendas líquidas pela revista Exame, aponta que 27% delas tinham lançamentos relativos a créditos tributários extemporâneos referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins. Apenas nos anos relativos a esses balanços, as 16 empresas lançaram R\$ 24 bilhões como "créditos tributários a recuperar reconhecidos".

A modulação dos efeitos do julgamento ou da adoção de conceito restritivo no cálculo do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins provocaria impactos negativos nos próximos balanços dessas empresas. É necessário considerar, também, que parte dos valores dos créditos lançados já foram repassados para acionistas, na forma de dividendos, e

para funcionários, no caso das companhias que mantêm programas de participação nos lucros.

A própria Fazenda Nacional ficou com parte dos ganhos obtidos a partir do lançamento dos créditos, pois o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado apurado pelas companhias. Caso as empresas tenham que rever esses lançamentos, os eventuais prejuízos gerados nessa retificação vão demorar muito tempo para serem compensados contra lucros futuros. Isso porque a legislação limita o uso do prejuízo fiscal a 30% do lucro de cada período.

O julgamento dos embargos declaratórios ajuizados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional está marcado para amanhã, dia 29. A decisão do STF é esperada com muita preocupação pelos contribuintes em razão das severas consequências sobre o caixa das empresas.

Segundo a própria Fazenda Nacional, caso o Supremo não decida pela modulação dos efeitos da decisão, de forma que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins seja feita apenas depois da finalização do julgamento, o impacto nas contas públicas alcançaria R\$ 250 bilhões. Esse cálculo poderia variar conforme a decisão a respeito do valor do ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS/Cofins, que poderá ser o efetivamente recolhido ou o destacado nos documentos fiscais.

No entanto, é preciso considerar os efeitos que a decisão terá sobre os contribuintes. Caso o posicionamento do Supremo seja pela modulação dos efeitos, há o fato de que cerca de R\$ 250 bilhões foram arrecadados pelo Fisco de forma inconstitucional e de que tal valor não será devidamente restituído às empresas.

Uma eventual decisão do Supremo que não restitua os **tributos** indevidamente recolhidos no passado aumentará ainda mais o Custo Brasil, que consome cerca de R\$ 1,5 trilhão ao ano das empresas, como indica o estudo feito pelo Movimento Brasil Competitivo em parceria com o Ministério da Economia. Também vai prejudicar a recuperação das empresas, que estão fragilizadas pela grave crise econômica, e a retomada do crescimento sustentado do país.

Por isso, o argumento da PGFN, baseado no prejuízo aos cofres públicos, não deve se sobrepor à aplicação da lei. Tampouco pode ser motivo para impor pesadas perdas às empresas e para aumentar ainda mais a insegurança jurídica no país.

Robson Braga de Andrade é empresário e presidente

da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Setor de telefonia inicia debates sobre devoluções

As empresas do setor de telefonia, assim como as distribuidoras de energia, também saíram vitoriosas em ações judiciais sobre a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e Cofins. Elas têm registrado em balanço créditos apurados pelo recolhimento a maior dos **tributos**. Porém, no segmento, ainda está no início o debate sobre a possibilidade de devolução desses valores aos consumidores.

Questionada pelo Valor, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que regula o setor, informou que o tema está em avaliação. "Não é possível nesse momento antecipar qualquer conclusão e eventuais medidas", diz em nota o órgão.

A TIM, a Claro e a Vivo, por exemplo, possuem decisões definitivas (transitadas em julgado) sobre a chamada "tese do século". De acordo os balanços das empresas, os créditos apurados têm sido utilizados para pagar **tributos** correntes, em processos de compensação tributária.

A Claro informou, em setembro, ter compensado cerca de R\$ 2,3 bilhões do crédito de R\$ 2,4 bilhões referente à discussão judicial encerrada em 2018.

A TIM apurou quase R\$ 3 bilhões em créditos decorrentes de ação encerrada em 2019. A empresa fez declarações de compensação com esses créditos, no valor total de R\$ 1,5 bilhão.

A Vivo, por sua vez, comunicou que, no ano passado, utilizou integralmente R\$ 2 bilhões em créditos para quitar **tributos**.

De acordo com o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Castro Tax Lawyers, o PIS e a Cofins são repassados pelas empresas de telefonia no valor do serviço prestado ao consumidor, muito embora não estejam discriminados na fatura - ao contrário do que ocorre nas contas de energia. "Nada me tira a ideia de que a Anatel deve seguir o mesmo rumo da Aneel e regulamentar as devoluções", diz.

Em uma lista de 170 países, segundo estudo da própria Anatel, o Brasil tem a quarta maior carga tributária no serviço de telefonia móvel, que é de 40%. E a maior de internet (banda larga fixa) - de 40,2%. O PIS e a Cofins compõem essa carga junto com o ICMS, devido aos Estados.

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a União de exigir o PIS e a Cofins com o ICMS incluído, o que, na prática, reduz o montante a recolher de contribuições sociais. Amanhã, em recurso da União, os ministros podem definir o alcance dessa decisão.

Procuradas pelo Valor, Vivo, TIM e Claro preferiram não se manifestar. (BP)

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

Cunha vira réu por esquema de propinas

A Justiça de Brasília aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Distrito Federal contra o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, o ex-vice-governador do Distrito Federal, Tadeu Filippelli, e outras cinco pessoas acusadas de participação em um suposto esquema de propinas para baixar **impostos** em combustíveis da aviação.

O grupo virou réu por corrupção e lavagem de dinheiro. A denúncia foi apresentada na esteira da Operação Antonov, aberta a partir da delação de Lúcio Funaro.

Os promotores concluíram que, entre 2012 e 2014, as companhias Latam e Gol fizeram pagamentos milionários para alterar uma lei distrital e reduzir a alíquota de

ICMS do querosene da aviação de 25% para 12%. O dinheiro teria sido repassado através de contratos falsos de prestação de serviços firmados com empresas controladas por operadores dos políticos.

Ajuste fiscal é imprescindível (2)

José Maria Pailomeno

O crescimento exacerbado da dívida pública brasileira, fruto do aviltamento ano a ano do déficit primário (resultado negativo das contas do setor público desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública), tem sido apontado como a principal causa do período mais longo e acentuado de estagnação de nossa economia, que já perdura há pelo menos oito anos.

Período no qual nosso **PIB** per capita encolheu a níveis de 2006. Sofremos doloroso processo de desinvestimentos - tanto financeiros quanto produtivos-, OS ratings das agencias de avaliação de nossos títulos despencaram. assim como nossa credibilidade como destino de capitais. E por este e outros fatores, amargamos os piores índices históricos de desemprego.

O equilíbrio das contas públicas é fundamental para a atração do investimento privado e para recuperar a capacidade de investimento público. Condições indispensáveis para a retomada consistente, robusta e duradoura do crescimento econômico. O País vinha empreendendo, desde 2016, esforços no sentido de reverter esse processo de expansão do endividamento, com a adoção de reformas e medidas tais como a emenda do teto de gastos e a reforma da previdência, que proporcionaram a redução substancial no volume do déficit, levando inclusive, á expressiva queda da Selic. de 14,25% para 2,0%, a menor da História.

Entretanto, o advento da covid 19 no inicio do ano passado interrompeu todo esse processo. A queda na atividade econômica, e conseqüentemente na arrecadação, e as despesas extraordinárias necessárias para o enfrentamento da pandemia levaram as contas públicas fecharam o ano de 2020 com saldo negativo recorde de RS 702,950 bilhões, equivalente a 12,5% do **PIB**. E, lamentavelmente. por força da chamada segunda onda pandêmica que tem assolado gravemente o País, a projeção é que 2021 feche com déficit acima de RS 300 bilhões, levando o endividamento total ao patamar perigoso e insustentável de 100% do **PIB**.

Aritmética e a mais exata das ciências, contra a qual não há escapatória. Portanto, não existem formulas ideológicas para solucionar contas no vermelho. Sejam os governos de direita ou de esquerda, se não mantiver as contas públicas equilibradas irão sofrer as

mesmas conseqüências danosas. E foi. com este pensamento assertivo, que o ex-presidente Lula promoveu um profundo arrocho fiscal, economizando até 4% do **PIB** entre 2003 e 2006. para abater a dívida pública O ajuste fiscal deve ser retomado após a crise, e deve ser alcançado melhorando a eficiência dos gastos sem necessidade de aumentar **impostos**. O País pode reduzir os incentivos tributários para aumentar a arrecadação e cortar gastos por meio da reforma administrativa, da desvinculação de receitas e da indexação de gastos obrigatórios. São profundas reformas estruturais que modernizarão o Estado e induzirão ao investimento e a melhoria da produtividade.

No entanto, dependerão, para aprovação, daqueles que mais tem atravancado o Brasil: a classe política dai a constatação que só. e somente só. melhorando nosso voto melhoraremos nosso país.

José Maria Pailomeno - Advogado e Economista

Site: https://issuu.com/oestadoce/docs/28-04_c5fbad57fce39e

Inflação desacelera, mas não dá trégua

MARINA BARBOSA

Com altas menos intensas no preço da gasolina, a prévia da **inflação** oficial brasileira desacelerou para 0,60% em abril. O resultado, no entanto, elevou a **inflação** acumulada em 12 meses para 6,17%, bem acima da meta deste ano, que é de 3,75%. Segundo analistas, isso reforça a expectativa de nova alta da taxa básica de juros (Selic) na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para a próxima semana. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que havia chegado a 0,93% em março, teve alta mais branda neste mês por conta das reduções no preço da gasolina, anunciadas nas últimas semanas pela Petrobras. O alívio, no entanto, ainda não chegou ao bolso do consumidor de Brasília, pois a capital federal teve o recebimento da gasolina interrompido há cerca de 15 dias por problemas em um duto da Petrobras. Em Brasília, por isso, a **inflação** seguiu em alta e marcou 0,98% no IPCA-15, o maior resultado do país, segundo o IBGE. Coordenador do Índice de Preços da Fundação Getúlio Vargas (FGV), André Braz observou que, mesmo quem não mora em Brasília não tem o que celebrar na **inflação**. "A gasolina subiu mais de 10% em março e depois perdeu força. Porém outras coisas apareceram mais no IPCA-15, como a alimentação. Além disso, preços administrados, como energia e transportes públicos, tiveram aumentos em algumas cidades e vão pressionar a **inflação**", explicou.

Alimentos

Depois de cair 0,03% em março, a alimentação no domicílio subiu 0,19% em abril, segundo o IPCA-15. O gás de cozinha também ficou 2,49% mais caro e acumula alta de 20,22% nos últimos 12 meses. Mesmo a gasolina continua pesando no bolso. É que o combustível havia subido 11,63% em março, e ainda avançou 5,49% em abril, mesmo com as reduções anunciadas pela Petrobras.

Com todas essas fontes de pressão, a **inflação** acumulada em 12 meses disparou de 5,52%, no mês passado, em março, para 6,17% em abril. O indicador está acima do centro da meta de **inflação** deste ano, que é de 3,75%, e também supera e muito o teto da meta, que é de 5,25%. E, de acordo com especialistas, ainda vai subir nos próximos meses. Por isso, o mercado projeta novas altas da Selic.

Em março, o Copom elevou a taxa básica de juros de 2% para 2,75% ao ano e projetou um novo ajuste de 0,75 ponto percentual para a reunião que ocorre na terça e na quarta-feira da próxima semana. "O resultado não deve alterar o plano de voo do Banco Central. Os desafios no front inflacionário seguem os mesmos: apesar do alívio no câmbio, continuamos a ver seguidas altas das commodities no exterior e revisões para cima nas expectativas de **inflação**, ainda majoritariamente centradas em 2021", comentou o economista chefe do Banco Original, Marco Caruso. "O IPCA-15 mostra que a **inflação** está em um patamar elevado. O Banco Central precisa atuar para mitigar os efeitos do choque de câmbio e das commodities nos preços", explicou o economista-chefe da Nova Futura, Pedro Paulo Silveira.

Pandemia da insegurança alimentar (2)

Renata Motta, Socióloga, é professora do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim Marco Antonio Teixeira, Sociólogo, é pesquisador de pós-doutorado do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim Eryka Galindo, Historiadora, é pesquisadora de doutorado do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim

Como o país que saiu do Mapa da Fome da ONU em 2014 apresenta 59% dos domicílios em insegurança alimentar em 2020? Este é o resultado da pesquisa "Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil", coordenada pelo do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça: Poder, Política e Desigualdades Alimentares na Bioeconomia, com sede na Universidade Livre de Berlim.

Insegurança alimentar (IA) é quando há redução ou incerteza quanto ao acesso regular aos alimentos, em quantidade e qualidade adequadas. Sua expressão mais grave se configura em uma experiência de fome, situação vivenciada por 15% dos domicílios brasileiros.

Antes da pandemia, a maioria dos domicílios em situação de IA consumia irregularmente (menos de cinco vezes na semana) alimentos saudáveis como carnes, legumes e frutas. Com a pandemia, esse índice subiu para mais de 85% -e acelerou um processo que já havia sido identificado por pesquisas do IBGE. Dados do instituto revelaram 37% de IA medidos pela POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) 2017/2018 -um crescimento significativo frente ao resultado da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2013, de 23%.

Esse triste retrato mostra que estamos vivendo a ruptura de consensos societários construídos desde a redemocratização do país. A década de 1980 marcou o pacto nacional pela democracia como melhor forma de governo e, nos anos 1990, iniciou-se a construção de um consenso nacional pela superação de formas cruéis de desigualdades sociais, como a fome.

De uma abordagem assistencialista e emergencial, na década de 1990, o país optou, no começo do século, por uma agenda política de promoção do direito humano à alimentação adequada. A caridade e a doação de cestas básicas foram progressivamente substituídas por uma abordagem multidimensional da questão, abarcando o incentivo à produção de alimentos pela agricultura familiar, políticas de alimentação escolar e distribuição de renda e a

estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, pautadas pelo diálogo e participação da sociedade civil organizada.

Assim como a gestão política federal da pandemia de Covid-19 optou por desconsiderar décadas de acúmulo institucional e conhecimento do Ministério da Saúde, do SUS e de sanitaristas, o governo também desmantelou o arcabouço institucional construído nas últimas décadas para a promoção do direito à alimentação adequada. Em 2019, o governo extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, deixou de convocar a sociedade civil por meio da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e cortou o orçamento dos programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar e de alimentação escolar. As políticas de incentivo a um modelo agroexportador de commodities têm se intensificado, sem mediações sobre seu impacto na oferta nacional de alimentos.

Essas medidas agravaram o quadro anterior, caracterizado pelo teto constitucional de gastos, fim da política de valorização do salário mínimo e fragilização dos direitos trabalhistas. A pandemia de Covid-19, os altos níveis de desemprego, a alta da **inflação** e dos preços de alimentos em 2020 pioraram o acesso da população aos alimentos.

Quanto menor a renda per capita do domicílio, maior a IA. Nossa pesquisa mostrou que a IA está presente em 71% dos domicílios com renda per capita de até R\$ 500, sendo de 26% entre aqueles com renda per capita superior a R\$ 1.000.

O auxílio emergencial contribuiu para atenuar os efeitos da insegurança alimentar: 63% das pessoas que o receberam admitiram usá-lo para comprar comida. Ainda assim, a IA era alta. Os dados mostram as desigualdades alimentares não apenas como reflexo da renda, mas também de desigualdades de gênero, raça ou cor, regiões e entre áreas rurais e urbanas.

É possível inferir que os brasileiros encontram mais dificuldades para garantir comida na mesa em 2021: os indicadores da pandemia só pioram, com recordes diários de mortes, a economia patina sem sinais de recuperação e o auxílio, depois de um período sem qualquer pagamento, finalmente voltou, mas para um grupo reduzido e com um valor menor.

A pauta da IA ganhou centralidade nas últimas

semanas com novos dados de diferentes pesquisas mostrando o tamanho do problema, que não deverá sair da agenda pública, obrigando os três Poderes a apresentar soluções robustas para garantir à população seu direito à alimentação. Vencer as pandemias da Covid-19 e da insegurança alimentar são desafios urgentes para o Brasil.

[...] Assim como a gestão política federal da pandemia optou por desconsiderar décadas de acúmulo institucional e conhecimento do Ministério da Saúde, do SUS e de sanitaristas, o governo também desmontou o arcabouço institucional construído para a promoção do direito à alimentação adequada

Renata Motta, Socióloga, é professora do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim

Marco Antonio Teixeira, Sociólogo, é pesquisador de pós-doutorado do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim

Eryka Galindo, Historiadora, é pesquisadora de doutorado do Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Livre de Berlim

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

10

Orçamento público (2)

ROBERTO FIGUEIREDO

SEPOG/ SP

Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Teto dos Gastos, Emendas Parlamentares, Orçamento Impositivo, Resultado Primário, Benefícios Fiscais, Limite de Gastos com Pessoal, dentre outros, são termos que, antes comuns em discussões no setor público e em análises especializadas do setor privado, passaram a ser noticiados de forma mais frequente e clara pela imprensa.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-b55605adca99dc4269d91ddc16de78d8.pdf

Na verdade, estas discussões e análises sempre ocorreram, mas não ganharam o destaque merecido dos noticiários.

Os orçamentos públicos são instrumentos elaborados pelo Poder Executivo e analisado e votado pelo Poder Legislativo, pelos quais os governos executam suas políticas com os recursos que arrecadam.

São ferramentas da democracia que precisam ser valorizadas.

São os orçamentos que estabelecem as prioridades. Se não refletirem a realidade, sua execução será parcial e discricionária. No passado, costumava-se superestimar as receitas para poder engordar artificialmente as despesas ou aproveitar a elevada **inflação** para inchar as receitas de modo a acomodar as despesas.

Já tivemos de tudo, até o Orçamento Monetário, que nada mais era do que o instrumento de realização de despesa financiada com emissão de moeda, sem o controle do Congresso Nacional.

Recentemente, em períodos de baixa **inflação** e na presença de maior fiscalização sobre os gastos públicos, aprendemos termos para manobras fiscais, como Contabilidade Criativa e Pedaladas Fiscais.

Por estas e outras, era usual chamar os orçamentos públicos de peças de ficção.

Espero que, na esteira da maior publicidade que está sendo dada às discussões sobre os orçamentos públicos, a sociedade passe a ter mais conhecimento sobre os valores dos benefícios fiscais concedidos a grupos privilegiados, que derretem a arrecadação.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES, ex-secretário do Tesouro Nacional e atual chefe de Gabinete da

O desafio do Copom - FÁBIO ALVES

FÁBIO ALVES

Após o desfecho do Orçamento de 2021, que incluiu a sanção presidencial com vetos parciais e a aprovação de um projeto de lei para retirar despesas relacionadas à pandemia de covid do teto de gastos e da meta fiscal, ficou menor a probabilidade de o Copom acelerar a alta da taxa Selic na sua próxima reunião, mas o desafio mesmo será comunicar até onde o aperto monetário pode chegar.

Na sua última decisão, em março, o Copom elevou os juros em 0,75 ponto porcentual, para 2,75%, e sinalizou que, se nada de extraordinário acontecesse e que alterasse o balanço de risco para **inflação**, haveria alta adicional de 0,75 ponto na reunião nos dias 4 e 5 maio. Disse também que a normalização da política monetária seria parcial.

Uma parcela grande de investidores ficou desconfortável com esse recado de normalização parcial e passou a apostar que o Copom iria acelerar a alta da Selic para 1 ponto porcentual em maio. Isso porque eles consideram que houve uma piora da trajetória fiscal e das expectativas de **inflação**.

É bom lembrar que, entre as razões para elevar os juros mais do que o inicialmente previsto, o Copom citava uma possível quebra do regime fiscal em vigor. Apesar de terem se acalmado com a sanção presidencial do Orçamento de 2021, encerrando uma incerteza que vinha afetando os preços dos ativos, muitos investidores não gostaram do desfecho dessa novela e consideraram que a solução deixou o Brasil mais frágil e vulnerável do ponto de vista fiscal nos próximos anos, especialmente quanto à dívida pública.

Todavia, muito provavelmente, o BC não qualificará a solução encontrada para viabilizar a sanção do Orçamento como uma alteração substancial do regime fiscal, afirmando que a situação ainda está sob controle, pois as despesas extras relacionadas à pandemia são gastos não recorrentes. E os últimos índices de **inflação** vêm surpreendendo para baixo. Portanto, a alta adicional da Selic em 0,75 ponto, sinalizada em março, continua válida para a próxima reunião.

O xis da questão será explicar de forma mais detalhada, no **comunicado** e na ata do Copom, como se dará exatamente a normalização parcial da política monetária.

Se entregar em maio um aumento de 0,75 ponto, levando a Selic para 3,50%, o Copom terá feito uma boa parte do caminho de volta, desde que baixou os juros para 2,0%. A Selic estava em 4,25% em fevereiro de 2020, antes do início da pandemia. Se quiser remover rapidamente o estímulo monetário e demonstrar maior cautela com o cenário adiante, o Copom sinalizaria, então, outra alta da Selic em 0,75 ponto na reunião de junho, trazendo a taxa para 4,25%.

Se imaginarmos que os juros reais neutros - que não pressionam a **inflação** nem esfriam a economia desnecessariamente - do Brasil estão ao redor de 3%, mais uma meta oficial de **inflação** de 3,50% (em 2022), a taxa nominal de juros precisaria subir a 6,50% para uma normalização total da política monetária.

A mediana das apostas dos analistas consultados na pesquisa Focus aponta para uma Selic a 5,50% no fim deste ano. Portanto, por enquanto, o consenso desses analistas é de que o Copom levará a Selic para uma taxa entre o nível pré-pandemia, de 4,25%, o que apenas retiraria todo o estímulo adotado, e o patamar que representaria uma normalização total da política monetária, ao redor de 6,50%.

Mas, neste momento, a expectativa inflacionária é a questão crucial para o Copom decidir em quanto elevará a Selic neste ano. A mediana das projeções de **inflação** vem subindo rapidamente, porém mais importante ainda é que as estimativas para 2022 - o horizonte relevante para política monetária - também começaram a se distanciar da meta.

Na mais recente pesquisa Focus, a previsão do IPCA em 2021 subiu para 5,01%, bem acima da meta de 3,75%. E o consenso da estimativa para 2022 já está em 3,60%.

Diante da piora do sentimento do mercado sobre a perspectiva fiscal e de uma possível retomada mais forte da economia com o avanço da vacinação contra covid, gerando pressão de demanda, não se pode descartar que a expectativa de **inflação** para 2022 siga subindo até ao redor de 4,0%. Esse cenário, seguramente, exigirá cautela adicional do Copom ao sinalizar seus próximos passos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Waldery: 'fizemos o processo de gestão fiscal responsável'

MANOEL VENTURA E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com i>r BRASÍLIA

Ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, Waldery Rodrigues Júnior disse ontem que fez o processo de gestão orçamentária de forma "responsável" e que cumpriu orientação do chefe da pasta.

-Nós fizemos todo o processo de gestão fiscal responsável. Essa é a orientação do ministro, e nós seguimos, por exemplo, com a solicitação de vetos de R\$ 29 bilhões - disse ele, ainda como secretário especial de Fazenda, antes de se tornar assessor especial de Guedes.

Waldery se referiu aos vetos do Orçamento de 2021 para resolver a crise causada com a aprovação da proposta. Para solucionar o problema, e recompor os gastos obrigatórios, Bolsonaro vetou R\$ 19,8 bilhões em gastos e bloqueou outros R\$ 9,2 bilhões. Com isso, encaminhou ao Congresso um ajuste de R\$ 29 bilhões nos gastos obrigatórios. Tudo isso para manter R\$ 18,5 bilhões em emendas extras para parlamentares aliados.

Na crise do Orçamento deste ano, Waldery foi criticado dentro e fora do governo. Do lado dos parlamentares, a crítica foi com relação ao que consideram a dificuldade de articulação junto ao Congresso. No governo, a decisão de não encaminhar uma "mensagem modificativa" ao Congresso foi creditada a ele. O texto é enviado quando há uma mudança muito grande nos parâmetros macroeconômicos, que indicam a necessidade de, por exemplo, recalcular as despesas obrigatórias. O texto não foi enviado, e ocorreram mudanças significativas na **inflação** e no salário mínimo.

A saída dele da Secretaria de Fazenda coincide com a assinatura da medida provisória (MP) que permite a redução de jornada e salário dos trabalhadores, com parte da renda sendo complementada pelo governo. Dentro do ministério, Waldery era visto como um entrave à edição de medidas como esta.

No Ministério da Economia, uma crítica comum era que uma série de pautas travava na Secretaria de Fazenda. Discutidas desde o início do ano, as medidas para preservação de emprego esbarraram

em restrições orçamentárias apontadas pela equipe de Waldery.

As questões jurídicas foram resolvidas após o Congresso aprovar uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano que retirou a MP da meta de resultado das contas públicas de 2021, além de fazer outras alterações que permitiram a edição do texto. Ontem, Waldery ressaltou essa mudança na lei.

'CARTÃO VERMELHO'

A saída de Waldery era cobrada pela ala política há meses e, segundo integrantes da equipe econômica, o desgaste causado pelo Orçamento evidenciou a necessidade de antecipar a mudança.

No ano passado, o próprio presidente Bolsonaro fez críticas a políticas sugeridas pelo secretário, que propôs o congelamento das aposentadorias -medida que tinha apoio de outros integrantes do Ministério da Economia. Bolsonaro afirmou que havia dado "cartão vermelho" à possibilidade.

Ferrenho defensor do ajuste fiscal, Waldery é um dos idealizadores da chamada PEC Emergencial, que prevê o controle de despesas públicas em caso de crise e também estabeleceu um limite de R\$ 44 bilhões para o auxílio emergencial em 2021.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A fãs de Bolsonaro, ministro diz que PIB caiu 'só 4,1%'

Carolina Freitas

O presidente da República, Jair Bolsonaro, levou ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, para uma interação com fãs, na saída do Palácio da Alvorada, em Brasília. Chamado de "PG" e de "Posto Ipiranga" por Bolsonaro, o ministro tentou explicar ao grupo que a economia brasileira está em situação melhor do que a de países como Alemanha e Japão.

A participação de Guedes na parada diante dos apoiadores aconteceu no mesmo dia em que o ministro da Economia teve de ceder a pressões e fazer mudanças em sua equipe, em uma tentativa de impedir que a pasta seja desmembrada para acomodar indicados do Centrão.

Ainda assim, Bolsonaro usou a oportunidade para dizer aos fãs, em meio a gritos de apoio, que escolheu seus ministros com liberdade, sem loteamento de cargos. "Se Paulo Guedes fosse indicação política, como estaria a economia do Brasil com uma pandemia dessas? Fomos um dos países que menos decresceu", afirmou.

Guedes então tirou a máscara de proteção facial, a exemplo do presidente, e tomou a palavra. "Os países mais avançados tiveram queda de **PIB** bem maior que o Brasil. A Inglaterra caiu 9%; a Itália, 8%; a França, 7%; a Alemanha, 5%; o Japão caiu 4,5%. Nós caímos só 4,1%", disse o ministro. "Além de ter caído menos do que vários países avançados, nós conseguimos criar 140 mil empregos formais. Conseguimos manter os sinais vitais da economia funcionando."

Bolsonaro apresentou Paulo Guedes aos fãs como "o homem do dinheiro". Sorridente, o ministro posou para fotos com apoiadores ao lado do presidente.

Antes da parada em frente ao Alvorada, Bolsonaro e Guedes participaram de reunião com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). "Um ministro disse que, no passado, quando tinha reunião parecida, era pra tratar de corrupção. Nós aqui, depois de 2 anos e 4 meses, zero corrupção no meu governo", disse o presidente.

Bolsonaro aproveitou a claque para xingar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). "As pessoas tiveram 14 anos de PT no Brasil. Um dos maiores

bandidos da história do Brasil vem querer vir como salvador da pátria e querer falar de fome", disse.

O presidente abordou ainda o que chamou de "sexualização da escola". Para Bolsonaro, iniciativas para educação sexual de crianças e adolescente são parte de um projeto da esquerda para impor uma "ideologia de gênero" aos estudantes. O presidente culpou o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad (PT), que o enfrentou nas urnas em 2018, por esse suposto fenômeno.

"A escola pública perdeu muito com a doutrinação, de um tal de Paulo Freire. Não é fácil redirecionar a educação no Brasil. É uma geração que perde", disse Bolsonaro. "Vocês não veem mais aquela sexualização da escola. Praticamente zerou no nosso governo. Ninguém quer o filho de 6 anos envolvido com sexo. Agora a esquelalha que tava aqui... Haddad deixou barbaridades pra nós."

Bolsonaro falou ainda que "a gente infelizmente tem que conviver" com as mortes causadas pela pandemia. "Não vai embora mais não. A medida não é ficar em casa o tempo todo. Isso destrói empregos", afirmou. "Quem fechou comércio não fui eu. Jamais usarei qualquer força que o Estado tem para manter o povo em casa."

O presidente opõe-se, desde a chegada da doença no Brasil, às medidas de isolamento social para conter a propagação do vírus. O Brasil soma, desde março de 2020, 392 mil mortes em decorrência da covid-19 e tem hoje só 8,2% da população imunizada com as duas doses da vacina.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

BC vê banco bem preparado para crise

Estevão Taiar e Alex Ribeiro De São Paulo

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) está bem provisionado para enfrentar uma eventual piora da pandemia e tem capacidade para atender à demanda das empresas por crédito, segundo o Banco Central (BC). Por isso, a autoridade monetária não vê neste momento a necessidade de reedição de medidas adotadas no ano passado para combater os efeitos econômicos da pandemia.

Segundo o diretor de fiscalização do BC, Paulo Souza, as provisões para possíveis perdas feitas pelas instituições financeiras em 2020 são "suficientes para honrar até um novo cenário de crise". A mesma lógica vale para a busca das pessoas jurídicas por crédito.

"A gente está preocupado, mas a nossa visão, por ora, é que o Sistema Financeiro Nacional tem plena condição de atender a demandas por parte das empresas", disse Souza, durante entrevista coletiva para comentar o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), divulgado ontem. "Caso a gente perceba um agravamento da situação, todas as ferramentas estão disponíveis para serem usadas." No início do ano, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, chegou a afirmar que a autoridade monetária vinha discutindo de "forma proativa" a possibilidade de reeditar algumas das medidas. Conforme ele disse na ocasião, uma nova rodada de implantação seria "mais ou menos fácil".

Para Souza, não há, por exemplo, "a necessidade" de reeditar a diminuição de provisões obrigatórias para que instituições financeiras renegociem dívidas.

"Não será isso [fim da regra] que vai impedir [o banco] de fazer repactuação ou não de uma operação. Eles têm plenas condições de atender empresas e setores que estão com mais dificuldades", disse Souza.

No ano passado, o Banco Central implantou uma série de medidas de liquidez e de exigência de capital que tinham potencial, respectivamente, de R\$ 1,2 trilhão (o equivalente a 17,5% do Produto Interno Bruto) e R\$ 1,3 trilhão (18,4% do **PIB**).

Além disso, foram criadas linhas de crédito emergenciais em parceria com o Ministério da Economia, como o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) e o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac). Conforme publicado pelo Valor na

semana passada, o Pronampe deve ser a única linha reeditada pelo Ministério da Economia em 2021.

Já os aportes necessários para as instituições financeiras em um cenário de estresse causado pela pandemia eram de R\$ 1,5 bilhão em março deste ano, de acordo com o REF. Essa "necessidade de capital" é a menor desde o início da crise e equivale a 0,1% do Patrimônio de Referência (PR) do SFN. Em abril do ano passado, os aportes necessários em um cenário de estresse eram de R\$ 70 bilhões.

O alto nível de provisões realizadas em 2020 também deve levar a uma recuperação tanto do lucro quanto da rentabilidade das instituições, já que, em um cenário base, não serão necessários novos aportes para lidar com possíveis perdas.

"É possível os bancos voltarem a ter um lucro em termos nominais igual ao que ocorreu em 2019, na faixa de R\$ 120 bilhões", disse Souza. Para a rentabilidade, a tendência é que ela volte para a "casa de 15%, 16%" nos próximos anos.

Um ponto positivo destacado pelo diretor de fiscalização do BC foi que os fluxos de recebimentos das empresas começaram a mostrar recuperação a partir da segunda metade deste mês. Esses fluxos são formados por TEDs, boletos, Pix e exportações.

"As conversas que temos tido com o mercado mostram que realmente houve uma redução [dos fluxos] a partir da última semana de março e nas duas primeiras semanas de abril", disse. "Mas, pelo que a gente tem conversado, já mostram uma recuperação a partir da segunda quinzena de abril", disse ele.

No REF, o BC também apresentou um estudo que indica que "uma mudança estrutural na temperatura e no regime de chuvas impactaria substancialmente o sistema financeiro", com redução da oferta de crédito e aumento da inadimplência.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

Atuação do BC brasileiro na crise segue padrão global

Estevão Taiar De São Paulo

A desaceleração das medidas de combate à pandemia anunciadas pelo Banco Central (BC) brasileiro está em linha com o que vem acontecendo no resto do mundo. Tanto no Brasil quanto no exterior, a adoção por autoridades monetárias de medidas contra a crise caiu a partir do segundo semestre do ano passado, até praticamente inexistir.

Nesta nova onda, inclusive, a margem da autoridade monetária brasileira para mitigar os impactos da pandemia é mínima, segundo economistas. Para eles, o mais importante neste momento é o BC combater a alta da inflação.

O levantamento sobre as medidas de combate à pandemia foi feito pelo Valor com base em ferramenta virtual do Banco de Compensações Internacionais (BIS), lançada em março. Realizado pelos economistas Carlos Cantú, Paolo Cavallino, Fiorella de Fiore e James Yetman, o trabalho permite comparar a atuação de 39 bancos centrais (de 11 países desenvolvidos e 28 emergentes) desde o começo do ano passado.

De acordo com o BIS, em março de 2020, as autoridades monetárias analisadas colocaram em prática 284 medidas, nas áreas de política monetária, crédito, compra de ativos, depósitos compulsórios, câmbio e outros. Em fevereiro deste ano, o número caiu para 13.

No caso do Brasil, foram anunciadas 23 medidas desde o início da pandemia, das quais 21 ficaram concentradas até outubro do ano passado. Para combater a crise, o Brasil se destacou principalmente na liberação de depósitos compulsórios - arrecadados por meio de alíquotas cobradas pelo BC sobre recursos das instituições financeiras. O objetivo dos compulsórios é justamente servir como um colchão de liquidez para o sistema bancário em momentos de crise.

Ao todo, o BC liberou R\$ 251,7 bilhões em recursos referentes aos depósitos no ano passado, conforme o Valor noticiou. No Brasil, esses cortes representaram 23% das medidas adotadas, contra uma média de 11,7% no exterior. Vale destacar, no entanto, que os altos níveis de compulsórios são considerados uma

particularidade da economia brasileira. Em muitos países, esse tipo de recurso nem existe.

Já no exterior a principal diferença em relação ao Brasil foram os programas de compras dos ativos. Na média, eles representaram 13,83% das medidas implantadas nos países analisados pelo BIS. No Brasil, não houve compra de ativos, embora a possibilidade estivesse prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Guerra. Mas o simples fato de o BC ter esse instrumento à disposição ajudou a acalmar os mercados na época.

Em relação ao total de medidas anunciadas, o Banco Central do Brasil implantou efetivamente um número maior delas do que seus pares no exterior. Nos 39 países, foram anunciadas 915 medidas, das quais 40,9% entraram em vigor. No Brasil, esse índice ficou em 56,5%, com 13 medidas adotadas. Houve pouca diferença, no entanto, em relação ao ineditismo das ferramentas usadas. Na média das 39 jurisdições, 41,2% das medidas colocadas em prática nunca tinham sido implantadas, enquanto no Brasil esse índice foi 38,4%.

Uma das novidades adotadas pela autoridade monetária brasileira foi o "forward guidance" - ao assumir o compromisso de não subir a Selic, então em 2% ao ano, no curto prazo. Em linhas gerais, a condução da política monetária foi semelhante no Brasil e no exterior, com cortes nas taxas de juros, o que representou aproximadamente 15% de tudo o que foi implantado. As medidas de crédito também ficaram próximas em termos de participação, na casa dos 30%.

Independentemente dos caminhos seguidos por cada um, a atuação rápida e ampla dos bancos centrais foi considerada essencial por economistas para impedir uma crise mais grave.

"Evitamos uma recessão que caminhava para ser ainda maior. As projeções não estavam exageradas", diz Solange Srouf, economista-chefe do Credit Suisse. O Fundo Monetário Nacional (FMI), por exemplo, chegou a calcular que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cairia 9,1% em 2020. No caso do Brasil, Solange destaca positivamente, por exemplo, a grande injeção de liquidez e o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

(Pronampe).

O papel desempenhado pela autoridade monetária brasileira rendeu inclusive ao presidente do BC, Roberto Campos Neto, o título de banqueiro central do ano passado pela revista The Banker - a mais prestigiosa publicação sobre o setor.

Mas agora a avaliação é que o máximo que o BC pode fazer é perseguir o principal objetivo de seu mandato: a estabilidade de preços. "A prioridade virou não perder o controle da **inflação**", diz José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV).

Ele chama a atenção para o fato de a autoridade monetária brasileira ser uma das únicas a subir os juros neste momento. Em março, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a Selic de 2% a 2,75% ao ano, indicando nova alta de 0,75 ponto percentual para a reunião de maio.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186829

Alívio nas contas em atraso

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) definiu que os pagamentos de contas de luz em atraso serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principal índice para medir a **inflação** no país. Atualmente, os débitos dos consumidores inadimplentes são ajustados pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), que registrou forte alta durante a pandemia do novo coronavírus. A medida valerá para faturas emitidas a partir de 1º de junho.

O relator do processo, diretor Sandoval Feitosa, destacou que o IGP-M acumulado nos últimos 12 meses está em mais de 31%, enquanto a **inflação** medida pelo IPCA no mesmo período está em cerca de 6%. "A Aneel não pode deixar que os consumidores que não conseguem pagar suas faturas em dia sejam submetidos a uma taxa de atualização tão elevada. Isso se traduziria em dificuldades ainda mais de adimplência e aumentaria ainda mais o impacto negativo da pandemia para os consumidores mais pobres", afirmou.

Segundo o voto do relator, durante a consulta pública da proposta, grande parte dos participantes, incluindo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), defendeu a manutenção do IGP-M como índice de correção de faturas atrasadas. A associação argumentou que o tema precisaria ser mais discutido. Por outro lado, outros participantes e algumas distribuidoras foram favoráveis à utilização do IPCA neste momento.

O relator considerou relevantes alguns pleitos recebidos e decidiu estabelecer um prazo para realização da substituição do índice. Além disso, decidiu que a aplicação da nova regra não terá efeitos retroativos, ou seja, as faturas vencidas antes da entrada em vigor da resolução ainda serão corrigidas pelo IGP-M.

A discussão sobre a mudança do índice de correção surgiu durante a análise da suspensão do corte no fornecimento de energia para famílias de baixa renda.

Na ocasião, a Aneel decidiu também suspender o pagamento de compensações pagas pelas distribuidoras em casos de descumprimento de parâmetros de qualidade no fornecimento de energia, mas não houve uma definição.

Site:

<http://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/?numer>

o=10541

Resgates de títulos superam vendas em R\$ 708 milhões

Os resgates do Tesouro Direto superaram as vendas em R\$ 708,5 milhões em março deste ano. Segundo dados do Tesouro Nacional, divulgados ontem, em Brasília, as vendas do programa atingiram R\$ 3,392 bilhões no mês passado. Já os resgates totalizaram R\$ 4,100 bilhões, sendo R\$ 1,923 bilhão relativo a recompras de títulos públicos e R\$ 2,176 bilhões a vencimentos, quando o prazo do título acaba e o governo precisa reembolsar o investidor com juros.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os vinculados à **inflação** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), cuja participação nas vendas atingiu 40,7%. Os títulos corrigidos pela taxa Selic (juros básicos da economia) corresponderam a 35,3% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, foram 24%.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 62,83 bilhões no fim de março, uma redução de 0,1% em relação ao mês anterior (R\$ 62,93 bilhões) e aumento de 7,5% em relação a março do ano passado (R\$ 58,44 bilhões).

Investidores e prazos - Em relação ao número de investidores, 390.394 novos participantes se cadastraram no programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 10.285.781. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumula alta de 57,9%.

O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 1.479.805, aumento de 21,9% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas até R\$ 5 mil, o que correspondeu a 87,8% do total de 455.054 operações de vendas ocorridas em março.

Só as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 61,3%. O valor médio por operação foi de R\$ 7.454,64.

Os investidores estão preferindo papéis de médio prazo.

As vendas de títulos com prazo entre 1 e 5 anos representaram 38,1% e aquelas com prazo entre 5 e

10 anos, 46,6% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 15,4% das vendas.

O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicador só precisa pagar uma taxa para a corretora responsável pela custódia dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem de captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos.

Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de **inflação**, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis prefixados.

Site: https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-28-04-2021/#flipbook-df_18716/1/

Remédio contra reajustes abusivos (3)

Por Lasier Martins

No último dia 1º de abril, em pleno auge da pandemia da Covid-19, entrou em vigor o reajuste anual de medicamentos no Brasil, com percentual máximo autorizado de 10,08%. O que parece piada de mau gosto do Dia da Mentira é um verdadeiro golpe contra o orçamento das famílias do País, já seriamente comprometido com **inflação** em alta, severa perda de renda e desemprego em patamar recorde. Chega a ser desumano uma coisa dessas.

Todos sabem que vivemos uma coleção de crises: sanitária, econômica, social e política. É nesse contexto que apresentei o Projeto de Lei 939/2021, para impedir aumentos de remédios este ano, enquanto a emergência na saúde pública iniciada em 2020 perdurar. A decisão da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed) levou em consideração a disparada do dólar e a competitividade do setor. Mas faltou olhar o cenário geral, principalmente os efeitos adversos de uma economia em solavancos, que faliu milhares de empresas e fechou milhões de postos de trabalho.

O Parlamento tem como missão avaliar todas as questões que afligem o povo durante a maior crise da história do Brasil em 100 anos. Não podemos nos omitir diante dos clamores dos grupos mais fragilizados pela pandemia e temos obrigação de agir. Caso aprovado pelos senadores e deputados e sancionada pelo presidente da República, a minha proposta sustaria reajustes realizados este ano, sem gerar direito a reembolso do que foi já pago a mais. Lembro que, no ano passado, uma medida provisória, a MP 933, foi editada justamente para barrar reajustes de medicamentos, mas acabou perdendo eficácia por não ter sido votada. Por conta disso, 60 dias depois houve aumento médio de 4,22%, mesmo tendo a indústria farmacêutica ampliado os seus ganhos substancialmente. Agora assistimos a uma autorização para subir em 2021, com um percentual de mais do dobro dessa média anual.

Vivemos um quadro de excepcionalidade, que exige medidas excepcionais. Estamos assistindo a cenas de horror com essa pandemia e o reajuste forte dos preços dos remédios só contribui para o sofrimento geral, sobretudo daqueles que fazem uso rotineiro de produtos controlados, dos que se recuperam da Covid e dos que aguardam por cirurgias eletivas adiadas. Espero, pois, que o Senado aprove o mais rápido possível o PL 939/2021, que trará um pequeno alívio

em meio a tantas e severas dificuldades que a população enfrenta.

Site: <https://d.gazetadealagoas.com.br/educacao-digital/Page?editionId=4456>

IPCA deste ano sobe para 5,01%

De acordo com o Boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano subiu de 4,92% para 5,01%. Segundo a Agência Brasil, para 2022 a estimativa de **inflação** é de 3,6%. Tanto para 2023 como para 2024 a previsão para o indicador é de 3,25%.

O economista Neidázio Rabelo explica que o IPCA é o índice que regula as questões de aluguéis e alguns contratos. É o indicador principal também da construção civil, pois o IPCA é amplo, abrangente, e pega desde a matéria prima até a transformação, indústria até a chegada ao consumidor final. Esse índice envolve ainda desde os alimentos, vestimentas e medicamentos.

"O IPCA é usado pela indústria, pelo serviço, pela agricultura e também pela construção civil. Ou seja, o impacto dele não é tão grande quando a gente vai medir a **inflação** em si. Ele está alto porque as matérias-primas estão com preço elevado e escassas.

Então, isso reflete nesse panorama de preço do índice de preço ao consumidor ampliado", explicou. O Brasil pode ser impactado fortemente com o processo inflacionário. Em anos anteriores, antes da pandemia, por exemplo, não tinha essa pressão toda sobre as matérias-primas, mas essa questão é um problema global. Pois muitos países que são fornecedores de matérias-primas globais, a exemplo da Índia, China, Vietnã e Alemanha.

"Quando um país desse para, por causa de um lockdown, como aconteceu no ano passado e alguns esse ano, determinado seguimento fica prejudicado porque depende muito daquele país, por isso o impacto é mundial. E olha que vários países que participam das cadeias globais de produção estão sofrendo esse tipo de paralisação, o que impacta o segmento. Pouca matéria-prima disponível, a pouca que tem o preço tá elevado e isso pressiona os preços finais.

Isso vai gerar uma **inflação** futura e essa **inflação** pode sair do controle. É por isso que o IPCA é importante", destaca. Para as famílias, a alta da **inflação** retira a capacidade de compra ou diminui. "Aí o que acontece? Isso pode gerar **inflação**.

O IPCA é como se fosse uma **inflação** futura. Uma contração de **inflação** futura e isso é o que assusta mais em termos de formação de preço, por isso que as

ações têm que ser tomadas agora, para que no futuro não tenha um reflexo deletério na economia das famílias", alertou o economista.

Site: <http://www.jornaldacidade.net/jornal-online>

IGP-M - MEU DINHEIRO

Nos últimos meses, a aceleração do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) tem preocupado milhares de famílias brasileiras.

Em março, ele acelerou a 2,94%, após ficar em 2,53% em fevereiro.

Essa é a maior taxa para o mês desde a criação do real, em 1994. Com esse resultado, o índice já acumula alta de 8,26% no primeiro trimestre do ano e de 31,1% em 12 meses. E qual a razão para tanta preocupação? O indicador é usado para os reajustes de contratos de aluguel.

E a escalada já aumentava as tensões de inquilinos e proprietários desde o ano passado. O IGP-M avançou 0,96% em dezembro.

Com o resultado, o IGP-M encerrou 2020 com alta acumulada de 23,14%, a maior variação anual desde 2002, quando o índice apresentou alta de 25,31%.

Mas o que é o IGP-M? Ele é o Índice Geral de Preços do Mercado e é uma das versões do Índice Geral de Preços (IGP). É medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a **inflação** de preços desde matérias-primas agrícolas e industriais até bens e serviços finais.

O cálculo considera a variação dos preços das matérias-primas utilizadas nos ramos agrícola, industrial, da construção civil, de serviços e do comércio varejista. Ele é formado com base em três indicadores obtidos nesses setores da economia.

E por que ele aumentou tanto a partir do ano passado? A maior parte do indicador é composta por commodities ligadas ao setor industrial, como minério de ferro, cobre e alumínio, e também ao agronegócio, a exemplo de milho, soja e trigo. Com a desvalorização cambial, esses produtos, cotados em dólar, aumentaram muito, o que leva à pressão do IGP-M para cima.

Por ser considerado índice baseado nos setores econômicos, o IGP-M costuma ser indicado no contrato como base para reajuste dos aluguéis e, quando não há indicação, ele é aplicado por ser o mais usual. Assim, todos os anos, na data de aniversário do contrato, é preciso pesquisar o IGP-M acumulado para calcular o novo aluguel.

E, diante desse cenário, qual o melhor caminho? A

negociação tem sido escolhida por inquilinos e proprietários para chegar a um acordo que viabilize a continuidade da locação.

Através dela, busca-se negociar um reajuste alternativo. E qual a razão para o sucesso desses acordos?

Para os proprietários, há o fantasma de imóvel vazio. Com isso, o que antes era fonte de receita passa a ser fonte de despesas. Para os inquilinos, há o temor de um reajuste fora da capacidade de pagamento, com necessidade de busca de um novo imóvel.

A alta da chamada "**inflação** do aluguel" fez com que algumas imobiliárias também buscassem saídas.

Muitas delas estão adotando o IPCA, que é um índice medido pelo IBGE para reajustar os novos contratos de locação.

A composição do IGP-M atrelada ao dólar está distante da realidade dos brasileiros, que calculam a **inflação** pessoal de acordo com os produtos que consomem. As imobiliárias perceberam que o IPCA é mais próximo da realidade dos contratos de aluguel e não era algo muito distante do que as pessoas vivem no dia a dia.

Planeje bons hábitos para 2021.

Invista em sua educação financeira.

Curta nosso perfil no Instagram: @meu.dinheiro.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#!/jornais/2/edicoes/15853>

Como fica o dólar? - CELSO MING

CELSO MING

As cotações do câmbio deram os primeiros sinais de que começam a levar em conta as excelentes perspectivas das contas externas. Ensaíram uma baixa. Este ano será a primeira vez desde 2007 que o resultado em Transações Correntes deverá fechar no azul, conforme projeções do Banco Central. Esta é a conta que registra as entradas e saídas de moeda estrangeira com mercadorias, serviços e transferências. Só fica de fora o fluxo de capitais (investimentos e empréstimos). Ou seja, pelo comportamento das contas externas, a entrada de dólares neste ano tende a ficar mais forte do que a saída.

São duas as principais razões que explicam esse resultado, uma positiva e outra negativa. A explicação positiva é a boa fase das exportações de commodities (soja, milho, carne, petróleo e minérios), que tem a favor, além do aumento da produção, a alta dos seus preços em dólares. A explicação negativa é a ainda baixa atividade econômica, que vem segurando importações e despesas com serviços (turismo, transportes, seguros, etc.). Ou seja, tem a ver com a queda da demanda interna.

No entanto, até agora, o comportamento do câmbio não refletia essa melhora do balanço de pagamentos. Teimava em ficar mais perto dos R\$ 5,80 do que dos R\$ 5,00, principalmente pela falta de confiança no governo. O risco era o de que as contas públicas se desmantelassem, a dívida saltasse para 100% do PIB, a política de juros perdesse capacidade de torque (por dominância fiscal) e o País ficasse ingovernável.

A novidade é que houve acordo político em torno da aprovação do Orçamento da União, que não tem lá grande qualidade, mas que também não é o desastre tão temido. Foi o suficiente para uma distensão no câmbio. O relativo alívio na aprovação do Orçamento agiu também sobre o comportamento do índice de risco Brasil, medido pelo CDS5, que é o quanto os investidores internacionais vêm pedindo de remuneração extra para ficar com títulos do Tesouro do Brasil de 5 anos.

Dois fatores podem agora trazer ainda mais dólares para o Brasil. O primeiro deles é o aumento da percepção de exuberância das contas externas, especialmente agora que a economia mundial ensaia grande recuperação. E o segundo, a ideia de que as cotações podem cair ainda mais e, por conta disso,

exportadores e investidores, que vêm mantendo recursos lá fora, se sintam encorajados a trazê-los mais rapidamente para cá com o objetivo de aproveitar cotações ainda elevadas.

Celso Ming celsoming@estadao.com O mercado financeiro auscultado pela Pesquisa Focus, do Banco Central, vinha trabalhando com o dólar ao fim do ano em torno dos R\$ 5,30 a R\$ 5,40. A partir de agora, poderá baixar alguma coisa nessas estimativas. Se a tendência de baixa do dólar se confirmar, dá para esperar duas consequências para a economia. A primeira é o impacto deflacionário sobre os importados. Derivados de petróleo e alimentos podem ter suas cotações finais barateadas. O mesmo deverá acontecer com insumos, matérias-primas e equipamentos trazidos do exterior.

Poderá, também, aliviar o IGP-M cujo avanço tanto vem preocupando os que pagam aluguéis. A outra consequência poderá recair sobre a política monetária. Se a **inflação** recuar de maneira consistente, o Banco Central não precisará puxar tanto pelos juros.

O problema é que essa recuperação da confiança, que está na base da valorização do real (baixa do dólar), não é fava contada. A covid-19 está desenvolvendo novas cepas e não há segurança de que a imunização da população, que avança lentamente, será capaz de conter novas ondas e, com elas, nova deterioração da atividade econômica e da situação do emprego. Além disso, há as incertezas inerentes ao jogo político. O governo Bolsonaro depende de apoios fugazes e continua sem rumo. E, quando falta rumo, ele próprio não sabe para onde vai.

Site:

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login#page/40>